

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Tuize Silva Rovere Hoff

**A CIDADE E A MULHER: SEGREGAÇÃO URBANA FEMININA EM SANTA CRUZ
DO SUL/RS**

Santa Cruz do Sul
2018

Tuize Silva Rovere Hoff

**A CIDADE E A MULHER: SEGREGAÇÃO URBANA FEMININA EM SANTA CRUZ
DO SUL/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional–Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul–UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira
Co-orientadora: Prof^a. Dra. Cláudia Tirelli

Santa Cruz do Sul
2018

H698c Hoff, Tuize Silva Rovere

A cidade e a mulher : segregação urbana feminina em Santa Cruz do Sul/RS / Tuize Silva Rovere Hoff. – 2018.

146 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. 2018.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira.

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Tirelli.

1. Política pública. 2. Segregação urbana. 3. Sociabilidade. 4. Feminismo. I. Silveira, Rogério Leandro Lima da. II. Tirelli, Cláudia. III. Título.

CDD: 363.58

Bibliotecária responsável: Jorcenita Alves Vieira - CRB 101319

Tuize Silva Rovere Hoff

**A CIDADE E A MULHER: SEGREGAÇÃO URBANA FEMININA EM SANTA CRUZ
DO SUL/RS**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional–Mestrado e Doutorado; Área de Concentração em Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul–UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional.

Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

Professor orientador – UNISC

Dra. Cláudia Tirelli

Professora co-orientadora – UNISC

Dra. Grazielle Brandt

Professora examinador – UNISC

Dr. Francisco Luiz Pereira da Silva Neto

Professor examinador - UFPEL

Santa Cruz do Sul

2018

*Às mulheres tão especiais, que sempre resistem e com quem tenho tido a sorte de contar na breve
trajetória da vida.*

Ao João Rafael, meu filho amado.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento tem que ser às mulheres da minha vida: minha mãe, incansável amor, sempre presente, sempre à espera. Que me deu a ajuda mais importante junto com meu amado pai, que foi a de amar meu filho e fazer com que as minhas ausências fossem mais amenas, menos percebidas e assim, ele mais feliz. Minha irmã, primeiro amor da minha vida, minha companheira fiel, a que sabe sempre me fazer rir, a que sempre me suporta. A distância nunca será motivo de nos afastarmos. Minha avó, inspiração da minha vida, a quem todos os contratemplos da vida não abalaram, dona de incansável sorriso e amável alegria. Amo vocês. Observá-las me faz a mulher que sou hoje.

Ao meu querido pai, sempre tão presente, e que mesmo com ideias tão diferente das minhas, nunca se afastou. Depois de todas nossas calorosas discussões, sempre voltamos um para o outro, pois no fundo somos igualmente apaixonados pelos nossos ideais.

Junto deles, preciso agradecer a toda a minha família, meu início e meu fim, para onde sempre posso voltar.

Não poderia esquecer de todos os meus amados amigos, sem os quais eu não seria nada. Eles que me apoiam incondicionalmente, me amam e me fazem mais feliz. Não poderia nem citar seus nomes sem ser injusta com um ou outro, mas todos sabem que vivem no meu coração. Aqui, preciso fazer um especial agradecimento à minha amiga-irmã Mariana por todo o amor, acolhimento e apoio na vida e na realização deste trabalho, e ainda nos momentos mais difíceis que vivi durante este período. Precisaria viver mais vidas para retribuir todo o bem de ti recebido querida.

Aos grupos reais e virtuais que de perto e de longe, mesmo sem perceber, me foram de grande apoio: CE, CMF e Bolsistas CAPES. Pelas discussões, trocas de experiências, cervejas e risadas.

Ao Rafael, meu amigo de uma vida, com quem dividi grande parte das alegrias e agruras de ser mulher, e com quem tive a graça de ter meu filho amado, João Rafael. Pela tua amizade, pelo teu companheirismo, pelo teu incansável apoio. Pelas horas e mais horas de ouvidos disponíveis, pelas incansáveis leituras e releituras do meu trabalho, pelas minuciosas revisões e por ler meus pensamentos e me ajudar a colocá-los no papel. Por cozinhar. Por cuidar do nosso

pequeno para que eu pudesse me dedicar a sempre tão difícil escrita. Por mais voltas que a vida dê, poderás sempre contar comigo.

Aos meus queridos colegas de estudos, pelas incríveis discussões. Pelo tanto dividido.

Aos meus orientadores maravilhosos e pacientes, com quem tanto aprendi como estudante e como pessoa, e com quem sempre pude contar. Ao professor doutor Rogério Leandro Lima da Silveira, por me mostrar uma nova face do planejamento urbano, mais humana e territorial. À professora doutora Cláudia Tirelli, por me entender tão bem, e me mostrar um novo mundo, muito além da normatividade.

Ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR da Unisc, na figura das mulheres incansáveis que tomam conta de nós alunos com dedicação ímpar, Marleti, Carol e Grasiela.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Ministério da Educação) que permitiu minha total dedicação a este apaixonante trabalho de pesquisar e produzir ciência, e a todos os brasileiros que acreditam e se esforçam para que a ciência e a pesquisa continuem existindo no Brasil, mesmo em tempos tão sombrios. Dias sem temer virão.

Meus grupos de pesquisa e suas discussões maravilhosas, GEPEUR e GEDEPP por todos os conhecimentos trocados, por ser ouvidos quando precisei, por todo o apoio recebido.

Não poderia deixar de fazer um agradecimento especial a todas as mulheres com quem pude conviver, mesmo que por um breve momento, moradoras do conjunto residencial Santo Antônio. Por me deixarem acompanhar um fragmento de suas vidas, por falarem comigo e assim dividirem suas angústias e esperanças. Por serem essas guerreiras, essas mulheres “onça” que não desistem de viver e de tentar. Pelo que aprendi com elas, serei eternamente grata. Minha vida depois de conhecê-las assumiu uma nova dimensão.

Às várias mulheres que foram fundamentais para a escrita deste trabalho, e que nem sabem de sua importância. Mulheres que lutam, que não se calam, que dividem suas vivências, que denunciam os abusos, que não se conformam em simplesmente existir, mas buscam a transformação, de uma forma ou de outra, muitas vezes sem nem se darem conta. A elas, que desde que me reconheci como mulher e feminista, motivaram a construção deste trabalho e para quem volto minha caminhada profissional.

À Deus, ou Deusa, a força criadora fecunda que nos une, que nos dá a oportunidade de dividir a existência uns com os outros e para onde todos retornaremos um dia.

Ao meu filho João Rafael, por existir e ser exatamente como ele é.

A todos vocês, meu eterno obrigada!

*Eu sou aquela mulher
a quem o tempo muito ensinou.
Ensinou a amar a vida
e não desistir da luta,
recomeçar na derrota,
renunciar a palavras
e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos
e ser otimista.*

CORA CORALINA

RESUMO

A relação da mulher com a cidade é marcada por desigualdade e segregação, mas também resistência e transformação. O trabalho aqui apresentado parte da intenção de descrever como as políticas públicas habitacionais acabam por perpetuar o pensamento hegemônico patriarcal. E como as relações mercantilistas de (re)produção do espaço urbano vêm sujeitando os pobres e as minorias sociais à constrangimentos, provocando resistências e (re)ações que produzem a cidade não normativa. A partir da epistemologia feminista, o procedimento metodológico adotado procura dar voz às mulheres pobres e segregadas, reassentadas no conjunto residencial Santo Antônio, na periferia sul de Santa Cruz do Sul – RS, construído com recursos do programa Minha Casa Minha Vida. Essas mulheres foram ouvidas a respeito do processo de reassentamento, da formação de suas redes de sociabilidade e sua percepção sobre a situação de segregadas. Além disso a pesquisa fez uso de observação direta, aplicação de questionários e entrevistas em profundidade, ampliando os conceitos e contribuições teóricas de Flávio Villaça e Eduardo Marques sobre a segregação urbana, emprestando a eles e a outros autores a perspectiva de gênero acerca do urbanismo e da cidade. Propõe-se aqui uma percepção multiescalar e multifatorial da segregação urbana, transcendendo as dificuldades de acesso aos bens e serviços públicos e de mobilidade, incorporando à dimensão espacial os constrangimentos impressos à realidade feminina. Da mesma forma, busca-se compreender os efeitos colaterais da política pública habitacional sobre a condição da mulher pobre e segregada, que perpetua o papel social imposto ao gênero feminino, condicionado ao espaço privado e ao trabalho doméstico não remunerado. Essas relações emergem do objeto no confronto entre as falas das mulheres, a observação direta e o referencial bibliográfico adotado. A implementação da política pública habitacional no âmbito municipal vem a corroborar esta realidade. O silenciamento das situações específicas do gênero feminino e da percepção das mulheres sobre sua própria problemática dentro dos estudos urbanos no âmbito da arquitetura e urbanismo e do desenvolvimento regional reafirmam a relevância e ineditismo do trabalho aqui apresentado. Por fim, a pesquisa conclui que as mulheres segregadas da periferia da cidade atuam como uma força de resistência e transformação da cidade, numa luta constante em busca de direitos, dignidade e cidadania.

Palavras-chave: gênero, mulher, segregação, políticas públicas, habitação, redes de sociabilidade.

ABSTRACT

The relation between woman and the city is marked by inequality and segregation, but also resistance and transformation. The present paper has the intention to describe how public housing policies end up perpetuating the patriarchal hegemonic thinking. And as the mercantilist relations of (re)production of the urban space are subjecting the poor and the social minorities to that constraints, provoking resistances and (re)actions that produce the non-normative city. Based on feminist epistemology, the methodological procedure adopted seeks to give voice to poor and segregated women, resettled in the residential complex Santo Antônio, in the southern suburb of Santa Cruz do Sul - RS, built with resources from the Minha Casa Minha Vida program. These women were heard about the resettlement process, the formation of their networks and their perception about the their on situation in the context of segregation, through observation, questionnaire and interviews. Expanding the concepts and theoretical contributions of Flávio Villaça and Eduardo Marques on urban segregation, lending them and other authors a gender perspective on urbanism and the city. It proposes a multiscale and multifactorial perception of urban segregation, transcending the difficulties of access to public services and mobility, incorporating the spatial dimension to the constraints imposed on the female reality. Similarly, it seeks to understand the collateral effects of public habitational politics on the condition of poor and segregated women, which perpetuates the social role imposed on the female gender, conditioned to private spaces and unpaid domestic work. These relations emerge from the object in the confrontation between the women's speeches, the direct observation and the bibliographic reference adopted. The implementation of the public habitational politics at the level of the city corroborates this reality. The silencing of the specific situations of the female gender and the perception of women about their own problematic within the urban studies in the ambit of architecture and urbanism and the regional development reaffirm the relevance and novelty of the work presented here. Finally, the research concludes that women segregated from the periphery of the city act as a force of resistance and transformation of the city, in a constant struggle in search of rights, dignity and citizenship.

Keywords: gender, women, segregation, public policies, regional development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa localização Santa Cruz do Sul	63
Figura 2 - Zonas de expansão norte e leste	65
Figura 3 - Bairros da Zona Sul e Zonas Industriais	66
Figura 4 - Av. Euclides Kliemann e Av. Arroio Grande	67
Figura 5 - Linha limite entre zona industrial e zona residencial	69
Figura 6 - Fluxograma dos agentes envolvidos na produção para Faixa 1 doPMCMV.	71
Figura 7 – Euclides Kliemann	76
Figura 8 - Santa Cruz do Sul (centro e periferia sul)	77
Figura 9 – Principais bairros de origem dos atuais moradores do conjunto residencial Santo Antônio em relação ao centro da cidade	87
Imagem 10 – Notícia da operação policial no conjunto habitacional Santo Antônio	102
Figura 11 - Localização das escolas e posto de saúde em relação ao residencial	106
Figura 12 - praça mais próxima do residencial	110
Figura 13 – Muros do Conjunto Habitacional Santo Antônio	114
Figura 14 - Imagem aérea do residencial indicando os blocos chamados “blocos de baixo”	115

LISTA DE ABREVIATURAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
GEPEUR	Grupo de Estudos Urbanos e Regionais
GEDEPP	Grupo de Estudos em Democracia e Políticas Públicas
MCMV	Minha Casa, Minha Vida
NAC	Núcleo de Ação Comunitária da UNISC
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A MULHER E A CIDADE	21
2.1	Gênero e espaço urbano: o lugar da mulher na cidade	22
2.2	A dialética da cidade: patriarcado e vivência feminina	38
2.3	Segregação urbana feminina: a mulher na periferia da cidade	46
2.4	As mulheres do Minha Casa Minha Vida	56
3	SANTA CRUZ DO SUL: CIDADE PARA AS MULHERES?	62
3.1	Formação da periferia sul de Santa Cruz do Sul como o lugar dos pobres	62
3.2	Conjunto Habitacional Santo Antônio, Minha Casa Minha Vida e a força da iniciativa privada.....	68
3.3	Aproximação empírica – o acesso ao residencial Santo Antônio	75
3.4	Conhecendo os moradores do Conjunto Habitacional Santo Antônio	79
3.4.1	As famílias residentes do conjunto habitacional Santo Antônio	81
4	AS VOZES DA SEGREGAÇÃO	95
4.1	Entrevistas com implementadores	98
4.2	O que dizem as mulheres?	101
4.2.1	Cidade, filhos, trabalho e ajuda: “mulheres onças” e suas crias	105
4.2.2	Violência, pobreza, abandono e vontade de ir embora: mulheres de força	117
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
	REFERÊNCIAS	131

1 INTRODUÇÃO

A cidade ainda não pertence à mulher, mas por ela vem sendo conquistada cotidianamente. Investigar a dialética entre a subordinação a que os diferentes gêneros estão submetidos nos espaços urbanos normativos, construídos no modelo eurocêntrico do homem branco heterossexual e o poder de resistência e transformação impressos pelas minorias sociais à cidade, tem sido uma tarefa árdua de quebra de paradigmas. Mesmo com todas as conquistas femininas nos últimos séculos, a velha fórmula normativa funcionalista de planejar as cidades tem sido repetida, mas não sem encontrar muita luta e contestação. O que já não deveria ser tão inovador, ainda surpreende nas cadeiras da academia. As áreas do Planejamento Urbano e Regional, da Geografia e da Arquitetura e Urbanismo são constantemente provocadas ao tema, respondendo nem sempre à altura do desafio.

Em meio a um debate ainda inicial no Brasil (que se fortaleceu desde a década de 1990), surge a necessidade de um novo enfoque para as questões de gênero nas cidades. Além das já conhecidas reivindicações atribuídas às mulheres junto às políticas públicas urbanas, como os serviços que liberam a mão de obra feminina para o mercado de trabalho (suprimento de creches, escolas, etc.) e os que garantem os cuidados com a família, como saúde e provisão de moradia, é preciso ir além: é preciso que se compreenda a dinâmica social que envolve o gênero feminino e suas particularidades em relação à vivência da cidade, para que possa haver uma transformação efetiva na realidade urbana patriarcal.

O questionamento da neutralidade científica e a desconstrução de conceitos socialmente aceitos e que se tornam regra são parte importante do debate aqui proposto. Considerar os conhecimentos produzidos a partir dos territórios e o caráter relacional do espaço urbano é um exercício acadêmico a que se propõe este trabalho. Suleando¹ essa proposta, está a busca pelo entendimento das dinâmicas urbanas próprias do universo socialmente construído para ser o

¹ O termo “suleia” foi utilizado neste trabalho em substituição do termo “norsteia” uma vez que ele parte da concepção de que a ciência não deve ser produzida a partir de um olhar único, externo ao território em que ela se insere, e sim, que ela pode ser produzida a partir dos territórios. Ao adotar-se uma epistemologia feminista, adota-se também a perspectiva de que é preciso dar voz aos saberes muitas vezes suprimidos pelas epistemologias dominantes. Como afirma Boaventura Santos em sua epistemologia do Sul, pressupõe-se nesta pesquisa que todo o conhecimento válido parte de um contexto próprio. Assim, questiona-se com o uso do termo “suleia”, a neutralidade científica e sua correspondência com a produção eurocêntrica de conhecimento.

feminino, colocando as certezas constituídas a respeito dos conceitos do urbanismo como verdades em xeque a partir do olhar sob a perspectiva de gênero.

Neste contexto, surge a necessidade de olhar para a dinâmica da segregação urbana por um outro prisma, a partir das vivências e falas das mulheres segregadas, na tentativa de emprestar uma nova dimensão aos conceitos já estabelecidos a esse respeito. Para isso, buscou-se nas ideias de Flávio Villaça (2001) e Eduardo Marques (2006) os conceitos fundamentais sobre o fenômeno da segregação urbana, comparando-os com a realidade das mulheres segregadas na periferia da cidade de Santa Cruz do Sul – RS. Como pano de fundo, surge a política pública habitacional do programa Minha Casa Minha Vida e sua implementação nesta realidade. O universo empírico investigado foi o conjunto habitacional Santo Antônio, empreendido a partir do MCMV – Modalidade I, no ano de 2012, atendendo pessoas consideradas em situação de pobreza e vulnerabilidade pelo poder público municipal. A escolha por ouvir a percepção das mulheres a respeito da própria situação teve a intenção de trazer para a temática da segregação, seus efeitos no cotidiano das mulheres segregadas a partir de sua (re)inserção no espaço urbano, ao invés de adotar pressupostos teóricos a respeito de sua situação.

Seria impossível olhar para as mulheres inseridas no contexto da segregação e não refletir sobre a sua forma de socialização, com ênfase nas inter-relações pessoais. Assim, tornou-se importante para uma abordagem mais próxima da realidade feminina, investigar, ainda que de forma superficial, as redes de sociabilidade formadas a partir da transferência de local de moradia e como as próprias mulheres percebem sua existência.

O interesse por este desafiador objeto de pesquisa se deu a partir da formação pessoal e profissional desta pesquisadora, como mulher, mãe, arquiteta e urbanista e professora universitária. A trajetória profissional traçada até este momento é marcada pelo trabalho social, junto ao poder municipal, acompanhando diferentes situações de segregação urbana, em municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Neste contexto se inclui uma não tão breve passagem pelo Conselho Municipal de Habitação de São Miguel do Oeste - SC, desempenhando o cargo de presidente e acompanhando de perto situações de segregação e luta pelo direito à cidade vivenciadas por mulheres pobres. Já a trajetória acadêmica, influenciada pelas diferentes vivências profissionais, é marcada pelo interesse nos temas que têm como um dos focos a discussão da construção de uma cidade não normativa e seus instrumentos de organização e

regulação, considerando também aqueles que têm servido como catalisadores da segregação urbana nos territórios urbanos.

Para concretizar esta pesquisa foi essencial a participação em dois grupos de pesquisas ligados ao PPGDR: GEPEUR (Grupo de Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais – CNPq), liderado pelo Professor Doutor Rogério Leandro Lima da Silveira; e GEDEPP (Grupo de Estudos em Democracia e Políticas Públicas), liderado pela Professora Doutora Cláudia Tirelli. Foi junto ao segundo grupo que foi possibilitada a participação na pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias*, desenvolvida junto aos moradores do Conjunto Habitacional Santo Antônio, a qual contribuiu consideravelmente para a realização deste trabalho.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, a perspectiva feminista do espaço urbano, a partir da compreensão de que não existe neutralidade técnica ou científica possível (TAVARES, 2015; SILVA, 2003; MCDOWELL, 1999), serviu como pano de fundo metodológico. A aproximação com o campo foi difícil, exigindo a pré-disposição desta pesquisadora para a socialização prévia, possibilitando uma relação de confiança que facilitou a realização do trabalho. Foi uma vivência intensa, marcada pelos sentimentos de identificação com as mulheres ouvidas e, ao mesmo tempo, pelo medo e a insegurança de estar em um lugar ao qual não pertencia e profundamente marcado pela violência.

Conhecer as mulheres moradoras do conjunto habitacional Santo Antônio levou a uma nova compreensão da dimensão desta pesquisa, levando a uma reflexão sobre os aspectos normativos adotados pela academia, especialmente na área do Planejamento Urbano – local de origem desta pesquisadora – contrapondo-os com a dimensão relacional do espaço urbano não normativo e da realidade que ali se desenrola. Tal reflexão mostrou a necessidade da reescrita do trabalho, adotando agora uma nova perspectiva a partir de uma tentativa desta pesquisadora de olhar para a realidade daquelas mulheres de um lugar mais próximo a elas, relativizando os conceitos adotados como verdadeiros, assumindo um caráter relacional do território estudado.

Em todas as etapas realizadas buscou-se avaliar como este trabalho poderia estar mais próximo à realidade estudada e assim poder contribuir para o conhecimento da realidade cotidiana das mulheres segregadas. A partir do trabalho empírico buscou-se entender o dinamismo da vivência feminina a partir da segregação, objetivando compreender os constrangimentos reais a que as mulheres estão submetidas e sua percepção sobre os mesmos,

levando-se em consideração que elas se encontram inseridas num contexto urbano específico. Quais serviços e bens públicos estão ou não disponíveis para acesso destas mulheres? Quais os reflexos da qualidade do acesso destes serviços na concretização do direito à cidade e à justiça espacial urbana? Quais as dificuldades que estas mulheres têm para acessar o mercado de trabalho formal? Quais as suas dificuldades de mobilidade social e espacial?

Para responder a estes questionamentos, além da abordagem teórica e da busca pela compreensão do processo de implementação da política pública, foi realizada a observação de fragmentos do cotidiano das mulheres que residem no conjunto habitacional Santo Antônio, reassentamento situado no atual bairro Progresso, na periferia sul da cidade de Santa Cruz do Sul/RS. Tentou-se ainda resgatar suas redes de sociabilidade individuais, antes e depois do reassentamento, de forma a identificar possíveis influências das mesmas no processo de segregação a que estão inseridas.

Destaque-se que esta pesquisa não tem a intenção de revisar conceitos de gênero que já são amplamente debatidos no ambiente acadêmico, nem mesmo discutir estes conceitos em sua essência. Ao contrário, buscou-se demonstrar quais desses conceitos foram aqui apropriados para melhor compreensão da abordagem de gênero dos estudos urbanos e do urbanismo em si. Entendendo que a diversidade é um elemento importante para a compreensão da construção da cidade não normativa, além de elemento fundamental para o entendimento das particularidades intrínsecas a ela. Desta forma, ao adotar uma perspectiva feminista, o trabalho é carregado de um olhar crítico para aquilo que é socialmente construído como natural para a mulher e para o lugar que ela, em tese, deveria ocupar na sociedade. Indo além, considera-se ainda de que forma estas construções sociais influenciam na produção do espaço urbano, tendo em vista que essa produção se dá diante de relações sociais que se reproduzem e são contingenciadas, mas também tensionadas e reconfiguradas a partir de diferentes realidades.

O conhecimento construído a partir destas construções teóricas tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento regional, a fim de mapear políticas públicas de habitação e sua relação com o território e com os indivíduos que o ocupam, trazendo à tona elementos essenciais para a transformação social e para a otimização dos recursos à disposição da comunidade, tanto de ordem material, quanto de ordem humana. Neste considera-se que o acesso às políticas públicas, bem como a outros serviços públicos, é influenciado tanto pelas questões de gênero, como pela dimensão espacial que perpassa todos os processos urbanos, já que este é permanentemente

(re)configurado pelas dinâmicas sociais. Assim, este acesso pode ser tanto facilitado, quanto dificultado, pelo contexto socioeconômico, pela presença ou não de investimentos, ou ainda pelo exercício de pressão por determinados grupos sociais.

Assim, após a devida introdução ao trabalho, que desempenha também a função de primeiro capítulo desta dissertação, no segundo capítulo, apresenta-se o arcabouço teórico e conceitual utilizado, a fim de introduzir-se o tema, relacionando gênero e espaço urbano, buscando compreender as relações dialéticas que atravessam a cidade a partir de uma lógica capitalista e patriarcal e reconhecendo o lugar que a mulher ocupa nesta realidade. Em seguida é também abordada a segregação urbana que acomete as mulheres, utilizando-se dos conceitos de Flávio Villaça e Eduardo Marques como alicerce para esta reflexão. No final deste capítulo, são abordadas as possíveis consequências da titularidade feminina na política pública habitacional do programa Minha Casa Minha Vida.

Já no terceiro capítulo caracteriza-se o espaço urbano de Santa Cruz do Sul, analisando seu processo de urbanização e a expansão da periferia sul santa-cruzensense como lugar dos trabalhadores e da população urbana empobrecida. No decorrer do capítulo trata-se da força da iniciativa privada na implementação da política pública habitacional MCMV e das suas consequências no conjunto residencial Santo Antônio. Por fim, aborda-se a percepção do local pela pesquisadora, para finalmente descrever o perfil dos moradores constituído a partir do questionário socioeconômico a eles aplicado, buscando conhecer quem são as mulheres e as famílias que lá residem e sua percepção sobre sua própria realidade.

No capítulo quarto busca-se ouvir e interpretar as vozes da segregação, a partir dos relatos das mulheres entrevistadas. Neste momento do trabalho, apoiado no arcabouço teórico e no trabalho empírico, buscou-se trazer à tona a interpretação desta pesquisadora a respeito das vivências das mulheres segregadas, dando a conhecer um pouco da realidade que enfrentam, descortinando os constrangimentos a que estão submetidas cotidianamente, bem como suas resistências e possíveis anseios de transformação de sua realidade. Neste capítulo, assim como no corpo deste trabalho as mulheres ouvidas terão os seus nomes verdadeiros substituídos pelos nomes de grandes mulheres brasileiras que buscaram transformações na sociedade patriarcal. Essa foi a forma desta pesquisadora de reconhecer a grandeza das mulheres ouvidas, admitindo sua incrível existência: são as “mulheres-onça”.

Nas considerações finais são ressaltados aspectos de subordinação e contingenciamento a que estas mulheres estão submetidas, bem como elencadas ações de resistência e transformação da cidade a partir da realidade vivenciada cotidianamente. Essa dialética reforça o quadro complexo, multifatorial e multiescalar da segregação feminina aqui descrito e procura pontuar como ela se dá em uma sociedade dinâmica, espaço de embates políticos e jogos de poder no qual o capital (e seus agentes) tenta impor às mulheres um papel social determinado, doméstico e privado, enquanto elas lutam pelo direito à cidade, ao espaço público e à dignidade humana.

2 A MULHER E A CIDADE

A construção social e hegemônica de gênero associada ao feminino delimita o corpo das mulheres como algo vulnerável e reforça a ideia do espaço público como um espaço perigoso, que por sua vez colabora com uma abordagem associada a vitimização das mulheres (TAVARES, 2017, p. 3).

O espaço urbano produzido de forma normativa e racionalista dos planos urbanísticos reproduz as relações de subordinação e constrangimento do corpo que não pertence ao padrão normativo masculino, branco e heterossexual. A abordagem de gênero no espaço urbano surge neste contexto como uma reflexão a respeito dos espaços construídos em função de papéis socialmente aceitos e assim, tomados como regra. A ordenação da cidade ainda hoje obedece aos planos urbanísticos funcionalistas de forte influência modernista, privilegiando as relações de produção do capital em detrimento às relações de reprodução da vida humana. Neste contexto, a abordagem feminista do espaço urbano busca a compreensão das relações estabelecidas entre a subordinação reproduzida na construção deste espaço e a ação de resistência e também de transformação das mulheres a partir de sua própria realidade.

Para melhor entender a dialética entre a cidade normativa e patriarcal e a cidade que se forma a partir do território vivenciado, buscou-se na primeira parte deste capítulo, abordar a crítica à neutralidade científica a partir da perspectiva de gênero, partindo do papel socialmente construído como feminino e seus olhares para o espaço urbano. Ao tratar o espaço urbano dentro de uma epistemologia feminista, admite-se sua dimensão relacional, aceitando tanto os fatores hegemônicos de sua produção, quanto as forças marginalizadas, as minorias sociais e as diferentes vivências que o constituem.

Buscou-se ainda identificar os lugares a que as mulheres foram levadas a ocupar/não ocupar dentro do espaço urbano, considerando tanto os constrangimentos a que estão submetidas, quanto sua própria maneira de constituir-lo. As mulheres, dentro do papel social constituído, têm vivências específicas e com elas, necessidades específicas. São elas que realizam os deslocamentos mais complexos, que suprem o papel de cuidadoras dos mais vulneráveis, que se encarregam da vida doméstica enquanto ocupam o espaço público e o mercado de trabalho. As políticas públicas que visam contemplar a questão do gênero, buscando a equidade, acabam por

corroborar este papel, deixando a cargo das mulheres o trabalho reprodutivo e doméstico, condicionando-as à manutenção destas mesmas políticas. Essas mulheres, sobrecarregadas pelas diferentes funções que são levadas a assumir, arcam com trabalhos precários, que podem resultar em pobreza e vulnerabilidade social.

Na segunda parte do capítulo, procurou-se discutir os conceitos de miséria, pobreza e vulnerabilidade sociais, salientando os aspectos que dizem respeito especificamente ao gênero feminino.

2.1 Gênero e espaço urbano: o lugar da mulher na cidade

Nas últimas décadas do século XX, no campo dos estudos urbanos, a concepção de uma não neutralidade universal na construção do espaço tem sido admitida, especialmente por urbanistas e geógrafas. No Brasil, o debate sobre um urbanismo que trate das questões de gênero ainda é inicial e a abordagem de gênero na produção e apropriação do espaço urbano começa a ganhar terreno nas produções acadêmicas². Segundo Silva (2000), o surgimento do movimento feminista no país se dá na década de 1960, durante a ditadura militar, quando as mulheres, especialmente as paulistas, reivindicam ao Estado o atendimento de suas necessidades básicas como creches e melhorias nas condições de trabalho e salários. Em geral, essas demandas estavam ligadas à necessidade de a mulher ocupar o mercado de trabalho para manter a família, passando a lutar pela sua inserção na vida pública, além da esfera privada. Surgem então, os primeiros estudos acadêmicos voltados para a temática feminina, especialmente na área das Ciências Sociais. Ainda assim, foi somente na década de 1980 que a pressão de grupos feministas articulados passa a ter o poder de reorganizar a sociedade em diversos setores: em 1988 por exemplo, grandes conquistas femininas foram asseguradas na Assembleia Nacional Constituinte. Neste mesmo período, a heterogeneidade nas relações de gênero é reafirmada:

² Na área do Planejamento Urbano e do Urbanismo, podem ser citados exemplos recentes como a publicação do livro baseado na tese de doutoramento de GONZAGA, Teresinha. *A cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero*. São Paulo: Annablume, 2011. Foram também publicadas as teses de doutoramento de TAVARES, Rossana. *Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. Pós-graduação em Urbanismo FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, 2015 e RAMOS, Diana. *Preta, pobre e puta: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga*. Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional UFRJ, Rio de Janeiro, 2015. A última agraciada com o Prêmio Capes de Teses 2016. Na área da geografia crítica, podemos citar as autoras Joseli Maria da Silva e Suzana Maria Veleda da Silva como referência nos estudos de Geografia Urbana e Gênero no Brasil, especialmente nos últimos 20 anos.

(...) as pesquisas passam a apontar também o carácter relacional entre os sexos que é construído socialmente a partir de relações de poder e conseqüentemente apresentam hierarquias que conduzem à desigualdade social. Não basta estudar as mulheres é preciso estudar as relações sociais entre os sexos. (SILVA, 2000, p. 3).

No campo acadêmico, é na década de 1990 que essas questões passam a tomar forma de trabalhos teóricos e pesquisas, especialmente nas áreas da Sociologia, Antropologia e História. Ainda assim, pode-se afirmar que somente nos últimos 20 anos é que os estudos de gênero crescem em qualidade e quantidade no Brasil (SILVA, 2000). Nas áreas do Planejamento Urbano e Urbanismo, assim como na Geografia, a temática da mulher e o gênero como categoria de análise social que produz diferentes espaços é ainda escassa e dispersa, sendo tarefa urgente para a compreensão das novas configurações espaciais.

Quanto às políticas urbanas, a pauta feminina tem surgido de forma mais intensa em questões de representatividade em conselhos e de titularidade nos processos de regularização fundiária e provisão habitacional, desde o processo de instituição da primeira Conferência das Cidades³. Porém, a perspectiva que tem sido adotada na elaboração dessas políticas é a da divisão sexual do trabalho (TAVARES, 2012), na qual ainda hoje recai sobre a mulher o trabalho doméstico, e as questões relativas a creches, escolas, praças, etc. Assim,

No âmbito das contradições das relações sociais de sexo e de gênero, estão em jogo questões simbólicas e culturais que determinam como as instituições, a economia, a política, e a própria sociedade se comportam e lidam com as desigualdades. E esse aspecto perpassa também o campo do urbanismo no Brasil, pois dificilmente encontramos estudos de fôlego sobre a cidade que considerem a perspectiva de gênero. (TAVARES, 2012, p. 52).

Neste trabalho, ao se adotar a perspectiva feminista do espaço urbano, se parte da compreensão de que não há neutralidade técnica ou científica possível (TAVARES, 2015; SILVA, 2003; MCDOWELL, 1999) e assim, procura-se compreender a relação dialética entre a subordinação reproduzida na construção do espaço urbano de forma normativa e racionalista, e a ação feminina na produção e transformação da cidade a partir de sua vivência.

Tomar esse posicionamento se relaciona ao fato de defender a ideia de que precisamos quebrar a noção de ‘neutralidade científica’, pois todo o trabalho acadêmico é fundado em ideologias, princípios e objetivos que estão longe de ser um olhar distanciado de nossas experiências. Além disso, uma ciência que se denomina neutra parte da construção masculina do saber acadêmico que pressupõe uma imparcialidade para operar

³ Realizada em 2003, primeiro ano do governo Lula, a primeira Conferência das Cidades reuniu delegados representantes de mais de 3.000 municípios. Dela resultou a criação do Conselho Nacional de Habitação e foram propostas as diretrizes para a política habitacional do governo (ROLNIK, 2015).

no controle de métodos, formas e resultados de pesquisa. Desse modo, se estabelece um processo de discriminação a partir da padronização de comportamentos, parâmetros, bibliografias e construção de teorias. (TAVARES, 2015, p. 26).

A própria noção de universalidade, na abordagem feminista do espaço urbano é colocada em xeque, na medida em que uma sociedade não pode ser lida como universal sem apagar desta forma os conflitos sociais, de raça, cor, gênero, etc. Esta sociedade igualmente não poderá produzir uma cidade universal sem silenciar os mesmos problemas. Para Rose (1993 *apud* SILVA, 2007), na própria noção de universalidade há uma estratégia em termos de conquista territorial de tornar os oprimidos sujeitos invisíveis, capturados pela própria noção de neutralidade do território. Porém, a invisibilidade não implica em inexistência, ao contrário, justifica os atos de resistência pelo oprimido.

Na abordagem de Rose (1993), o território possui suas diferenciações internas e, no território conquistado pela força masculina, também existe o espaço do outro – o feminino. Nessa perspectiva, o outro não está necessariamente fora, mas, embora capturado e oprimido, ele desenvolve táticas desconstrucionistas e exercem uma pressão para influenciar a ordem estabelecida. (SILVA, 2007, p. 122).

Longe de considerar as mulheres como vítimas de um sistema opressor ao qual o desenvolvimento das cidades está submetido, este trabalho pretende perceber a presença feminina como influente na construção do espaço urbano, como agente de transformações e resistência, apesar dos constrangimentos trazidos pela materialidade das relações de gênero no território. Considera-se importante olhar além dos papéis socialmente definidos e aos quais a mulher acaba por se adequar (seja por forças externas ou condicionamentos internos a ela), trazendo para a discussão científica a relação dialética entre os gêneros e os constrangimentos à existência feminina a partir desta relação.

Durante muito tempo, a diferença entre as formas de vivenciar o espaço urbano por homens e mulheres foi deixada de lado, se não ignorada. As variáveis levadas em consideração no planejamento urbano diziam respeito apenas a aspectos demográficos, econômicos, culturais e políticos, levantados de forma pretensamente neutra (JACOBS, 2000), deixando a questão do gênero fora de pauta. Os planos urbanísticos setorizados, estatísticos e tecnicistas aos moldes modernistas relegam a mulher a uma condição de invisibilidade na produção normativa do espaço urbano, priorizando agentes hegemônicos e a dominação masculina da cidade. Para Silva (2003), a abordagem sob a perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar ao cotidiano e às

microescalas, ao micro social e aos grupos marginalizados, ficando assim, em segundo plano frente aos interesses predominantes e da financeirização da cidade.

Ao tratar do gênero feminino, entende-se que este é um conceito socialmente estabelecido, a partir das práticas, performances e identidades construídas, fundamentadas em um papel social assumido. O sistema de significação de gênero é relacional, mutante e individual, além de posicionamento político e dependente do lugar que cada corpo assume diante de relações sociais de poder (SCOTT, 1989; BUTLER, 2006; SAFFIOTI, 2013 *apud* TAVARES, 2015). Nesta concepção do conceito de gênero, a construção de identidades masculina ou feminina não é inerente ao chamado sexo biológico, e sim calcado em subjetividades, em que o sujeito está em processo constante de construção. Então, aqui trataremos o termo gênero como não necessariamente associado ao sexo biológico, no qual a percepção

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado casual do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. (...) se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. (BUTLER, 2003, p. 24).

Assim, homens não ocupam necessariamente corpos masculinos e mulheres os corpos femininos. Porém, como afirma Scott (1989, p. 21), gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e que a natureza do processo de formação de uma identidade de gênero só pode ser determinada especificamente situada no espaço e no tempo. Contudo, a autora frisa que gênero não diz respeito a uma relação direta entre sexo e papéis sexuais, mas sim a um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determinante da sexualidade.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1989, p. 7).

Considera-se que o gênero, enquanto representação, é uma construção social permanentemente em renovação, diferenciada espacial e temporalmente (SCOTT, 1989; BUTLER, 2003; SAFFIOTI, 2015). Assim, cada grupo social, em diferentes tempos e espaços, constrói e renova as representações de gênero, porém, algumas dessas representações se tornam

hegemônicas e tendem a instituir padrões de conduta (SILVA, 2009), ainda que não reificadas. A construção social normativa do feminino e do masculino no ocidente está intimamente ligada ao sexo biológico e às funções consideradas intrínsecas a ele:

O padrão hegemônico que categorizou os corpos também lhes atribuiu papéis sociais a serem desenvolvidos e, mais do que isso, instituiu uma forte carga naturalista no seu desempenho. Aos sujeitos femininos se atribui o desempenho da maternagem, passividade, docilidade, fragilidade e emoção. Ao sujeito masculino, agilidade, força, agressividade, astúcia e raciocínio. (SILVA, 2009, p. 123).

Ainda assim, a construção hegemônica e bipolarizada do conceito de gênero é constantemente confrontada pela a vivência cotidiana, muitas vezes contrariando o padrão vigente que categoriza os seres humanos em masculinos e femininos (SILVA, 2009). Por sua vez, a representação do gênero feminino não comporta todas as nuances identitárias femininas, uma vez que esta identidade é plural e reelaborada constantemente (BUTTLER, 2003).

O objetivo deste trabalho não é fazer uma revisão dos conceitos de gênero, já amplamente debatidos no universo acadêmico, nem mesmo promover uma discussão sobre o conceito de gênero em si, mas deixar claro quais destes conceitos foram apropriados aqui para a abordagem de gênero sobre os estudos urbanos pretendida por esta pesquisa, assumindo a diversidade como elemento fundamental na construção da cidade e as peculiaridades intrínsecas a ela. Da mesma forma, ao abordar o espaço urbano sob uma epistemologia feminista este trabalho assume um olhar crítico para o que é naturalizado como sendo o lugar da mulher na sociedade e como isso se traduz na produção do espaço, uma vez que ela se dá a partir das relações sociais que nele se reproduzem e por ele são contingenciadas.

Por outro lado, ao admitir a vivência feminina da cidade como potencial de transformação da mesma, abraça a forma relacional como o espaço urbano é produzido, ora condicionado por forças hegemônicas, ora submetido às formas de vivência socialmente marginalizadas. Neste tipo de abordagem é importante que se leve em consideração as diferentes experiências da cidade, como ela é compreendida, apropriada e transformada a partir da ótica de um grupo específico, no caso, o gênero feminino, ou seja,

é fundamental considerar o ponto de vista dos grupos pesquisados, seus próprios saberes, o que, certamente, constitui uma rica fonte de novos problemas e recursos de pesquisa que vai além do nosso universo branco, asséptico e burguês instituído nos ambientes da pesquisa acadêmica universitária. (SILVA, 2009, p. 115).

É preciso que se considere o lugar que a mulher sempre foi levada a ocupar/não ocupar dentro do espaço urbano. Quando se adota a perspectiva normativa assumida pelos planos urbanísticos de origem funcionalista e modernista, a cidade é pensada para a família heteronormativa⁴, composta por pai, mãe e filhos, onde o lugar do homem é no trabalho remunerado, produzindo e o da mulher é ocupando o espaço doméstico, cuidando da manutenção da casa e da família.

Nesse sentido, estamos cientes de que a estrutura básica do comportamento social reside na definição (ideológica) binária dos corpos e suas respectivas identidades. A feminilidade é definida comumente como irracional, emocional, dependente, privada/dentro, próxima mais da natureza do que da cultura, consumidora, sem poder, relacionada ao ‘lazer-prazer’; em comparação com a masculinidade dos homens: público/fora, trabalho, produção, independência, poder. (TAVARES, 2015, p. 75).

Nessa perspectiva, mesmo quando a mulher está fora de casa, trabalhando, esta ocupação do espaço público é vista como uma concessão. A mulher “não deveria” estar ali, no espaço público masculino, ou pelo menos, não deveria estar sozinha, sem um homem para acompanhá-la, concedendo assim o uso do espaço que não pertence a ela. Assim, o corpo feminino e o espaço por ele ocupado, representam “o outro”, aquele que não é o normal, que não pertence ao espaço público. Segundo Tavares (2015), os limites e fronteiras sociais e territoriais se estabelecem pelas relações de poder e por consequência, de exclusão. Se a produção normativa do espaço urbano se dá pelo poder masculino, o feminino se torna o excluído, ou não pertencente.

Em vista disso, a exclusão das mulheres de determinados espaços se mostra ‘natural’, ordinária, lugar comum, já que esse significado cultural dos corpos legitima as relações de poder genericadas, ou seja, permeadas pelas questões de gênero. A ausência das mulheres em espaços de representação política, em espaços profissionais tidos como masculinos, ou ainda em espaços públicos de lazer, como praças e áreas esportivas, é exemplo de como se naturalizam as ‘presenças e ausências’. (TAVARES, 2015, p. 78).

A luta pela ocupação do espaço público e da cidade é travada desde a década de 1960, quando as feministas americanas criticavam a pertença feminina ao espaço doméstico e sua função como cuidadora. Para Rose (1993), a mulher, especialmente a de classe trabalhadora, era vista pela sociedade capitalista patriarcal como responsável pela reprodução/manutenção da força laboral masculina, liberando-a para o trabalho remunerado ao assumir o trabalho doméstico.

⁴ O conceito de heteronormatividade aqui empregado é o de um sistema de normas que perpassam as relações sociais e que tomam a relação sexo e gênero a partir de uma visão masculina e androcêntrica da sexualidade e expressão de desejos (TAVARES, 2015).

Assim, para estas feministas, o espaço doméstico era o centro da opressão feminina, reivindicando a ocupação dos espaços públicos e a sua adequação à realidade das mulheres. Foi a partir desta época, nos Estados Unidos e também na Europa, que despontam iniciativas em direção a mudanças na maneira de pensar o urbanismo e o planejamento urbano. Nos anos 1980, Dolores Hayden, arquiteta e urbanista americana, publica seu livro *The Grand Domestic Revolution* (1982), em que descreve a luta das mulheres americanas que começavam a reivindicar mudanças na cidade onde viviam, nos seus bairros e na maneira de morar dentro de suas próprias casas.

Elas exigiam remuneração econômica pelo trabalho doméstico não remunerado. Elas propuseram uma transformação completa do design espacial e da cultura material das casas, bairros e cidades americanos. Enquanto outras campanhas feministas lutavam por mudanças políticas ou sociais com argumentos filosóficos ou morais, as feministas materialistas se concentravam nos problemas econômicos e espaciais como base para a vida material⁵. (HAYDEN, 1982, p. 3).

Iniciativas como a de Hayden, que mostrava a sistematização da exclusão feminina dos ambientes urbanos, resultaram em mudanças pontuais no urbanismo americano. Também em alguns países da Europa surgiram importantes colaborações para o urbanismo com abordagem de gênero, como por exemplo a conferência Mulher e Moradia, apresentada por Ana Bofill⁶ na I Jornada de Feministas Independentes, em 1980 na Espanha, e os Encuentros de Mujeres em Arquitectura, na década de 1990, em Madri (MONTANER e MUXÍ, 2014, p. 203), dos quais surgiram discussões sobre a cidade patriarcal moderna e que resultaram em iniciativas esparsas em direção a um urbanismo inclusivo.

Porém, estas mudanças não foram adotadas de forma sistemática ao redor do mundo, ocasionando uma mudança profunda e estrutural na maneira como o urbanismo vem sendo planejado. Dentro desta realidade, o espaço urbano continua sendo meio de constrangimentos e controle do corpo feminino. Por outro lado, a vivência da cidade pelas mulheres é exercida em forma de resistência, mas também como transformadora. Neste aspecto, a abordagem feminista do espaço urbano busca elucidar as práticas femininas de apropriação da cidade e como a cidade é (re)significada a partir do seu cotidiano:

⁵ Traduzido de: “They demanded economic remuneration for women’s unpaid household labor. They proposed a complete transformation of the spatial design and material culture of American homes, neighborhoods, and cities. While other feminists campaigned for political or social change with philosophical or moral arguments, the material feminists concentrated on economic and spatial issues as the basis of material life.” (HAYDEN, 1982, p. 3).

⁶ Arquiteta e compositora feminista espanhola

Para as feministas, as rotinas cotidianas traçadas pelas mulheres nunca são sem importância, porque os eventos cotidianos aparentemente banais e triviais estão ligados às estruturas de poder que limitam e confinam as mulheres. Os limites impostos às atividades diárias das mulheres são estruturados pelo que a sociedade espera que as mulheres sejam e a partir daí façam. O dia-a-dia é a arena pela qual o patriarcado é (re)criado – e contestado. Nas palavras de Teresa de Lauretis⁷, o feminismo ‘permanece intensamente como uma política da vida cotidiana’⁸. (ROSE, 1993, p. 24).

As mulheres, no contexto urbano patriarcal, têm suas práticas sociais cotidianas ordenadas pela constituição espacial em que se encontram e pela construção social do que é ser mulher e a partir daí, de como devem agir. Porém, segundo Rose (1993 *apud* SILVA, 2007), é nesta mesma construção do sujeito social feminino, que se abrem as possibilidades de transformação e resistência dentro da estrutura de dominação masculina:

Atos humanos não são reproduzidos e dependem de uma série de elementos que influenciam na performance, como tempo, espaço e contexto grupal. Nesse sentido, a performance de gênero permite a criação do novo porque nunca se repete o padrão idealizado. Isso é a subversão do ideal de gênero e também a sua própria condição de sobrevivência. (SILVA, 2007, p. 122).

Assim, o que é hoje entendido como ser mulher, está em constante transformação e as próprias mulheres são os agentes desta transformação. Da mesma forma o espaço urbano e os constrangimentos por ele impostos à vivência feminina são passíveis de transformações e (re)ordenações, uma vez que este espaço é fruto da dinâmica social que nele se encerra. A prática feminina da cidade pode ser vista então, não como vítima da configuração urbana, mas para além de resistência, também como potencial transformador do espaço em que se insere.

Entre a gama de constrangimentos enfrentados está a perpetuação da ordenação patriarcal através de moldes que seguem configurações hegemônicas e normativas, em que o papel da mulher ainda é visto como daquela que ocupa um espaço secundário. Assim, ainda hoje fica a cargo das mulheres grande parte da carga de serviços domésticos e de manutenção da família, os quais são tidos como trabalhos não produtivos e, portanto, inferiores ao trabalho remunerado. Porém, um número considerável de domicílios urbanos brasileiros conta hoje com a

⁷ Professora do departamento de História da Consciência da Universidade da Califórnia e autora de diversos livros sobre a questão de gênero na área da semiótica e do cinema.

⁸ Traduzido de: “For feminists, the everyday routines traced by women are never unimportant, because the seemingly banal and trivial events of the everyday are bound into the power structures which limit and confine women. The limits on women’s everyday activities are structured by what Society expects women to be and therefore to do. The everyday is the arena through which patriarchy is (re)created – and contested. In the words of Teresa de Lauretis, feminism ‘remains very much a politics of everyday life’” (ROSE, 1996, p. 24).

responsabilidade feminina para a sua manutenção, mesmo que a divisão sexual do trabalho tenha permanecido intacta nas últimas décadas.

Apesar de assumir jornadas cada vez mais intensas de trabalho remunerado, as mulheres continuam socialmente responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico não remunerado de cuidados com a casa (limpeza, alimentação, manutenção, etc.) e com as pessoas dependentes (crianças, idosos, enfermos, etc.). De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 90% das mulheres brasileiras desempenham esta função. Para os homens, este percentual é de 50%⁹. Já relatórios do PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios) de 2009 demonstram que as mulheres despendem em média 26,6 horas semanais apenas com os serviços domésticos não remunerados, enquanto os homens gastam 10,5 horas para desempenhar o mesmo tipo de trabalho¹⁰. A condição social em que estas mulheres se encontram também é determinante para a realização deste tipo de atividade: quanto mais pobre, maior a carga a que são submetidas.

Ainda que o trabalho doméstico sem remuneração permaneça essencialmente entendido como um trabalho feminino, as mulheres têm assumido cada vez mais a responsabilidade pelo sustento das famílias, sejam monoparentais ou não. Segundo dados do censo do IBGE do ano de 2010¹¹, as mulheres são responsáveis por quase 40% dos domicílios urbanos brasileiros. Levando-se em consideração a composição familiar, nas famílias que contam somente com um responsável, cerca de 88% destes são mulheres. Cabe ressaltar que 46,4% das famílias urbanas que vivem com rendimentos de até ½ salário mínimo são de responsabilidade feminina, assim como 30% das famílias com filhos de até 5 anos de idade.

Seja o papel de responsável pela família assumido de forma involuntária (por abandono do cônjuge, viuvez, gravidez não desejada, etc.), ou por opção, o trabalho remunerado é conciliado com as atribuições socialmente impostas de cuidadora e responsável pela manutenção da casa.

Segundo Madariaga (2004), as novas demandas femininas entram em choque com a estrutura física das cidades e a maneira funcionalista que o planejamento urbano normativo continua a produzi-las. As mulheres, responsáveis pela dupla jornada de trabalho (remunerado e

⁹ Dados do IPEA em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=14321

¹⁰ Dados da PNAD em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120523_comunicadoipea0149.pdf

¹¹ Dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, expressos no relatório *Estatísticas de Gênero: Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010*, disponível em <http://agenciapatriaciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/10/dados-de-genero-ibge.pdf>.

doméstico), são as que se utilizam do espaço urbano de forma mais complexa, conciliando as atividades consideradas não produtivas com as atividades produtivas. Enquanto o homem-padrão (branco e produtivo) realiza um deslocamento pendular e normalmente motorizado (casa-trabalho, trabalho-casa), elas ocupam a cidade realizando percursos poligonais atendendo às necessidades familiares, além de suas próprias: levam os filhos à escola, aos serviços de saúde, aos espaços de lazer, constantemente no mesmo deslocamento que realizam ao trabalho (MADARIAGA, 2004). No caso das mulheres em situação de pobreza, que não tem acesso aos bens e serviços privados, esta condição afeta ainda mais a sua mobilidade urbana e por consequência sua autonomia:

Las mujeres son las principales usuarias del transporte público, encadenan más viajes, viajan por más motivos diferentes, recorren distancias más cortas, realizan una gran parte de sus desplazamientos en el entorno de la vivienda y hacen muchos viajes acompañando a otras personas que carecen de autonomía personal. Aunque se muevan más, tienen menos movilidad y ésta está constreñida por su dependencia de las necesidades de los otros y de los horarios de los servicios públicos, y por su menor acceso al transporte privado. (MADARIAGA, 2004, p. 109).

Como maiores usuárias dos serviços e bens públicos, as mulheres pobres utilizam de forma mais intensa o transporte coletivo, creches, escolas e postos de saúde. Além disso, são dependentes das infraestruturas públicas urbanas (iluminação e saneamento, etc.) e ainda de equipamentos urbanos de lazer e cultura como praças e parques (MUXÍ, 2009; MADARIAGA, 2004). A consequência direta é que essas mulheres se tornam as principais afetadas pelos processos de segregação urbana ao ter o seu trabalho social e reprodutivo dificultado pela falta de mobilidade e condições de bem-estar no espaço urbano:

Si la vida cotidiana funciona, funciona todo lo demás. Hasta ahora las ciudades se han pensado desde las necesidades de la producción, del trabajo pagado, sin darnos cuenta de que todo ello es sostenido por un trabajo invisibilizado para el que las ciudades no han sido pensadas. Las distancias de las ciudades pensadas en funciones separadas, teóricamente rentables para la producción, hacen inviable que las mujeres con responsabilidades reproductivas puedan acceder en igualdad de condiciones que los hombres a estos trabajos. (MUXÍ, 2009, p. 42).

Como já foi dito, olhar para o espaço urbano levando em consideração a problemática do gênero envolve tomar os fenômenos urbanos como a segregação urbana e as condições de habitação e mobilidade de uma nova perspectiva, que vai além da dinâmica de classes sociais, incorporando análises de gênero. Essas análises englobam questões como a violência, a pobreza,

os constrangimentos inerentes aos corpos femininos e as lutas cotidianamente travadas pela ocupação do espaço público.

Segundo dados da PNAD do ano de 2008¹², cerca de um terço das pessoas em situação de extrema pobreza¹³ no país vivem em famílias monoparentais em que a responsável pelo domicílio é mulher. Esse fato pode ser influenciado pela inserção precária das mulheres pobres no mercado de trabalho e sua menor remuneração, mas também pela alta incidência de abandono parental masculino e carência de serviços públicos adequados como creches e escolas de qualidade e em período integral.

Na América Latina, especialmente nas últimas décadas, surgiram diversos estudos sobre a pobreza e as diferentes formas de quantificá-la, porém, por muito tempo estes estudos não incluíram a categoria de gênero, considerando a pobreza como um fenômeno único para homens e mulheres (MELLO, 2004). Criada para promover assuntos ligados à problemática de gênero, a *Unidad Mujer y Desarrollo*¹⁴ da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) considera a pobreza como um fenômeno multidimensional, que associa fatores como desnutrição, baixa escolaridade, subconsumo, sendo resultado de um processo econômico de exclusão social, cultural e política.

Apenas recentemente os estudos sobre a pobreza começaram a abordar a diferença de seus efeitos a partir do gênero no país. No relatório *Gênero e Pobreza no Brasil*, elaborado em 2004 para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), ligada à CEPAL, Mello (2004) afirma que a abordagem de gênero na pobreza é um campo relativamente novo, apesar de urgente. Existe uma grande parcela da população feminina que por estar inserida de forma mais precária que a masculina no mercado de trabalho, concentrando sua força laboral em segmentos menos organizados da economia, com maior recorrência de contratos informais e menor presença sindical, tem acesso a menores remunerações e passam a viver abaixo da considerada “linha da pobreza”. Para determinar o que seria pobreza, órgãos governamentais procuram estabelecer

¹² Dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) presentes em notícia do Observatório de Gênero disponível em <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/a-extrema-pobreza-e-feminina/>.

¹³ Pessoas com renda *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo, uma das medidas consideradas no Brasil para a determinação do público-alvo dos programas sociais de transferência de renda. Adiante no texto, abordarei com mais detalhes os parâmetros estabelecidos no Brasil para a definição do termo “linha da pobreza”. Mais informações em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/artigo_2.pdf.

¹⁴ Instituição ligada a CEPAL e dedicada a produções acadêmicas sobre o tema da pobreza sob o prisma de gênero, contribuindo assim para a promoção de políticas públicas de combate à pobreza na América Latina. Mais informações em <https://www.cepal.org/mujer/direccion/acercade.asp>.

parâmetros normativos, geralmente vinculados à questão de rendimentos, para determinar o que seriam as condições mínimas para viver fora desta situação.

No ano de 2011 com o surgimento do Plano Brasil sem Miséria, lançado pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome¹⁵, foram estabelecidos parâmetros para o público-alvo das políticas públicas de mitigação da pobreza. Tais parâmetros, indicam uma “linha da pobreza”, abaixo da qual estariam os indivíduos considerados extremamente pobres e passíveis de participação nos programas sociais governamentais. Foi adotado o fator financeiro como determinante para a participação ou não nestes programas: um quarto de salário mínimo *per capita* para a obtenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC), meio salário mínimo *per capita* para a inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e as linhas para obtenção do Bolsa Família, que hoje estão fixadas em valores abaixo de R\$ 85,00 *per capita* para extrema pobreza e de R\$ 85,01 a R\$ 170,00 *per capita* para pobreza¹⁶.

Porém, levar em consideração somente fatores financeiros para compreender os efeitos sociais da pobreza, especialmente a feminina, tem sido insuficiente. Para Secchi (2011, p. 32), estar nessa condição diz respeito a fatores muito mais abrangentes do que os rendimentos:

(...) pobre no es solamente la persona, la familia o el grupo que dispone de una renta y un patrimonio exiguo, sino también quien de hecho no dispone, ni siquiera potencialmente, de la posibilidad de disfrutar de algunos bienes y servicios esenciales para la supervivencia, como por ejemplo la atención médica; que no tiene acceso a las instituciones o la asistencia social en sus diversas formas y cuyo capital espacial la excluye de los más elementales derechos de ciudadanía; que es estigmatizada y “etiquetada” em función de su lugar de residencia.

Segundo Mello (2004) conceitos como desigualdade, exclusão e vulnerabilidade também têm sido utilizados para definir de forma mais ampla os efeitos sofridos pelos indivíduos em condição de pobreza. Desigualdade, segundo a autora, diz respeito ao acesso às condições de empregabilidade e renda. A desigualdade de acesso a estes fatores acarretaria a exclusão, que vai além da inacessibilidade aos bens como moradia e escolaridade, mas diz respeito à rejeição social, perda de identidade, falta de laços comunitários e sociais:

A exclusão aparece menos como um estado de carência do que como uma trajetória ao longo da qual, a insuficiência de renda e a falta de recursos diversos somam-se às desvantagens acumuladas pelas pessoas no seu cotidiano miserável. São processos de

¹⁵ Desintegrado desde 2016 e absorvido pelo hoje chamado Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

¹⁶ Para mais informações sobre o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família acessar o site <http://calendariobolsafamilia2016.org/quem-tem-direito-ao-bolsa-familia/>.

rupturas, situações de desvalorização social, advindas da perda de status social e da redução drástica das oportunidades. Substituir o enfoque de pobreza pelo de exclusão é levar em consideração a vivência de insegurança, o excluído não controla seu futuro. Esta tem conotação negativa, significa má integração, seja pelo lado do sistema produtivo, seja pelo lado do padrão de consumo. A tônica da exclusão é dada pelo empobrecimento das relações sociais e das redes de solidariedade. (MELLO, 2004, p. 8).

A vulnerabilidade por sua vez, corresponde a como determinados processos sociais poderiam levar o indivíduo a uma incapacidade de resposta e inadequada adaptação a nova situação:

Por exemplo, a perda do emprego pode acarretar para uma pessoa ou família em uma perda de status ou a vivenciar uma situação de carências, desde a alimentar até a cultural. A noção de vulnerabilidade é particularmente útil porque exprime várias situações: identificar grupos que estão em situação de risco social, grupos que devido a padrões comuns de conduta tem probabilidade de sofrer algum evento danoso, identifica grupos que compartilham algum atributo comum e por isso são mais propensos a problemas similares. (MELLO, 2004, p. 9).

Para este trabalho, a pobreza feminina será abordada em sua definição mais ampla e multifatorial, levando em consideração a diversidade de efeitos a que as mulheres pobres possam estar submetidas. Com isso, essas mulheres serão consideradas não pelo fato de se localizarem abaixo dos parâmetros que dizem respeito aos rendimentos, como os adotados pelo Estado por requisito para o acesso às políticas sociais. Também serão consideradas pobres aquelas que se encontram em situações de vulnerabilidade e exclusão social, ocasionadas tanto pela impossibilidade de manutenção dos meios mínimos para a sobrevivência digna (como alimentação, saúde e escolaridade), quanto pela sua localização e forma de ocupação do espaço urbano, além de suas (im)possibilidades de mobilidade.

A ocupação da cidade pela mulher pobre implica ainda em processos de exclusão espacial, nos quais a pobreza soma-se ou intensifica-se mediante à ineficiência das políticas públicas urbanas ao tentar solucionar as questões relacionadas ao gênero. Essas políticas em geral, acabam por obedecer ao mesmo fundamento racionalista patriarcal e universalista dos planos urbanísticos na sua concepção e olham para o território de uma perspectiva normativa e verticalizada, assumindo uma suposta neutralidade que acaba por silenciar as minorias sociais: “a própria possibilidade de compor um padrão universal e totalizante, de ser humano ou urbano, demonstra a predominância da concepção totalizadora modernista e a desconsideração da diversidade social, cultural, geracional, racial e de gênero” (TAVARES, 2015, p. 48). As lacunas deixadas resultam

em mais desigualdade e no apagamento desses recortes fundamentais para a compreensão da dinâmica urbana para além dos parâmetros normativos.

Levadas pelas políticas públicas ou pela própria condição social a ocupar as periferias mais empobrecidas, essas mulheres ficam sujeitas a mais um tipo de constrangimento urbano: a violência. Entende-se violência a partir da contribuição de Saffioti para a discussão sobre violência e gênero, assumindo-a como sendo a “(...) ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (SAFFIOTI, 2015, p. 18). Essa realidade se expressa nos números da violência contra a mulher, levantados pela Agência Patrícia Galvão¹⁷ em setembro de 2016. Segundo dados da pesquisa sobre a percepção das mulheres quanto à violência de gênero, 85% das mulheres entrevistadas têm medo de sofrer violência sexual, enquanto 42% dos homens acreditam que “mulheres que se dão ao respeito não são estupradas”. Já segundo dados do IPEA¹⁸, entre os anos de 2001 e 2011, mais de 15 mulheres foram mortas por dia no Brasil, sendo que aproximadamente um terço dos crimes ocorreram no espaço domiciliar.

A ocupação do espaço público pelo corpo feminino é uma forma de enfrentamento e ao mesmo tempo, de resistência. As ruas nas periferias distantes, desprovidas muitas vezes da presença do Estado, longe da barreira invisível do olhar, podem se transformar em espaços de constrangimento (SILVA, 2007). Ainda assim,

mesmo em um lugar que oferece risco eminente às mulheres que residem em favelas e bairros precários, muitas não se intimidam, não só se aventurando para trabalhar, saindo de madrugada de casa e chegando à noite, como também reivindicando direitos, em associações, coletivos locais ou também recorrendo à justiça quando são vítimas da violência, sobretudo por seus filhos assassinados. (TAVARES, 2015, p. 110).

O modelo social patriarcal capitalista, além da estruturação de uma sociedade que preconiza a força laboral masculina em detrimento da feminina, traz precarização nas relações de trabalho, gerando pobreza urbana feminina e possibilitando a reprodução da violência de gênero. O acesso físico à cidade tem sido diferente para corpos femininos e masculinos e a violência

¹⁷ Criada em 2009 pelo Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos, a Agência Patrícia Galvão produz e divulga notícias, dados e conteúdos multimídia sobre os direitos das mulheres brasileiras, dando maior amplitude à cobertura jornalística. Mais informações em <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/dados-e-pesquisas-violencia/dados-e-fatos-sobre-violencia-contra-as-mulheres/> e http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf.

¹⁸ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mais informações em <http://www.compromissoeatitude.org.br/pesquisa-do-ipea-sobre-o-assassinato-de-mulheres-destaca-necessidade-de-tipificacao-penal-para-o-feminicidio/>.

urbana é um dos constrangimentos constantes para a ocupação do espaço pelas mulheres. Por violência de gênero considera-se neste trabalho como sendo aquela que, segundo Saffioti (2015, p. 75, grifo da autora), é mais amplamente difundido: “*violência de gênero* caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura”. Este tipo de violência, afirma a autora, não ocorre aleatoriamente, mas dentro de uma construção e uma organização social de gênero que privilegia o masculino em detrimento do feminino.

Pesquisas no campo da criminologia indicam que a pobreza e a disparidade social aumentam a probabilidade da criminalidade (LIRA, 2017), enquanto desigualdades socioeconômicas desencadeadas por processos urbanos como a segregação levam ao aumento da violência:

A violência influencia a construção, composição e organização espacial da cidade contemporânea na mesma medida que o urbano influencia a consumação ou não de determinados crimes. A primeira parte desta afirmativa pode ser corroborada pela arquitetura do medo¹⁹, desvalorização econômico-funcional de regiões que apresentam altos índices criminais e pela fragmentação sócio-espacial. (LIRA, 2017, p. 64).

Neste contexto, a pobreza pode funcionar como um catalizador da violência de gênero e violência doméstica. Saffioti (2015) indica que o aumento do desemprego e a impossibilidade de prover a família leva os homens a sensação de impotência e perda da masculinidade, o que pode acarretar o aumento da violência doméstica contra suas parceiras. Quando a violência ocupa o espaço privado que é supostamente o lugar de pertença das mulheres, este se transforma em mais um ambiente de insegurança. Por outro lado, o espaço público, de ordem patriarcal, também pode ser um espaço de opressão para as mulheres, especialmente as pobres. Questões como insegurança e medo têm sido centrais na vivência feminina do espaço urbano. Ressalte-se que a pobreza e a desigualdade atuam como possíveis catalizadores da violência, entretanto, não é correto afirmar que a pobreza é sinônimo de violência (ZALUAR, 2006; SAFIOTTI, 2015).

A violência urbana ainda afeta as mulheres em âmbitos menos evidentes. A manutenção do papel feminino de cuidadora e a forma como as políticas públicas perpetuam essa condição, condicionando a obtenção/manutenção dos benefícios sociais a fatores como atualização da carteira de vacinação e a garantia de frequência das crianças na escola, levam a crença de que é papel exclusivamente feminino o cuidado com os filhos. Segundo Tavares (2015) não é raro que as mulheres pobres que residem na periferia urbana acabem por abandonar suas atividades

remuneradas para cuidar dos filhos nos períodos em que não estão na escola, em função de um crescente assédio da criminalidade e da insegurança no espaço público. Essas violências físicas e subjetivas às quais as mulheres pobres estão submetidas levam muitas vezes ao apagamento da presença feminina dos diferentes ambientes urbanos, causando um ciclo vicioso de pobreza, confinamento e mais violência:

A sensação de medo do espaço urbano é algo que permeia nossa experiência urbana, especialmente, numa metrópole como o Rio de Janeiro. Isso não podemos negar. Mas o sentimento de não sermos legítimas no espaço urbano coloca em xeque a relação de nossos corpos com a cidade. Como nos sentiremos à vontade no espaço urbano, mesmo que ele esteja desenhado conforme os “6 princípios de Montreal²⁰” se nosso corpo é delimitado por uma moralidade a que os homens não são submetidos? Uma moral que nos localiza na cidade. A questão tanto funcional quanto normativa do urbanismo exerce este poder de constrangimento. (TAVARES, 2015, p. 115).

Mesmo com os constrangimentos imprimidos à sua presença nos espaços públicos, muitas mulheres resistem, ainda que não tenham esta percepção, lançando-se ao mercado de trabalho, muitas vezes não contando com disponibilidade de transporte coletivo adequado, saindo de casa em horários pouco seguros, como a noite ou a madrugada. São elas que levam e buscam seus filhos na escola e quando necessário, aos serviços como postos de saúde. São elas normalmente que provêm a casa de mantimentos, frequentando pequenos comércios locais e mercados. É através delas que muitas famílias acessam as políticas públicas sociais que são buscadas junto aos órgãos públicos muitas vezes distantes de seus locais de residência. Através de sua organização, frequentemente são alcançadas melhorias para as escolas de seus filhos ou para o local onde moram. Essas mulheres também buscam outras formas de socialização como rodas de conversa informais, nas quais trocam experiência e estabelecem relações de vizinhança e configuram novas redes de sociabilidade. No Rio Grande do Sul, são frequentes as chamadas rodas de chimarrão, organizadas de forma improvisada com cadeiras, normalmente ocupando os espaços públicos ou coletivos de circulação. Assim, considera-se que as mulheres não são simplesmente vítimas de

¹⁹ Trata-se da arquitetura defensiva, de altos muros, grades, câmeras de vigilância cercas elétricas, guaritas e seguranças armados que tem transformado a paisagem urbana nas cidades brasileiras.

²⁰ A partir de demandas femininas nos anos 1990, na cidade de Montreal, foi criado o programa *Femmes et ville* (Mulheres na Cidade) que visava desenvolver um conceito de projeto urbano seguro do ponto de vista das mulheres. O programa apresentava os seguintes princípios: 1- saber onde está e onde vai – sinalização; 2- ver e ser vista(o) – visibilidade; 3 - entender e ser entendida(o) – afluência; 4 - obter recursos – segurança e acesso a ajuda; 5 - viver num ambiente próprio e acolhedor – projeto e manutenção dos lugares; 6 - agir juntas(os) – participação da comunidade. (TAVARES, 2015).

sua condição ou submissas ao espaço urbano onde estão inseridas, mas produzem vivências cotidianas de resistência e transformações.

A concentração e desigual distribuição espacial de fatores geradores de riquezas na cidade, como melhores oportunidades de trabalho, acarreta o aumento da informalidade urbana, a precariedade habitacional, a segregação urbana e a injustiça espacial. A pobreza, a segregação e a violência andam de braços dados. As mulheres segregadas são as que convivem com as consequências repressoras destas condições de forma mais intensa. Neste trabalho, tem-se a pretensão de investigar as condições de segregação que afetam especificamente as mulheres, buscando entender os constrangimentos aos quais são submetidas a partir da segregação, mesmo quando essa condição não é formalmente percebida pelas mesmas.

2.2 A dialética da cidade: patriarcado e vivência feminina do espaço urbano

A cidade, que já foi dada como palco de acontecimentos, hoje tem sido assumida como o resultado de interações entre elementos sociais, políticos, históricos, econômicos, culturais e humanos (CARLOS, 2007). Não apenas como retrato das mesmas, mas como consequência dos seus processos. Na prática, a medida em que a sociedade se transforma, a cidade muda (LEFEBVRE, 2001), materializando essas transformações no espaço urbano e com um recorte temporal (CARLOS, 2007; ROSE, 1996). A mudança de costumes e valores ao longo do tempo, produz marcas materiais que permanecem no espaço urbano, tanto na arquitetura, quanto no traçado espacial. Porém, a dinâmica social também tem expressão imaterial no desenho da cidade. Dessa forma, pode-se dizer que a cidade se forma na dialética entre o material e o social, o público e o privado, o habitar e o produzir, o construir e o destruir, sendo reconhecida como resultado da vivência humana, sempre em transformação. Assim,

A materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares, esta é a dimensão da produção/reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida. O homem se apropria do mundo através da apropriação de um espaço-tempo determinado, que é aquele da sua reprodução na sociedade. Desloca-se, assim, o enfoque da localização das atividades no espaço, para a análise do conteúdo da prática sócio-espacial enquanto movimento de produção/apropriação/reprodução do espaço da cidade. Tal fato torna o processo de produção do espaço indissociável do processo de reprodução da sociedade — neste contexto, a reprodução continuada da cidade ocorre fundamentando-se na reprodução ininterrupta da vida. (CARLOS, 2007, p. 20).

Trata-se de um território vivo, expresso por diferentes possibilidades. A cidade responde às dinâmicas sociais e transforma-se, mas também condiciona a realidade ali vivenciada, abrindo assim uma indefinida gama de possibilidades de ações e reações contingenciadas pelo espaço urbano. Fatores como as políticas públicas, as decisões do Estado, as possibilidades econômicas e as operações financeiras quando materializadas, afetam diretamente a sua configuração espacial, assim como a ação dos cidadãos, suas vivências, suas práticas cotidianas.

A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É a materialização de relações da história dos homens, normatizada por ideologias; é uma forma de pensar, sentir, consumir; é modo de vida, de uma vida contraditória. (CARLOS, 2001, p. 26).

As diferentes forças representadas pelas realidades sociais diversas que compõem o espaço urbano são dotadas de possibilidades de transformação, concretizando objetivos e materializando suas ações no território da cidade. São agentes autônomos ou não, com grande poder de transformação, ao mesmo tempo em que se inserem profundamente no contexto em que se encontram, sendo ora por ele determinados, ora determinantes de sua construção (TAVARES, 2015),

Nessa direção, a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais — relações produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social — produzindo um espaço — ao longo do processo histórico. Na perspectiva apontada, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade. (CARLOS, 2007, p. 21).

Assim, considera-se que a vivência feminina da cidade configura a mulher como um destes agentes, ao mesmo tempo condicionada pelo espaço urbano e resistindo a ele, mas indo além, conformando espaço. Neste trabalho a vivência feminina é considerada como constrangida e ao mesmo tempo transformadora/(re)ordenadora do espaço urbano, adaptando-o, mesmo que de forma não intencional, a sua vivência particular e às suas necessidades específicas. A inadequação da cidade, ao existir feminino, é naturalizada quando olhamos para a cidade a partir de relações mercantilizadas e pautadas pela produção capitalista (MADARIAGA, 2004; MUXÍ, 2009). A cidade como hoje conhecemos, tem sido formalmente pensada para o homem e suas necessidades de reprodução do capital e pode ser interpretada normativamente como uma cidade androcêntrica e patriarcal.

Porém, os processos pelos quais o desenvolvimento da cidade passa, são complexos e desafiadores. O resultado é uma relação ambígua entre a cidade vista como normativa, aquela construída em função das relações capitalistas, seguindo planos urbanísticos universais e de base modernista, que se expressa em um espaço-urbano financeirizado, e a cidade informal, orgânica e em constante transformação, que se dá a partir da vivência cotidiana do espaço-urbano, mas não livre de ser condicionada pela primeira.

Na dinâmica que ainda obedece a lógica modernista ou do urbanismo racionalista na construção do espaço, os planos urbanísticos são, de maneira mais ou menos intensa, baseados na Carta de Atenas e na funcionalidade espacial²¹ (MUXÍ, 2006). Funcionalidade essa que setoriza a cidade em áreas de acordo com sua função: de morar, de trabalhar, de lazer, etc., segmentando o espaço urbano e aumentando significativamente os deslocamentos. É um resquício da cidade funcional modernista que tem como usuário o “homem modelo”, ignorando suas particularidades individuais, culturais e de classe. A cidade funcionalista moderna poderia ser replicada em qualquer parte do mundo capitalista (ROLNIK, 2015; MUXÍ, 2006; SOUZA, 2005), ou seja, com base nas premissas universalistas do modernismo, a diversidade aparentemente seria deixada de lado em nome de uma padronização do espaço urbano de moldes normativos e fechados. Seria a cidade setorizada e organizada por planos que levam em consideração uma ampla gama de variáveis técnicas, mas que acabariam por desconsiderar as especificidades humanas, a diversidade e a sutileza da vida cotidiana.

Desde as propostas racionalistas de Cerdá para Barcelona, em 1859, como solução para os problemas urbanos pós-industrialização; passando pelos planos de Haussmann para Paris, por volta de 1860, reformada nos moldes do racionalismo para atender aos interesses militares de Napoleão; chegando ao traçado das cidades modernistas como Brasília, projetada na década de 1960 por Lúcio Costa²², existe uma tentativa de enquadramento das cidades em uma concepção do espaço, no qual a engrenagem urbana funcionaria apesar das dinâmicas sociais. Além da

²¹ A Carta de Atenas é o resultado do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, ocorrido em Atenas na Grécia no ano de 1933. Trata-se de um manifesto urbanístico sobre o pensamento da época, em que arquitetos e urbanistas procuram resolver os problemas causados pelo rápido crescimento das cidades. Neste manifesto encontram-se considerações que serviriam para reger o planejamento urbano. Um dos pontos destacados na Carta é a separação da cidade em áreas funcionais que poderiam ser residenciais, de lazer, trabalho, entre outras, setorizando o espaço urbano através do planejamento do uso do solo. Carta de Atenas em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Mais informações em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.079/3069>.

²² Para maiores informações ver: BENEVOLO, L. História da Cidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

herança modernista, o capitalismo e a financeirização (MARICATO, 2009) desta cidade são fatores condicionantes de seu desenvolvimento.

Porém, essa lógica de construção da cidade não oculta o embate de forças que a conformam. Se a cidade formal é construída na lógica do capital e dos planos urbanísticos nos moldes do modernismo, a cidade informal é construída dentro da dinâmica social, num embate entre forças hegemônicas e não hegemônicas que acaba por dar a configuração real do espaço urbano. Nessa dinâmica, o conflito de forças sociais produz resistências e transformações, nas quais as práticas normativas de produção do espaço são cotidianamente confrontadas com formas mais orgânicas e heterogêneas de vivenciar a cidade e por consequência conformá-la (TAVARES, 2015).

A relação da mulher com a cidade patriarcal faz parte dessa dinâmica conflituosa de conformação do espaço urbano a partir de realidades diversas. A prática feminina da cidade, de ocupar os espaços mesmo inóspitos e inadequados a sua vivência, e a partir dela reordená-lo é recorrente, mesmo que não intencional.

Como já foi apontado, a perspectiva de análise da dinâmica de formação das cidades para este trabalho será tomada a partir do olhar feminino/feminista. Isso significa admitir a lógica macroestrutural de formação das cidades a partir do capitalismo e da financeirização do espaço urbano (ROLINIK, 2015; MARICATO, 2009), a partir de planos urbanísticos universalizantes e de moldes modernistas, que resultam na cidade funcional, em que as desigualdades sociais implicam na formação de uma periferia empobrecida, marcada pela ausência do Estado (BICHIR; MARQUES E TORRES, 2006). Mas vai além do determinismo destas constatações, lançando um olhar às microescalas e à diversidade de modos de conformação do espaço urbano, admitindo a influência de outros processos além dos hegemônicos. Dessa forma, admite-se o fenômeno da segregação urbana como fator que influencia de forma significativa na qualidade do acesso aos bens e serviços públicos e da mobilidade urbana (VILLAÇA, 2001). E de forma mais abrangente, considera-se ainda que além da disparidade socioeconômica presente no espaço urbano, a própria dimensão espacial interfere no acesso a estes bens e serviços e no funcionamento das políticas públicas sociais (BICHIR; MARQUES e TORRES, 2006; VILLAÇA, 2001). Porém, como premissa, admitimos que essas condições alavancam outras formas de viver e formar a cidade, para além da normatividade prevista, incluindo nestas práticas, as apropriações de bens e serviços públicos, a mobilidade urbana e as configurações de redes de sociabilidade a partir delas.

Exemplo dessa cidade configurada para além da previsão normativa pode ser observada no caminho construído pelos moradores do conjunto habitacional Viver Bem, na cidade de Santa Cruz do Sul-RS, que inicialmente isolados pelo projeto do loteamento que previa somente um acesso aos serviços e equipamentos públicos, através do Distrito Industrial, não restringem seus percursos à normatividade e implementam um novo acesso. Este caminho se dá por uma precária ponte de madeira, mesmo insalubre ou perigosa, que permite aos moradores acessar de maneira mais rápida e direta os bens e serviços públicos no bairro vizinho (unidade básica de saúde, creche, escola...).

É a partir deste olhar empírico que aqui se busca entender a dinâmica da vivência feminina a partir da segregação, e quais os reais constrangimentos a que as mulheres pobres estão submetidas dentro da lógica espacial urbana. A quais serviços e bens públicos essas mulheres têm o acesso dificultado pela sua realidade de segregada, e quais as consequências destas dificuldades no seu acesso ao direito à cidade e à justiça urbana? Como são, por exemplo, as dificuldades de inserção ao mercado de trabalho e de mobilidade social e espacial, além de suas formas cotidianas de resistência, apropriação e (re)construção do espaço urbano?

As mulheres, para quem historicamente é negado o espaço público, agora assumem a condição de força de trabalho imprescindível no mundo capitalista e desenvolvem neste espaço papéis complementares àqueles a ela atribuídos socialmente (MONTANER e MUXÍ, 2014). Ao mesmo tempo, continuam a assumir no espaço privado o papel complementar às atividades remuneradas, arcando com o trabalho de cuidado e manutenção da casa e das crianças. Nos papéis a ela atribuídos pela construção social do gênero feminino, as mulheres vivem a cidade de maneira diferente dos homens.

Imersas nesta complexidade urbana estão as mulheres pobres, que além da posição de exclusão de gênero intrínseca ao feminino, ainda sofrem pesadamente as consequências da segregação à medida que necessitam cotidianamente dos serviços públicos para realizarem de modo satisfatório todas as tarefas impostas socialmente a elas (MADARIAGA, 2004). São estas mulheres que utilizam mais intensamente serviços públicos como os postos de saúde, as escolas e creches, as praças e espaços de cultura e lazer, as calçadas e o transporte coletivo, e ainda assumem os desafios de deslocar-se por uma cidade masculinizada e que carece de políticas públicas sociais includentes (MARICATO, 2000).

A materialização destas formas de reprodução do capital e das dinâmicas sociais, resulta em uma cidade heterogênea, em que os espaços são ocupados de maneira diversa, por vezes obedecendo a lógica deste capital (VILLACA, 2001), por vezes assumindo uma lógica própria, de acordo com os agentes que ocupam o território. Porém, a desigualdade social se repete no espaço em forma de desigualdade espacial, na qual os detentores do capital financeiro também são detentores dos espaços mais valorizados pelos investimentos públicos e privados, e os mais pobres são levados a ocupar os espaços que conseguem, seja por resistência, seja por intervenção do Estado através das políticas públicas.

As relações sociais sofrem constrangimentos pela dinâmica capitalista da cidade. O ritmo hegemônico da reprodução do capital é o ritmo que a constituição normativa do espaço urbano reproduz. Multiplicam-se as vias de tráfego rápido para os carros, esvaziam-se os espaços públicos e coletivos,

o lugar da festa, do encontro quase desaparecem; o número de brincadeiras infantis nas ruas diminui – as crianças quase não são vistas; os pedaços da cidade são vendidos, no mercado, como mercadorias; árvores são destruídas, praças transformadas em concreto. (CARLOS, 2001, p. 19).

E ainda, o modo de vida urbano assim constituído, que expulsa das ruas as brincadeiras infantis e aprisiona crianças e adolescentes, “produz o seu inverso, e joga nas ruas centrais da cidade ou nos cruzamentos de alta densidade, crianças vendendo coisas ou roubando” (CARLOS, 2001, p. 19).

Esta cidade formal, obedece à lógica patriarcal da valorização do trabalho produtivo, relegando o trabalho de cuidados e manutenção da vida a um sub-trabalho, que se desenvolve na intimidade do espaço privado (MONTANER e MUXÍ, 2014), como se não fizesse parte da vida social e por consequência, da vida urbana. São priorizadas as vias de transporte individual em detrimento ao transporte público, e o trajeto casa-trabalho no lugar do convívio e circulação nos espaços urbanos.

Neste trabalho, considera-se também as diferenças na produção do espaço urbano e a sua consequente valorização e venda, que proporcionam a especulação imobiliária, colocando a terra urbana como bem de consumo. A transformação do espaço urbano em capital faz com que os especuladores procurem as áreas mais valorizadas, seja pelo investimento em infraestrutura e serviços públicos e privados, seja pela possibilidade de exploração da natureza (melhores vistas, melhores condições do solo ou climáticas, etc.).

Pode-se dizer que os grandes empreendimentos, voltados para as camadas de rendimentos mais altos da população, acentuam o caráter de fragmentação e hierarquização do espaço urbano, ao concentrarem seus investimentos em áreas já valorizadas da metrópole, aumentando a distância socioeconômica que separa essas áreas do restante da cidade. (BOTELHO, 2007, p. 18).

Neste aspecto, as cidades formais acabam por serem planejadas de modo a servirem de mecanismos de reprodução do capital. Harvey (2006) afirma que as infraestruturas sociais e físicas são construídas para que o capital possa circular e se reproduzir.

Em contraponto à necessidade de oferecer as estruturas necessárias para a reprodução do capital e aos moldes modernistas que o planejamento urbano tem assumido, nas últimas décadas, existe maior compreensão de que o fator humano e social passa a exercer grande influência na conformação da cidade. Desta forma, estaria a função da cidade ligada ao desenvolvimento social e humano, como afirma Madariaga (2004) na cartilha *Urbanismo con perspectiva de género*, voltada para gestores urbanos:

se trataría de reequilibrar las tendencias imbuidas em los procesos de crecimiento urbano, em los que tende a predominar el factor económico, en favor de los objetivos sociales y medioambientales, que tendem a ser relegados frente a la fuerza de los procesos económicos. (MADARIAGA, 2004, p. 8).

Essa ideia de cidade está ligada à noção de bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos, que segundo a autora, seria a confluência de fatores como “la renta, la salud, la educación, el alojamiento, las condiciones de trabajo, la seguridad, el ocio, la estética del entorno, el uso del tiempo, las condiciones ambientales, etc.” (MADARIAGA, 2004, p. 9). Fatores estes que apresentam uma dimensão espacial e assim têm seus reflexos na transformação do espaço, porém, normalmente são relegados em função dos fatores econômicos.

Carlos (2007) afirma que a análise dos processos de configuração do espaço urbano deve ser articulada em três planos: o econômico, a cidade como condição para a produção do capital; o político, a cidade como espaço de dominação e controle do Estado através da produção normativa do espaço; e o social, como prática sócio-espacial, central na reprodução da vida cotidiana:

Pensar o urbano nesta perspectiva, significa considerar o fato de que o capitalismo se expandiu e, ao se realizar, tomou o mundo e este momento se relaciona com aquele da redefinição da cidade, da constituição de novas centralidades, de sua explosão, da extensão das periferias e da reprodução do espaço em um outro patamar. Neste sentido a sociedade atual contemporânea surge como sociedade urbana em constituição, o que significa que ao mesmo tempo em que caracteriza uma realidade concreta, também sinaliza a possibilidade de sua realização como tendência. (CARLOS, 2007, p. 21).

Para esta pesquisa, além das três dimensões elencadas pela autora, admite-se ainda a cidade materializada a partir dos processos não hegemônicos de produção/reconfiguração do espaço, ocasião em que estão presentes as resistências, as apropriações, as existências fora da normatividade.

É importante salientar ainda que aqui se considera por espaço urbano, o conceito de Villaça (2001) para o que ele convencionou chamar de espaço intra-urbano. O uso da expressão pelo autor se dá no sentido de reafirmar a diferença entre a dinâmica intra-urbana e a dinâmica regional:

A redundância da expressão espaço intra-urbano fica evidente quando se imagina o uso da expressão intra-regional. Parece absurda, não é? Parece não: é absurda, pois o espaço regional basta, mesmo que – como é a maioria dos casos – se queira privilegiar o componente urbano nos estudos regionais. Então a expressão intra-urbano também deveria ser absurda, e espaço urbano também deveria bastar. (VILLAÇA, 2001, p. 19)

Porém, Villaça afirma, no que se refere aos estudos urbano-regionais, que a expressão espaço urbano reporta-se à dimensão urbana da estrutura regional, que a literatura utiliza a expressão planejamento urbano e regional ou estruturação urbana e regional ao referir-se a estes processos. Para este trabalho, é conveniente tratar apenas como espaço urbano ao abordar a dinâmica urbana inerente aos acontecimentos que se dão no interior das cidades. Assim como o autor, assumimos que os processos regionais são intensamente influenciados pelos processos internos das cidades, porém, não se apresenta a necessidade de enfatizar tal distinção, já que este trabalho se insere no contexto do planejamento urbano e regional, investigando as microescalas dentro do espaço urbano. Villaça (2001, p. 20) enfatiza ainda:

O fato é que, dada a importância do processo de urbanização e das redes urbanas na estruturação regional, expressões como espaço urbano, estrutura urbana ou reestruturação urbana passaram a ser expressões de prestígio e foram capturadas e monopolizadas pelos estudos regionais. À vista desta situação, fomos obrigados a nos render, a contragosto, à terminologia já cristalizada e a nos conformar em utilizar a expressão – mesmo que redundante – espaço intra-urbano.

Nesta definição, o autor afirma que o espaço intra-urbano (que neste trabalho convencionamos chamar de espaço urbano) é aquele que se estrutura em função dos deslocamentos humanos, as relações de transporte e mobilidade em relação ao trabalho. O autor afirma que as relações intra-regionais dizem respeito ao fluxo de capital, deslocamento de energia, comunicações e pelo transporte de mercadorias.

Ao observar como a cidade se estrutura em função dos deslocamentos, admite-se que a segregação é fator necessário para a dominação política e a apropriação desigual dos recursos do espaço enquanto produto do trabalho. A segregação pode ser vista então como um efeito do espaço sobre o social, de acordo com a perspectiva de Villaça. Porém, a abordagem dada aqui para o fenômeno da segregação vai além, considerando-a como multifatorial e dialética, não só como resultado das dinâmicas espaciais. A segregação urbana será tratada na próxima seção deste trabalho.

Compreende-se então que a análise da dinâmica de (re)produção das cidades passa pela abordagem da dialética entre espaço e sociedade. A conformação espacial imposta pela financeirização e pelos processos hegemônicos, como o planejamento urbano e o controle do Estado através da ordenação espacial são fatores de grande importância para a compreensão dos fenômenos urbanos. O processo de produção do espaço urbano é imbricado por profundas desigualdades sociais, muitas vezes acirradas no próprio desenvolver deste processo. Mas, indo além dos efeitos do espaço sobre a sociedade, esta pesquisa tem a pretensão de investigar os efeitos de reação, em que a sociedade também é agente de transformações e (re)configurações do espaço urbano através de resistências, ações e vivências cotidianas, individuais ou coletivas.

Trata-se aqui, da sociedade, com um recorte de gênero, compreendendo que as dinâmicas sociais femininas sofrem constrangimentos específicos na produção capitalista das cidades e, a partir deles, se posiciona de maneira particular em relação ao processo de produção do espaço urbano.

2.3 Segregação urbana feminina: a mulher na periferia da cidade

No Brasil, o acesso desigual à renda, aos bens e serviços públicos, às políticas públicas e consequentemente à cidade tem sido uma constante. Apesar de se observar períodos em que essas desigualdades foram diminuídas, a compreensão dos fenômenos sociais, políticos e até econômicos brasileiros não pode desconsiderar essa disparidade e as injustiças a ela associadas (VILLAÇA, 2011). Neste contexto, a segregação urbana pode ser compreendida como uma manifestação espacial urbana destas desigualdades. O fenômeno da segregação urbana neste trabalho não será tratado como um processo dicotômico entre centro e periferia, e sim, como um fenômeno multifatorial e multiescalar, que implica em desigualdade de acesso envolvendo três

tipos de aspectos: 1) aspectos espaciais, relacionados a localização no espaço urbano, condições de moradia, mobilidade e infraestrutura; 2) aspectos sociais, referentes as condições de isolamento, homofilia social²³ (MARQUES, 2007) e exclusão e 3) aspectos políticos, os efeitos das políticas públicas habitacionais, implicando em desigualdades nas condições de autonomia e organização social e no exercício da cidadania e acesso à justiça urbana.

Considera-se ainda a possibilidade levantada por Bichir, Marques e Torres (2006) de que as políticas públicas sociais brasileiras normalmente não levam em conta a distribuição desigual dos diferentes grupos sociais no espaço urbano, tanto em sua formulação, como em sua implementação. Admitindo que um dos fatores que levam à desigualdade seja a falta de acesso aos serviços e bens públicos, os autores destacam quatro linhas interpretativas neste sentido, que se considera importante salientar neste trabalho, para melhor compreensão do fenômeno da segregação.

A primeira, se refere às características socioeconômicas, em que fatores como a renda e a escolaridade dos indivíduos seriam condicionantes, assumindo o espaço urbano apenas como um local no qual as dinâmicas acontecem, construindo-o. A segunda, em que as políticas públicas e o Estado seriam determinantes, considerando as periferias como desprovidas de investimentos em infraestrutura e marcadas pela precariedade, numa perspectiva relacionada à lógica de reprodução do capital. Na terceira linha interpretativa, são considerados os movimentos sociais como grupos de pressão ao Estado, capazes de direcionar os investimentos estatais para as periferias a partir de suas reivindicações. Nesta abordagem, Bichir, Marques e Torres (2006), afirmam existir outra vertente, ou uma variação da mesma, que diz respeito aos diferentes grupos de pertencimento e sua influência no acesso às políticas públicas, abordando assim as redes de sociabilidade. A quarta, destaca a importância da segregação para a compreensão das diferenças de acesso aos bens e serviços públicos, defendendo uma dimensão espacial que interfere no funcionamento das políticas públicas:

Essa dimensão espacial seria causada pelo efeito específico que os padrões de contiguidade, vizinhança e distâncias têm sobre indivíduos e grupos, assim como sobre as suas formas de inserção social de forma ampla. Essas análises indicam, por exemplo,

²³ Como homofilia social considera-se neste trabalho o estudo de Eduardo Marques (2007) sobre redes sociais de indivíduos pobres em São Paulo. Nele, o autor considera que essas redes apresentam a ausência de indivíduos não pobres, chamando este fenômeno de homofilia social, ou seja, redes de sociabilidade individuais nas quais as relações acontecem majoritariamente entre pessoas com características sociais semelhantes. Para Marques, a restrição nas relações sociais ocasionada pela pobreza é o um dos principais problemas para a perpetuação da pobreza e da desigualdade social, conforme será tratado mais adiante.

que indivíduos de condições sociais idênticas, mas localizados em regiões distintas da cidade, tendem a ter acessos bastante diferenciados a serviços, bem como ao mercado de trabalho. (BICHIR, MARQUES E TORRES, 2006, p.235).

Para os autores, a residência em locais segregados teria como principal consequência o isolamento em relação às redes sociais e econômicas mais relevantes, além da exposição a situações de risco socioeconômico.

Nesta pesquisa, considera-se que a falta ou a dificuldade de acesso às políticas públicas, assim como aos bens e serviços públicos é influenciado em maior ou menor intensidade por características das quatro vertentes. Porém, aqui se admite que a dimensão espacial permeia todos os processos urbanos, na medida em que o espaço urbano é conformado a partir das dinâmicas sociais, mas também traz constrangimentos a elas. Assim, o acesso às políticas públicas, pode ser dificultado (ou facilitado) tanto pelas características socioeconômicas, como pela presença de investimentos públicos, ou pela pressão de grupos sociais, mas estes processos sempre serão permeados pela relação com o espaço em que se encontram, (re)conformando-o e ao mesmo tempo sendo influenciados por ele. Única ressalva se faz a respeito da ideia de que as periferias urbanas são sempre desprovidas de infraestruturas e serviços públicos. A observação empírica leva à percepção de que estes espaços podem contar com menor quantidade de investimentos públicos, mas nem sempre são desprovidos dos mesmos, ou encontram-se em situação precária neste aspecto. Ainda assim, apesar de muitas vezes contarem com infraestrutura considerável, as periferias continuam sendo segregadas levando-se em consideração a comparação entre a quantidade/qualidade dos investimentos nessa infraestrutura entre os locais mais e menos valorizados na cidade, entre outros aspectos, como por exemplo, a mobilidade urbana e social. Por conta de sua complexidade e da sua influência no acesso à justiça urbana e à cidade, é de interesse deste trabalho ater-se de forma mais intensa ao fenômeno da segregação e aos seus efeitos às populações periféricas, em especial, às mulheres pobres.

Diferentes autores têm dedicado sua produção acadêmica ao estudo da segregação urbana, porém, trabalhos que tratem especificamente da segregação das mulheres são escassos. Considerando a vivência feminina da cidade como particular e diferenciada em relação à masculina, e que a produção de conhecimento na área do urbanismo e do planejamento urbano e regional vêm sistematicamente se atendo a esta última, pretende-se aqui investigar o fenômeno urbanístico da segregação sob a abordagem de gênero, especificamente a construção social do gênero feminino. Para isso, é necessário resgatar alguns conceitos que venham ao encontro das

observações empíricas realizadas e deles apropriar-se, afim de adaptá-los à realidade feminina, fornecendo subsídio para a compreensão da segregação urbana das mulheres pobres a partir da política pública habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV).

Para Villaça (2011) a segregação espacial urbana seria aquela que se refere ao local de ocupação dentro do espaço urbano pelas diferentes classes sociais, articulando-se com a desigualdade social e vinculando a análise do espaço segregado à economia, à política e à ideologia, meios pelos quais se opera a dominação. O autor afirma ainda que os estudos sobre a segregação urbana devem levar em consideração seis aspectos: 1) negar a teoria dos círculos concêntricos, onde os mais ricos estão no centro e os mais pobres nas periferias; 2) historicizar a segregação, inserindo-a no contexto em que se desenvolve; 3) mostrar como se dá a relação entre a segregação e as estruturas social e urbana no contexto; 4) elucidar o papel do espaço urbano no processo de segregação, demonstrando as relações de dominação que se dão através dele; 5) abordar a segregação por região, e não por bairros; 6) explicar o fenômeno da segregação, e não apenas descrevê-lo ou medi-lo. Tais aspectos são levados em consideração neste estudo, à medida que se relacionam com uma abordagem holística da segregação.

De acordo com a abordagem de Villaça (2001), segregação envolve não só o preço da terra urbana, mas condições de proximidade aos bens e serviços e atrativos como infraestrutura, natureza e status, fatores que levam à procura por aqueles que têm condições de escolher seu local de moradia. Não se refere somente ao valor da terra, na medida em que as classes mais altas também podem procurar pela terra mais barata das periferias urbanas, se for de seu interesse e de acordo com os atrativos ali presentes.

Assim, a segregação pode ser considerada um processo dialético “em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros” (VILLAÇA, 2001, p. 148), tratando-se então de um processo único, no qual os mais ricos segregam-se voluntariamente em busca dos locais que melhor lhes convêm, e os mais pobres sofrem em consequência a segregação involuntária, sendo levados a ocupar os espaços mais baratos e nos quais as classes mais alta não tem interesse. Essa ocupação normalmente se dá via moradias irregulares, cedidas, alugadas ou ainda através das políticas públicas habitacionais, ocupando locais normalmente afastados dos centros urbanos em que se localiza o setor terciário e que contam com menos atrativos:

No setor terciário, está a grande concentração dos empregos dos mais ricos, especialmente nos escritórios várias profissões liberais e ainda os das atividades modernas como o *marketing*, a publicidade, comunicação, propaganda, informática etc.) nas sedes das corporações multinacionais, nos bancos e nas financeiras, nas sedes das empresas médias e grandes das mais variadas naturezas, consultórios etc., e ainda no comércio varejista. Esses empregos estão concentrados numa única área, que é precisamente a mesma onde estão concentradas suas residências dos mais ricos (...). (VILLAÇA, 2011, p. 50).

Villaça enfatiza a mobilidade urbana como fator fundamental no processo de segregação involuntária, que os mais pobres ocupam normalmente os locais mais afastados e com menor mobilidade urbana. Destaca-se um importante fator que interfere na segregação espacial urbana feminina, que é a já citada setorização das cidades funcionalistas modernas, que as áreas industriais, de moradia e de serviços são separadas. Setores com a função exclusiva de moradia, nos quais normalmente são implementados os conjuntos habitacionais sociais promovidos pelas políticas públicas habitacionais, acabam por dificultar a mobilidade feminina. O aumento da distância da moradia aos serviços, comércios e empregos, muitas vezes inviabiliza a inserção feminina no mercado de trabalho e ainda na esfera social.

Outro fator implicado pela dificuldade de mobilidade e apontado por Villaça é o tempo de deslocamento. Quanto maior a distância entre locais de emprego e residência, maior o tempo de deslocamento entre eles. Muitas mulheres, obrigadas a tomar conta dos filhos sem contar com redes de apoio, acabam ficando confinadas ao espaço doméstico, sem acesso ao emprego remunerado. Essas mulheres muitas vezes têm a mobilidade diminuída pela distância e também pelo tempo necessário para conciliar o cuidado com os filhos e o deslocamento até o trabalho. Em conversas informais com moradoras da periferia, ouviu-se mulheres impossibilitadas de deslocar-se até o trabalho por ter que adequar-se ao horário da escola dos filhos. Por conta da violência e da ausência de atividades para o turno inverso ao do período de aulas, essas mães se sentem na obrigação de ficar aguardando seus filhos na saída e na chegada da escola, inviabilizando seu acesso a empregos formais distantes de seu local de moradia e com jornadas convencionais de trabalho (não conseguiriam chegar a tempo do turno de trabalho):

Ao contrário do que se pensa, o tempo e o espaço urbanos não são obras da natureza, mas produtos do trabalho humano. No caso urbano, o tempo se manifesta fundamentalmente por meio do tempo gasto pelos moradores da cidade em seus deslocamentos espaciais. Como mostramos, esse tempo está intrinsecamente ligado ao espaço urbano produzido. (VILLAÇA, 2011, p. 56).

Cabe discordar do autor quando o mesmo afirma genericamente que para as famílias mais pobres o deslocamento casa-trabalho é o mais relevante e que os deslocamentos em função dos cuidados e serviços domésticos são menos importantes. Urbanistas como Inéz Madariaga e Zaida Muxí, apontam para os deslocamentos poligonais (MADARIAGA, 2004) femininos no espaço urbano em função das atividades domésticas e cuidados com os filhos e familiares dependentes, e as dificuldades de realização destes deslocamentos em função das dinâmicas de organização urbana. Para averiguar esta problemática, basta observar como a cidade normativa, funcional e androcêntrica, continua obedecendo a lógica do capital e constringendo aqueles que a ela não se adequam: a quantidade de investimentos públicos ligados a melhorias viárias²⁴ (ruas, rodovias, túneis, etc.) para veículos privados se comparados às melhorias voltadas para o transporte público de qualidade, de maior alcance e com maior frequência, exemplificam a prioridade dada pelo poder público, aos investimentos que favoreçam a produção capitalista (MONTANER e MUXÍ, 2014). A proporção de usuários de veículos privados é majoritariamente masculina (as mulheres correspondem a cerca de 33% dos motoristas habilitados no Brasil)²⁵ e, portanto, corresponde à parcela da população masculina e detentora do capital. Este é um fato que não pode ser deixado de lado num esforço para a compreensão do fenômeno da segregação feminina e de como ele influencia na qualidade do acesso à cidade pelas mulheres.

Destaca-se a segregação como um dos fatores mais importantes como constringedor das atividades socialmente impostas como femininas, especialmente no que diz respeito às mulheres pobres e em situação de vulnerabilidade. São estas mulheres que pela sua condição, são frequentemente submetidas ao que Villaça chama de “segregação involuntária”, ou seja, “quando o indivíduo ou uma família se veem obrigados, pelas mais variadas forças, a morar num setor, ou deixar de morar num setor ou bairro da cidade” (VILLAÇA, 2001, p. 147). Nas cidades brasileiras, inúmeros são os casos de populações levadas por condições alheias a sua vontade, a habitar em locais afastados de seus territórios de origem (VILLAÇA, 2001; MARICATO, 2009; ROLNIK, 2015), muitas vezes desconstituindo parcial ou totalmente suas relações de proximidade e vizinhança.

²⁴ Dados Ipea em

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2578:catid=28&Itemid=23

²⁵ As mulheres somam 1.731.379 dos 5.126.116 de motoristas habilitados no país. Embora esse número tenha crescido em cerca de 30% nos últimos anos, os homens ainda são maioria na condução de veículos. Mais informações em <http://www.detran.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1491>.

Vale salientar que o aumento das distâncias e a setorização não implicam em ausência de bens e serviços públicos, ainda que estes sejam em quantidade e qualidade menores do que o necessário (apenas 25% das crianças menores de seis anos são atendidas por creches no Brasil²⁶, por exemplo). Muitas periferias são providas por serviços coletivos básicos como transporte, creches, postos de saúde e escolas, porém, a observação empírica indica que estes não são suficientes para prover as necessidades familiares de suporte e apoio no trabalho de criação dos filhos e manutenção da vida familiar. Como já vimos, por imposições sociais, as mulheres acabam arcando com esta demanda, fazendo com que a simples presença destes serviços não seja suficiente para sua emancipação ou reinserção no mercado de trabalho. A ausência de políticas públicas emancipatórias eficientes voltadas para a realidade da mulher, assim como a manutenção do papel social feminino funcionam como fator de constrangimento, limitando o acesso ao espaço urbano. O papel social imposto aos corpos femininos no espaço urbano pode ser entendido como o que Villaça (2009) chama de ideologia dominante, ou os processos ideológicos pelos quais os poderes dominantes naturalizam o pensamento normativo como verdadeiro. Assim, a relação de não pertencimento e por consequência a não priorização de políticas públicas que proporcionem a ocupação do espaço público pelas mulheres são vistas como normais ou verdades imutáveis.

As pesquisas de Eduardo Marques afirmam que dois importantes fatores para a segregação urbana são a separação (afastamento) e a desigualdade de acesso aos serviços e infraestruturas públicas e oportunidades. Considera-se que Marques, assim como Villaça, assume o aspecto multifatorial da segregação e acrescenta ainda a existência de diferentes graus de carências e heterogeneidade social nas periferias urbanas:

partimos da convicção de que separação e desigualdade de acesso se constroem e reconstroem mutuamente, sendo, portanto, processos indissolúveis, que precisam ser pensados dinamicamente. Em nossas cidades, os grupos não apenas se localizam separados entre si em espaços homogêneos internamente e distantes uns dos outros como, por causa disso, ocorre um acesso diferente desses grupos às oportunidades e aos equipamentos vigentes na cidade, com muitas consequências negativas para os grupos sociais segregados; embora isso também ocorra, os processos parecem ser mais dinâmicos, e os diferenciais de acesso também são causa da separação. (MARQUES, 2015, p. 35).

²⁶ Dados do Censo Escolar 2016 realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2017-pdf/59931-app-censo-escolar-da-educacao-basica-2016-pdf-1/file>.

Embora considere a heterogeneidade nas periferias, Marques (2015) admite a intensa segregação entre áreas ricas e pobres. Ainda assim, afirma o autor, espaços igualmente pobres possuem, por vezes, características muito diferentes entre si, como por exemplo a intensidade da ocorrência de mazelas urbanas como desemprego e violência. Esta observação é importante também, no que diz respeito às diversas configurações urbanas presentes nessas periferias.

O desenvolvimento das periferias urbanas é determinado pelos aspectos da formação histórica de cada cidade, assumindo a importância da inserção histórica da segregação abordada por Villaça (2011).

Já Caldeira (2000) afirma que as regras que organizam o espaço urbano são padrões de diferenciação social e separação que variam cultural e historicamente, revelando os princípios que organizam a vida pública e indicam como os grupos sociais se relacionam no espaço da cidade. Admite-se aqui a influência da configuração urbana e das tipologias arquitetônicas na segregação, podendo estas ocasionarem um aprofundamento desta condição. A observação empírica de diferentes configurações espaciais e diferentes tipologias arquitetônicas leva a percepção de que elementos físicos construtivos como muros altos e fechados podem intensificar a segregação, tanto em situações de pobreza como em áreas nobres e ricas da cidade, mas com diferentes efeitos: segregação voluntária para os ricos e processos de exclusão, violência e formação de guetos em lugares pobres.

Indo além, Marques (2005) considera que a dinâmica da segregação urbana não se limita à dificuldade de acesso e pobreza urbana, embora considere fatores importantes no processo. O autor considera que a segregação urbana diz respeito ao grau de separação ou isolamento residencial entre os diferentes grupos sociais, em que fatores como os citados acima se combinam trazendo uma infinidade de efeitos para a segregação. Assim, o autor reafirma a segregação urbana como multifatorial, tendo causas e efeitos diversos, de acordo com a combinação de dinâmicas urbanas envolvidas no processo. Essas dinâmicas podem ser desde a distância da moradia ao trabalho e a dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos, como às políticas públicas. Dentro da variedade de elementos que influenciam na segregação urbana, Marques (2005, p. 37) destaca os diversos atores presentes no espaço urbano, além do Estado,

os capitais interessados na produção da cidade, os moradores da cidade e os capitais interessados em se localizar na cidade, entre outros. Esses atores consomem e produzem espaço em suas atividades cotidianas, já que a espacialidade é uma dimensão de suas ações.

Para Marques (2005), esses processos são característicos para cada local e, para que se entenda a distribuição dos diferentes grupos nas cidades, se faz necessário o estudo específico desses processos de forma mais detalhada. Segundo o autor, a generalização nos padrões de segregação teria o custo da simplificação da complexidade dos seus diferentes processos.

A sociabilidade dos indivíduos também é afetada pela segregação urbana, uma vez que a dificuldade de acesso aumenta conforme o grau de homogeneidade presente nas regiões mais pobres da cidade. Marques (2005) considera que grupos mais homogêneos e de pior acesso às estruturas de possibilidades, tendem a formar suas redes de sociabilidade de maneira mais restrita, ajudando a perpetuar situações de pobreza e vulnerabilidade.

Essas redes seriam fundamentais não apenas para a intensificação dos laços no interior das comunidades de baixa renda, mas principalmente para a construção de pontes para fora da comunidade que permitam solucionar os problemas do cotidiano mais facilmente e viabilizar mobilidade social e oportunidades. Portanto, assim como no caso da segregação (...), a existência e a conformação das redes sociais influenciam fortemente a maneira pela qual os ativos presentes em uma dada comunidade se inserem em suas estruturas de oportunidades. (MARQUES, 2005, p. 44).

Sendo assim, o autor ressalta a importância das redes de sociabilidade no processo de segregação urbana e na possibilidade de sua superação.

Interessa para esta pesquisa igualmente o que Bichir, Marques e Torres (2006) consideram como possíveis causas para a segregação, especialmente no que diz respeito às possibilidades de ação do Estado na produção da segregação. Embora considere-se que os demais fatores, como a dinâmica do mercado imobiliário e o valor da terra sejam importantes para o processo, a ação do Estado ao deslocar compulsoriamente populações de baixa renda através de políticas públicas é o principal interesse desta pesquisa, uma vez que se busca entender o processo de segregação a partir das políticas públicas habitacionais, mais especificamente o programa MCMV. Aqui percebe-se um padrão de deslocamentos nos reassentamentos promovidos pelo programa, fazendo com que grande parte dos conjuntos habitacionais por ele financiados ocupem as periferias pobres e menos valorizadas das cidades.

Pode-se destacar ainda a questão da priorização da titularidade feminina no programa, fazendo com que as mulheres, especialmente as responsáveis pela família (normalmente monoparentais) sejam as principais afetadas pela segregação urbana ocasionada por este tipo de empreendimento. Mais tarde voltaremos a abordar este assunto para melhor compreensão.

As consequências da segregação para as mulheres também são objeto de investigação deste trabalho, porém, diferente das pesquisas de Marques (2005), e mais próximo das teorias de Villaça (2001), não consideramos o aspecto quantitativo da segregação urbana. As métricas e medições da segregação urbana não deixam de ser importantes para a compreensão do fenômeno, porém, aqui interessam também as questões subjetivas da segregação, além de seus efeitos mensuráveis. São objetos de investigação pertinentes a essa pesquisa a percepção das mulheres segregadas quanto a sua situação e os efeitos não mensuráveis como, por exemplo, os silenciamentos que podem ser causados a partir dela.

Dentro deste processo segregador, a criação e manutenção de vínculos entre indivíduos surge como uma possibilidade de ajuda mútua e reação aos processos de segregação e isolamento. A criação ou manutenção de relações e vínculos sociais pode funcionar como meio de acesso a uma melhor qualidade de vida. O conjunto dos vínculos estabelecidos ao longo da vida pode ser chamado de redes de sociabilidade individuais, onde os nós são os indivíduos e os fluxos são as relações entre indivíduos.

As redes de sociabilidade dos indivíduos podem apresentar diferentes graus de homogeneidade. A segregação, fenômeno vinculado ao espaço e às relações sociais (VILLAÇA, 2001; MARICATO, 2009) pode ser profundamente influenciada pela constituição de redes de sociabilidade individuais. O grau de interferência destas redes vai variar conforme o alcance e o uso que cada indivíduo é capaz de fazer delas (MARQUES, 2007).

Considerando as ações dos indivíduos e sua estruturação em redes, podemos determinar através do estudo destas redes o grau de influência delas na condição social individual:

os atores sociais (indivíduos, organizações) são entendidos a partir de sua inserção em uma estrutura de rede social. O desenho dessa rede posicionará esse ator em um ambiente social, o que resultará em trajetórias biográficas particularizadas decorrentes de sua posição, na estrutura social, e das experiências por ele vivenciadas. (FONTES e EICHNER, 2004, p. 8).

Se por um lado o processo de segregação constrange a mobilidade urbana por falta de recursos financeiros ou estruturais, como transporte e infraestrutura, levando os indivíduos a se relacionarem de forma mais restrita com o território (FONTES e EICHNER, 2004) no qual se inserem. Por outro, as redes sociais criariam a possibilidade deste indivíduo relacionar-se “por sobre o território”, ou seja, ultrapassando os limites do território a partir da força de suas redes (MARQUES, CASTELLO e BICIR, 2012, p. 35), combatendo o efeito de isolamento resultante

do processo de segregação. Para a compreensão das mudanças promovidas a partir das redes de sociabilidade, é necessário o estudo do contexto em que os indivíduos se encontram e os constrangimentos sociais, econômicos e políticos a que são submetidos:

a adoção de uma perspectiva relacional não pretende negar a importância das chamadas condições econômicas objetivas nem das estratégias e dos comportamentos individuais, ambos absolutamente essenciais para a compreensão do fenômeno. No entanto, a integração da sociabilidade e das redes aos constrangimentos econômicos mais amplos e as escolhas individuais permite avançar para a superação da dicotomia entre estrutura e ação que marca a maior parte das interpretações sobre o tema. (MARQUES, 2009, p. 472-3).

A partir deste pressuposto, estudar as redes de sociabilidade e a maneira como elas influenciam nas condições de bem-estar das mulheres em situação de pobreza, segregação e vulnerabilidade, assim como os condicionantes que levaram a esta situação, tornam-se elementos chave para a compreensão destes processos e futura elaboração de medidas mitigatórias destas condições a partir de instrumentos públicos de geração de equidade social.

2.4 As mulheres do Minha Casa Minha Vida

Nas últimas décadas no Brasil, houve uma retomada nos investimentos em políticas públicas sociais, no sentido de redistribuição de renda, mitigação da pobreza e facilitação no acesso aos bens e serviços públicos. Neste contexto, as políticas públicas habitacionais tiveram importante papel, não só no provimento de moradias acessíveis à parcela mais pobre da população, mas também na geração de emprego e renda.

O programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV) surge em 2009, durante o governo Lula, como um pacote de medidas habitacionais que, além de suprir a demanda crescente por moradia, também representava medida fundamental em uma política econômica que tinha no consumo interno seu principal fator de crescimento. Segundo Rolnik (2015), o programa foi inicialmente elaborado pelo governo em conjunto com empresários do setor da construção civil e alcançou o seu objetivo inicial de fomentar o crescimento econômico através

de geração de emprego e renda em um cenário econômico desfavorável²⁷ desde o final de 2008, pós-crise hipotecária americana.

Com previsão inicial de construção de 200 mil moradias voltadas para a faixa de 4 a 10 salários mínimos, o governo aumentou sua meta para cerca de 1 milhão de unidades habitacionais, parte delas totalmente subsidiadas, abarcando as classes mais pobres (MCMV – faixa 1):

Uma importante novidade em relação às práticas do BNH, que se caracterizou por desvios sistemáticos no atendimento das chamadas “demandas sociais”, era a preocupação com a produção para as rendas inferiores: 400 mil unidades (40% da meta) deveriam ser destinadas a famílias com renda de até 3 salários mínimos, o que se viabilizaria com o aporte de 16 bilhões de reais em recursos da União (70% de todo o investimento). (RUFINO; CHIMBO e AMORE, 2015, p. 17).

Em sua versão final, o MCMV contava com as modalidades: MCMV – Entidades, prevendo subsídios que seriam destinados à produção de moradias por associações e cooperativas; PNH – Rural, para construção de casas na área rural, destinadas a pequenos agricultores familiares, cooperativas rurais, reassentamentos rurais, etc.; MCMV – sub-50, destinado aos municípios com menos de 50 mil habitantes, além do “carro-chefe” do programa, o MCMV – Empresas, que apresentava condições específicas para variadas faixas de renda, com valores distintos para os subsídios, os mecanismos financeiros e para os valores das unidades habitacionais a serem produzidas (ROLNIK, 2015).

Apesar do sucesso obtido no contexto econômico, no que concerne à questão social urbana o programa deixou a desejar. Segundo Ermínia Maricato em editorial da revista Carta Maior²⁸, na medida em que abandonou as discussões que vinham sendo realizadas junto ao Ministério das Cidades acerca da segregação e da mitigação dos problemas sociais advindos da questão habitacional, o programa passou a funcionar como medida econômica, mais do que programa social. O MCMV teve como “efeito colateral” a geração de novos problemas de localização das classes mais baixas na cidade, perpetuando a segregação urbana e os padrões de ocupação territorial baseados na especulação imobiliária. Essas lacunas do programa em relação à

²⁷ Pós-crise hipotecária americana em 2008, o Brasil encerra o ano de 2008 com retração da atividade econômica e inicia o ano de 2009 com previsão de crescimento próxima de 0%. Sobre o período em http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1308:catid=28&Itemid=23

²⁸ Editorial da revista Carta Maior em maio de 2009 em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>

segregação urbana já eram discutidas antes mesmo de sua implementação, levantando-se os riscos de se repetirem os equívocos de programas anteriores:

O perigo de se repetirem os erros reconhecidos do BNH, de produção periférica em locais mal servidos por infraestrutura urbana, já era mencionado, tendo em vista a desarticulação da produção habitacional em relação às matérias urbanísticas, em relação às ações municipais de regulação do uso e ocupação do solo, que estariam apoiadas na efetivação da função social da propriedade, na implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, na elaboração dos Planos Diretores em bases diferentes daquelas que os tinham caracterizado durante os anos 1970 e 1980. (RUFINO; CHIMBO e AMORE, 2015, p. 18)

Ainda assim, o programa foi implementado e obteve sucesso em diversas frentes:

É indiscutível o efeito contra cíclico do MCMV sobre a indústria da construção civil. De acordo com dados da *Revista do Sinduscon*, o sindicato das empresas de construção, o setor cresceu 47,1% no período de 2003-2013, enquanto o PIB no mesmo período cresceu 45,9%. Foram criados 2,23 milhões de postos de trabalho formais. A partir de 2010, cerca de 1 milhão de unidades financiadas pelo FGTS e SBPE foram lançadas por ano, um número quatro vezes maior do que em 2013; a produção de tintas cresceu 75% e a de vergalhões, 72%, no mesmo período. (ROLNIK, 2015, p. 306).

Além disso, incorporaram-se ao programa diretrizes mínimas para os projetos e construções, estabeleceram-se parâmetros para o trabalho social a ser realizado e definiram-se metas e responsabilidades na implementação dos equipamentos públicos que deveriam acompanhar cada um dos empreendimentos construídos (RUFINO; CHIMBO e AMORE, 2015), entre outras medidas que vieram a qualificar o programa.

Surge assim o MCMV II, a partir de 2011, como compromisso assumido pela presidenta Dilma, de construção de mais 2 milhões de unidades habitacionais. Nesta fase foram implementadas importantes modificações como o aumento dos custos máximos das unidades e a incorporação de exigências como acessibilidade universal para um número mínimo de habitações, aumento da dimensão dos ambientes e elevação do padrão mínimo de acabamentos, além disso, na fase II a faixa de renda de até 3 salários mínimos passou a responder por 60% das contratações.

Segundo o Ministério do Planejamento, quando foi lançada a terceira fase do programa (MCMV III) em 2014, o programa já havia contratado 3,5 milhões de unidades e entregado cerca de 1,7 milhão de casas ou apartamentos.

As políticas públicas habitacionais nos moldes implementados no Brasil desde a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação, extinto em 1986), estão intimamente ligadas à especulação

imobiliária. Na medida em que os empreendimentos por elas gerados estão condicionados à lógica de mercado, as habitações de interesse social produzidas acabam por ocupar os lugares que não despertam interesse das classes mais altas e que apresentam terra mais barata a ser ocupada. Segundo Marques e Torres (2005), a segregação urbana está associada às dinâmicas econômicas e mercadológicas, em que as cidades são produzidas de acordo com o interesse do capital. Assim, apesar do êxito em várias frentes, o MCMV não teve a força necessária para modificar o padrão de (re)produção das cidades, acabando por seguir a lógica das incorporadoras e da indústria da construção civil, preservando a dinâmica da segregação urbana nos empreendimentos financiados pelo programa:

A construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas onde a terra é mais barata – forma de provisão habitacional predominante nas últimas décadas – contribuiu substancialmente para impulsionar o espraiamento urbano, a proliferação de um padrão urbanístico monofuncional e o estabelecimento de uma divisão territorial entre ricos e pobres. Apesar dos muitos bilhões de reais em subsídios públicos, o programa MCMV não impacta a segregação urbana existente. Pelo contrário, apenas a reforça, produzindo novas manchas urbanas monofuncionais ou aumentando a densidade populacional de zonas guetificadas já existentes. (ROLNIK, 2015, p. 314).

Através das políticas públicas fortemente vinculadas aos setores da construção civil, o Estado indiretamente corrobora a situação da segregação, na medida em que acaba por remover de certas partes da cidade a população mais pobre com a construção de grandes conjuntos habitacionais de interesse social. Esta população é reassentada nas periferias, mais distantes dos bens e serviços públicos, com maior dificuldade de acesso aos meios de (re)produção e com a sua mobilidade reduzida.

Uma das características do MCMV é a preferência pela titularidade feminina nos imóveis empreendidos com o financiamento do programa. Segundo o discurso governamental, esta medida busca o empoderamento e a autonomia feminina frente à condição de vulnerabilidade a que muitas mulheres são submetidas a partir de sua condição social²⁹. Mas esta afirmação precisa ser colocada em xeque para que se compreenda melhor a relação dialética da mulher com a cidade e a dinâmica da segregação feminina que se dá a partir das políticas públicas habitacionais.

As políticas públicas que visam o bem-estar social podem ser vistas como fator de manutenção do patriarcado vigente. Segundo Scott (1989), as políticas públicas sociais vêm

²⁹ Ver em <http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/06/governo-reforca-titularidade-das-mulheres-em-escrituras-do-minha-casa-minha-vida>

sendo utilizadas ao longo da história como meio de perpetuar o papel da mulher como cuidadora e mantenedora, assumindo a responsabilidade pelas crianças, pelos idosos, pelos doentes e pelo trabalho doméstico de limpeza e alimentação, entre outras tarefas consideradas socialmente como femininas. Para Draibe (2002, p. 21), o conjunto destas atividades pode ser descrito como cuidados domésticos:

as atividades de procriação, a alimentação, os cuidados de proteção física dos membros dependentes, crianças, idosos, portadores de deficiências, assim como o acesso a recursos e ativos sociais, econômicos e simbólicos, internos e externos à instituição familiar. Para facilitar a referência futura, denominaremos cuidados domésticos a este conjunto de tarefas e atividades.

Ao assumir essa condição da mulher, o Estado condiciona o bem-estar familiar ao serviço feminino, voltando as políticas públicas que dizem respeito à família e sua manutenção à titularidade feminina, por exemplo, condicionando o recebimento do auxílio à responsabilidade das mulheres na manutenção das crianças na escola ou na realização das vacinas do sistema público.

Considerando que as mulheres em situação de vulnerabilidade social, por desempenharem o trabalho doméstico, utilizam de forma mais intensa os serviços públicos (transporte coletivo, creches, escolas, praças, postos de saúde, etc.), e a infraestrutura urbana (iluminação pública, redes de saneamento, praças e parques, etc.), pode-se afirmar que estas mulheres são as mais afetadas pelo fenômeno da segregação urbana involuntária. Da mesma forma, segundo Madariaga (2004), são essas mesmas mulheres as mais afetadas pela diminuição da mobilidade urbana, pois precisam realizar percursos mais complexos do que os masculinos dentro da cidade (como deixar as crianças na creche ou escola e depois se deslocar até o trabalho, por exemplo).

Além de ter o trabalho socialmente imposto de cuidados domésticos comprometido pela segregação e falta de mobilidade, as mulheres habitantes das áreas segregadas têm sua inserção no mercado de trabalho dificultada ou até impossibilitada:

Distantes e concentrando uma população homogênea e de baixa renda, essas áreas tendem a sediar apenas algumas atividades mais imediatamente ligadas à sua reprodução, como bares e pequenas mercearias, enquanto o grosso do comércio e dos serviços procuram zonas centrais e mais afluentes, onde estão seus principais consumidores. Assim, a distribuição dos postos de trabalho no espaço urbano obriga a população das periferias e demais áreas segregadas a longos deslocamentos para procurar emprego e para trabalhar, dependendo de um sistema de transportes coletivo lento e precário e arcando com os custos monetários e não monetários desse deslocamento. (BORGES e CARVALHO, 2012, p. 3).

O programa MCMV conta com 89% das suas unidades habitacionais em titularidade feminina. As mulheres são priorizadas como titulares inclusive em casos de separação conjugal sem divórcio legal, em que podem assinar os documentos de aquisição do imóvel mesmo sem a assinatura do cônjuge. A única exceção se apresenta nos casos de pais que detenham a guarda exclusiva dos filhos, ocasião em que a titularidade então passa a ser masculina³⁰. Este tipo de acordo restringe-se à modalidade I do programa, que contempla famílias de renda mensal de até 3 salários mínimos.

Essa medida, segundo Lima (2012), é fruto de intensa luta dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil, porém, não visa somente o empoderamento e independência destas mulheres. Segundo a autora, as condições mercadológicas, em que a mulher é mais adimplente do que os homens, e a própria condição social do papel feminino de cuidadora e por isso, a que possui mais responsabilidade junto à família, são fatores fundamentais na determinação do Estado pela titularidade feminina dos imóveis do MCMV:

Ao se tentar entender a problemática que envolve a titularidade residencial feminina, bem como as justificativas apresentadas pelo Poder Público para efetivação da mesma, pode-se perceber que as questões que envolvem o mercado possuem evidência, assim como as relações inerentes à condição da mulher na dinâmica familiar, que é consequência de papéis socialmente impostos para ambos os sexos e merecem a devida atenção. (LIMA, 2012, p. 79).

Neste contexto, o Estado busca de forma superficial e ineficiente, restaurar o equilíbrio inexistente entre os diferentes gêneros, sem considerar que, assim como torna-se a principal titular na aquisição das unidades habitacionais produzidas pelo programa social, a mulher também se torna a principal afetada pela segregação urbana.

Diante das considerações aqui elencadas acerca da relação entre a política pública habitacional do MCMV e a problemática feminina, onde foram apontados os avanços e desafios deste par dialético, importa mencionar a relação da cidade de Santa Cruz do Sul também com a mulher, desenvolvido na próxima seção.

³⁰ Ver mais informações em <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/06/mulheres-respondem-por-maioria-das-escrituras-do-minha-casa-minha-vida>

3 SANTA CRUZ DO SUL: CIDADE PARA AS MULHERES?

O município de Santa Cruz do Sul encontra-se inserido no Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul e possui relevância econômica para a região, sendo concentrador de serviços como educação (universidades), burocráticos (Justiça Federal, Justiça do Trabalho e etc.) e de saúde. Neste capítulo serão descritas as características da formação da periferia sul do município, local dos bairros proletários, bem como as características do Conjunto Habitacional Santo Antônio, a partir do perfil dos seus moradores.

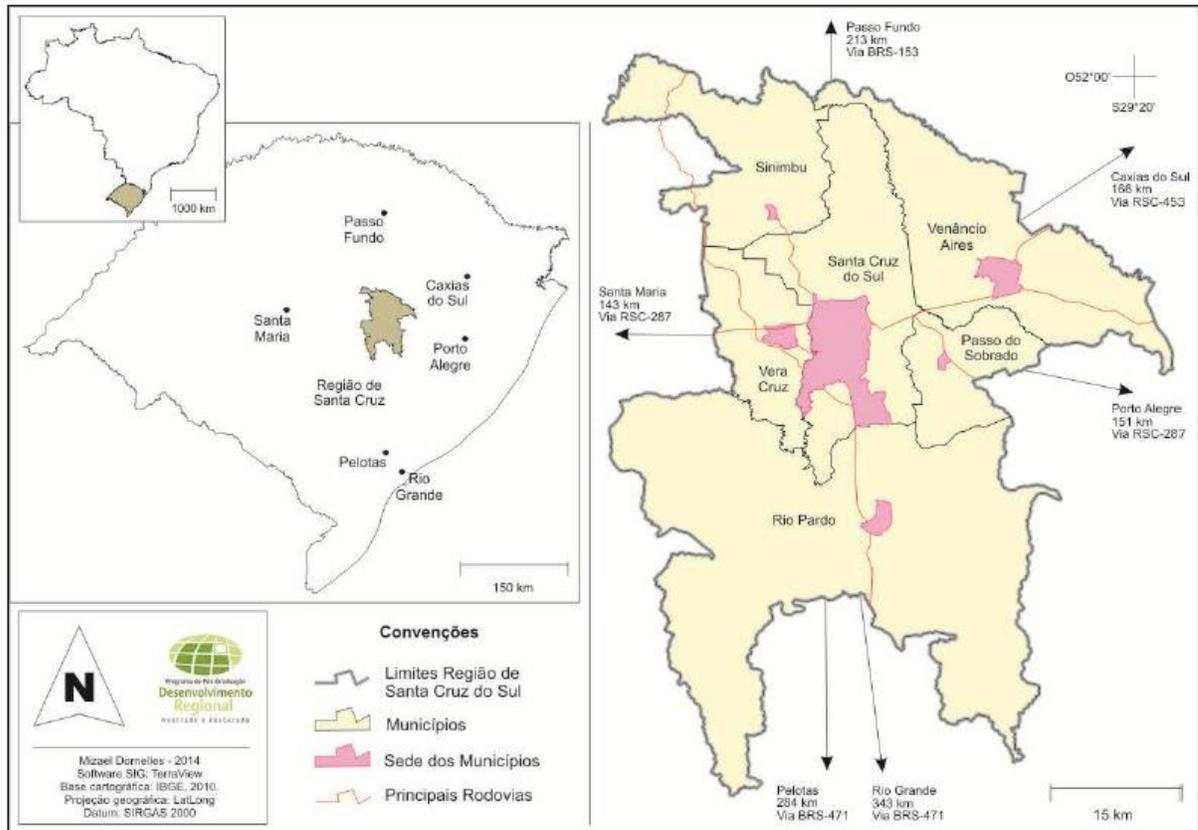
3.1 Formação da periferia sul de Santa Cruz do Sul como o lugar dos pobres

O município de Santa Cruz do Sul está localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, a 151km da capital Porto Alegre. Segundo dados do Censo 2010 do IBGE³¹, Santa Cruz do Sul conta com uma população 118.374 pessoas, o que lhe confere o status de cidade média de acordo com a classificação do IBGE (entre 100.000 e 500.000 habitantes). Trata-se de uma cidade essencialmente urbana, já que aproximadamente 88,9% de sua população reside nesta área do município.

³¹Infográficos do Censo 2010 em

<https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=431680&search=rio-grande-do-sul/santa-cruz-do-sul/infogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>.

Figura 1 – Mapa localização Santa Cruz do Sul



Fonte: Dornelles, 2015.

Santa Cruz do Sul pertence a região do Vale do Rio Pardo e tem sua economia baseada na indústria, especialmente a do setor fumageiro. Destaca-se também nos setores de comércio e serviços, sendo estes impulsionados pelo seu setor industrial, dispendo do 7º maior PIB do estado³² no ano de 2015 (DORNELLES, 2015).

O território é marcado por disparidades sociais evidenciadas na paisagem urbana. A produção do espaço urbano foi influenciada especialmente pela formação do distrito industrial e a instalação das fumageiras internacionais, que ainda hoje dominam economicamente o território:

pensar a (re) produção do espaço urbano em Santa Cruz do Sul significa termos presente, de um lado, o papel que as determinações econômicas e organizacionais engendradas pelos conglomerados fumageiros em escala internacional desempenham ao longo da cadeia produtiva fumageira; de outro, a maneira como cada lugar responde a essas determinações a partir da dinâmica socioespacial própria das comunidades locais e das contingências e particularidades que individualizam os diferentes lugares (SILVEIRA, 2003, p. 184).

³² Classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em conjunto com a Fundação de Economia e Estatística do RS disponíveis em <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/destaques/>.

A influência da indústria fumageira no processo de urbanização se deu especialmente na segunda metade do século XX, quando ocorre a sua internacionalização (DORNELLES, 2015). Profundas transformações se dão a partir daí: substancial aumento da população, acelerada ampliação do perímetro urbano, intenso processo de incorporação e especulação imobiliárias e o crescimento significativo das vilas populares na periferia urbana (SILVEIRA, 2003).

Segundo Silveira (2003), a formação da periferia da cidade se deu enquanto local dos safristas, menos provida de infraestrutura e serviços públicos, abrigando a população mais pobre e dando início a um processo de segregação urbana. A localização de assentamentos populares, próximos ao setor industrial e à BR 471, conformou uma periferia pobre, e atraiu para esta área da cidade tanto os novos migrantes, quanto os trabalhadores que buscavam seu lugar na cidade.

A área central da cidade, assim como a dos bairros ao seu redor, valorizada pela presença de infraestrutura pública e proximidade do setor terciário (comércio e serviços) tornou-se alvo da especulação imobiliária, visando as classes alta e média da população. Com terrenos cada vez mais caros, a área central foi aos poucos ocupada por estas classes, levando os trabalhadores a ocuparem as áreas mais próximas às indústrias, ou aquelas situadas além do perímetro urbano (SILVEIRA, 1997). Assim a segregação foi naturalizada na dinâmica social de formação da cidade de Santa Cruz do Sul e o desenvolvimento econômico e o capitalismo imprimiram suas marcas neste processo:

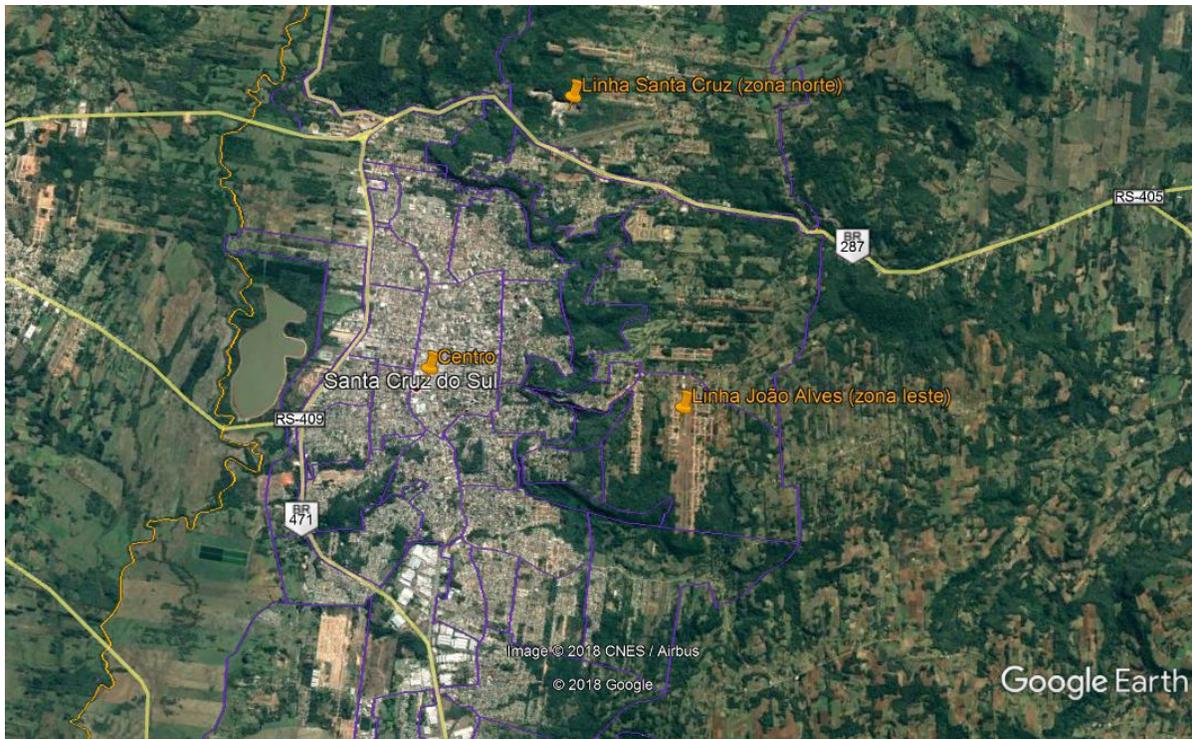
A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer (MARICATO, 2003).

A segregação considerada neste estudo, diz respeito a cidade em seu conjunto, e tem no território a materialização da pobreza, uma vez que o local de moradia representa importante influência nos condicionantes de acesso à cidade. Neste aspecto “o isolamento geográfico e a distância levam a um acesso mais difícil às oportunidades produzidas na cidade” (MARQUES, 2007, p. 34), especialmente em uma cidade do porte de Santa Cruz do Sul, onde o comércio e os serviços tendem a se concentrar no centro ou em áreas na proximidade das áreas centrais.

A localização da habitação dos trabalhadores nas proximidades da área industrial é fruto da mesma dinâmica social que levou estes trabalhadores para a cidade de Santa Cruz: servir de mão de obra para a indústria. Por sua vez, a proximidade com a indústria transforma a área ao seu redor em terra barata para moradia, pois não oferece os atrativos que normalmente despertam interesse das classes mais altas como infraestrutura, atrativos naturais, estatus, etc. (VILLAÇA, 2001).

A expansão da cidade é desejada para as zonas norte e leste³³, onde existem grandes áreas disponíveis para a construção civil e conseqüente especulação imobiliária. Porém são áreas que precisam de investimentos em infraestrutura urbana para sua ocupação, além de estarem desconectadas da malha urbana densificada mais próxima do centro da cidade, inclusive pela presença de barreiras físicas (VILLAÇA, 2012) constituídas pela BR287 no caso da Linha Santa Cruz (zona norte) e pelo cinturão verde de preservação permanente no caso da Linha João Alves (zona leste).

Figura 2 - Zonas de expansão norte e leste

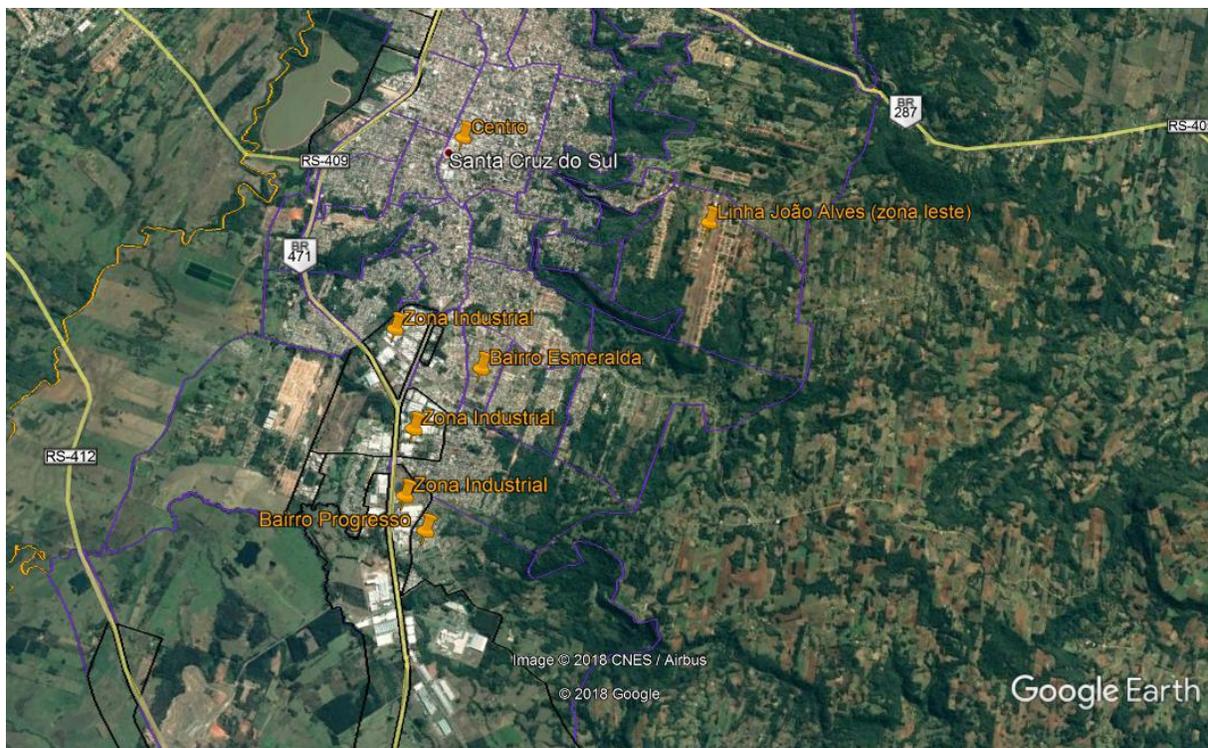


Fonte: Google Earth (edição da autora).

³³ Notícia sobre a expansão da cidade para as zonas norte e leste e o que se espera de investimentos públicos em infraestrutura.

Da mesma forma, a zona sul da cidade, próxima a área industrial, carece de investimentos em infraestrutura. No entanto, quanto a malha urbana, é de mais fácil articulação com o centro do que as áreas ao norte e leste, pela presença de avenidas perimetrais asfaltadas como as Av. Deputado Euclides Nicolau Kliemann e a avenida Barão de Arroio Grande. Porém, mesmo com a presença de grandes vazios urbanos, sua proximidade com a indústria e sua constituição como periferia pobre e local dos trabalhadores, não há o mesmo interesse em expandir as áreas residenciais mais nobres para aquela direção.

Figura 3 - Bairros da Zona Sul e Zonas Industriais



Fonte: Google Earth (edição da autora).

a zona sul da cidade. Por sua vez, as zonas norte e leste são vistas como promissoras para a habitação dos mais ricos e a expansão da cidade, mesmo que a Santa Cruz dos mais pobres esteja se expandindo para o sul.

Quanto à situação feminina na cidade, segundo o Censo do ano de 2010, 46% da população urbana santa-cruzeira é formada por mulheres³⁵, sendo que destas, 33,3% são as responsáveis pelos domicílios. Nos domicílios com um único responsável, as mulheres respondem por 87,3% das famílias. O rendimento médio das mulheres em Santa Cruz do Sul corresponde a 66,3% do rendimento masculino³⁶.

3.2 Conjunto Habitacional Santo Antônio, Minha Casa Minha Vida e a força da iniciativa privada

O conjunto residencial Santo Antônio é um empreendimento financiado com recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida e foi ocupado pelos beneficiários no ano de 2012. Tratam-se de 260 unidades habitacionais distribuídas em 13 blocos de edifícios de 5 pavimentos cada, atendendo 679 pessoas, segundo dados do trabalho social realizado pela prefeitura municipal.

Cada unidade habitacional conta com dois dormitórios, um banheiro, sala, cozinha e área de serviço conjugados, tendo um custo aproximado de 45.000,00 reais.

Uma particularidade, conforme relatos obtidos em entrevistas com implementadores, é de que a iniciativa da construção do empreendimento, assim como a escolha do terreno e da tipologia construtiva ficaram a cargo da iniciativa privada, através da construtora Treviplan Engenharia, que empreendeu a construção em parceria com o município através da modalidade I (até 3 salários mínimos) do MCMV. Ao município coube o trabalho social realizado junto às famílias a serem reassentadas. A análise destes fatos leva mais uma vez à constatação da mercantilização da cidade (MARICATO, 2009; ROLNIK, 2015) e a ocupação da terra mais barata e dos locais mais segregados por habitação popular produzida em massa. Confirma ainda o intenso vínculo das políticas públicas habitacionais com a indústria da construção civil e a especulação imobiliária, sem atender às demandas sociais específicas de um grupo de indivíduos, e ainda reproduzindo padrões de segregação espacial:

³⁵ Os dados do Censo 2010 se referem ao sexo e não ao gênero dos habitantes.

³⁶ Estatísticas de gênero para a cidade de Santa Cruz do Sul em <https://ww2.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,431680&cat=-2,-3,128&ind=4721>.

A construção de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas onde a terra é mais barata – forma de provisão habitacional predominante ao longo de décadas – contribuiu substancialmente para impulsionar o espraiamento urbano, a proliferação de um padrão urbanístico monofuncional e o estabelecimento de uma divisão territorial entre ricos e pobres. Apesar de muitos bilhões de reais em subsídios públicos, o programa MCMV não impacta na segregação urbana existente. Pelo contrário, apenas a reforça, produzindo novas manchas urbanas monofuncionais ou aumentando a densidade populacional de zonas gutificadas já existentes (ROLNIK, 2015, p. 313-314).

O terreno em que foi implantado o conjunto habitacional fica na periferia sul da cidade, na linha de divisa entre as zonas residencial e industrial do município, conforme imagem abaixo:

Figura 5 - Linha limite entre zona industrial e zona residencial



Fonte: Google Earth (edição da autora).

O local de construção do empreendimento, financiado pelo MCMV, é uma área periférica e pobre da cidade, contando com terrenos mais baratos do que no centro ou do que nas áreas consideradas mais nobres. Essas últimas, são consolidadas como locais de investimentos imobiliários ou de provável expansão urbana, sendo alvo da especulação imobiliária. Porém, embora estejam em áreas mais baratas, os empreendimentos do MCMV acabam por configurarem-se igualmente como mercadorias, visando o lucro de seus proponentes, obedecendo

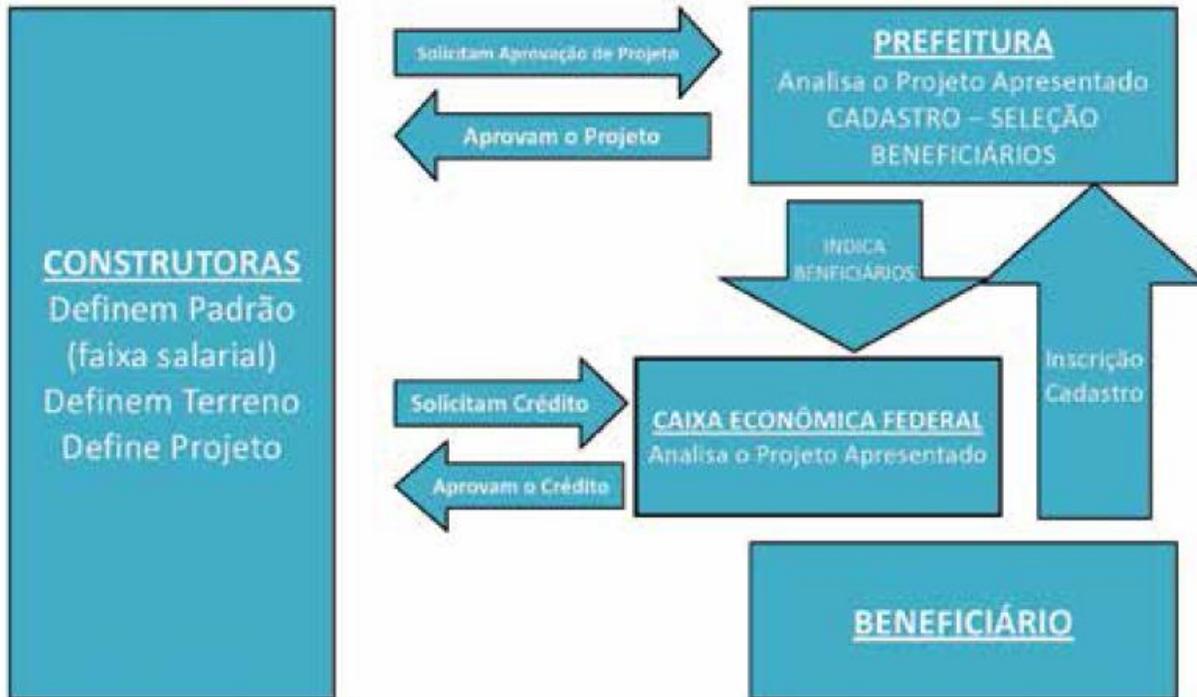
assim a lógica do mercado imobiliário (MARQUES e RODRIGUES, 2013) e contrariando a natureza social do programa habitacional.

O poder de decisão sobre a localização dos empreendimentos e ainda sobre as tipologias (se serão casas ou edifícios) a serem adotadas fazem com que o critério principal para a implementação das políticas habitacionais de caráter social seja o de rentabilidade para as empresas construtoras (ROLNIK, 2015), deixando a solução de problemas sociais como a segregação urbana em segundo ou terceiro plano:

Uma das mudanças mais importantes a ressaltar em relação ao PMCMV é a ausência de um agente promotor público, papel antes desempenhado por Companhias Metropolitanas de Habitação (COHAB), associações e cooperativas, responsáveis pela incorporação imobiliária e gestão dos empreendimentos. Essas instituições mantinham vínculos diretos com os poderes públicos municipais e por vezes federais, o que abria maiores possibilidades para articulação com as políticas urbanas, embora isso nem sempre acontecesse. O desenho institucional adotado pelo programa PMCMV, no entanto, inviabiliza a possibilidade de o poder público atuar como promotor e gestor do empreendimento. A instituição financeira (Caixa Econômica Federal), por um lado, e as empresas, por outro lado, ganham centralidade em detrimento dos órgãos e instituições responsáveis pelas políticas urbanas e habitacionais (AMORE, SHIMBO e RUFINO, 2015, p. 55).

Outra forma de maximização dos lucros, além da compra de terrenos baratos, é a padronização dos projetos, visando a facilidade de construção através da padronização do processo construtivo e o menor custo possível. Isso é possível devido ao alto poder decisivo das construtoras no contexto da implementação da política pública habitacional. Na figura a seguir (Figura 6) podemos verificar o peso das decisões a cargo das construtoras nas escolhas decisivas para a qualidade dos empreendimentos, desde a definição da modalidade contemplada pelo programa, passando pela escolha do terreno até a tipologia arquitetônica e o projeto adotado:

Figura 6 - Fluxograma dos agentes envolvidos na produção para Faixa 1 do PMCMV.



Fonte: CARDOSO, MELO e JAENISCH, 2015, p.75

Para a prefeitura cabe a seleção dos beneficiários e o trabalho social obrigatório com os moradores. Assim, o poder de controle do Estado quanto à eficiência do programa, e enquanto defensor dos direitos das minorias sociais atingidas fica restrito, quase nulo, proporcionando que a política pública habitacional obedeça a lógica do mercado da construção civil e da especulação imobiliária e vise o lucro das construtoras, muitas vezes perpetuando situações de risco social como a segregação urbana. Um caso especialmente danoso ao tecido urbano são os condomínios verticais (de edifícios), fechados por altos muros, fragmentando o espaço já fragilizado pela precariedade e pela pobreza, criando guetos e copiando um modelo privado de administração inviável para esta realidade. É prejudicial também à dinâmica social que nele se desenrola e para a qual a dimensão espacial é um dos fatores determinantes. Ao invés de trazer qualidade ao espaço urbano em que se insere, desvaloriza-o, cultivando relações de negação e ruptura com a cidade, tornando as relações marcadas pela suspeita e a restrição (CALDEIRA, 2000).

O programa também não contribui para qualificar as áreas onde os empreendimentos são implantados e reduzir sua precariedade. A forma do condomínio fechado e murado, obrigatória para conjuntos verticais do programa, reproduz enclaves fortificados sobre o tecido urbano – das periferias consolidadas – fragmentado e desconexo, não contribuindo para transformá-lo ou qualifica-lo (ROLNIK, 2015, p. 314).

No residencial Santo Antônio essa realidade se repete em um condomínio fechado e administrado nos moldes da iniciativa privada, o que acaba por ocasionar o endividamento, o conseqüente abandono, e a violência e guetificação, aprofundando a situação de vulnerabilidade dos moradores, especialmente para as mulheres e tornando a relação com a cidade ainda mais instável.

Assim, as conseqüências diretas deste efeito colateral do MCMV é “a construção de megaempreendimentos padronizados inseridos nas piores localizações das cidades, isto é, onde o solo urbano é mais barato” (ROLNIK, 2015, p.310). Segundo Rolnik (2015), as áreas em que os conjuntos habitacionais de natureza social são implementados, normalmente são áreas bastante homogêneas e precárias, oferecendo poucas oportunidades de desenvolvimento econômico e cultural aos seus moradores, e mantendo as características dos antigos bairros-dormitórios, voltados para os trabalhadores, com baixa qualidade urbanística:

Trata-se da concentração de um conjunto expressivo de empreendimentos de grande porte, com tipologia padronizada, destinados a uma mesma faixa de renda e inseridos num tecido urbano monótono, com pouca diversidade de usos – ainda que disponha de um mínimo de equipamentos e serviços básicos no entorno ou em bairros vizinhos. (ROLNIK, 2015, p. 312).

Santa Cruz do Sul repete a realidade nacional, à medida que os empreendimentos voltados para a população de classes mais baixas estão predominantemente instalados na periferia sul. No conjunto residencial Santo Antônio a realidade não é diferente, além da presença da iniciativa privada nas decisões iniciais como escolha do local e compra do terreno, a tipologia também obedece o padrão de empreendimentos deste tipo, visando o maior número de unidades dentro do espaço disponível, sem avaliar a adequação desta tipologia ao tipo de usuário. Essa realidade é especialmente preocupante no caso da Modalidade 1 (Faixa 1) do programa, que atende à população mais vulnerável e que conta com renda familiar de até 3 salários mínimos e são indicados pelas prefeituras:

No caso da Faixa 1, os empreendimentos são ofertados a uma demanda cativa, determinada pelos cadastros definidos pelas prefeituras. O reforço de uma lógica financeira está pautado em grande medida pelo papel das empresas de construção no Programa, que passam a atuar como proponentes de empreendimentos junto à Caixa, seguindo as normas e condições mínimas estabelecidas. Dentro terrenos e as características dos projetos são condições essenciais para “viabilizar” os empreendimentos. A seleção de terrenos mais baratos, a ampliação da escala e padronização dos projetos tornam-se assim estratégias financeiras essenciais no desenvolvimento do PMCMV. (AMORE, SHIMBO e RUFINO, 2015, p. 55).

No caso estudado, a tipologia escolhida, de prédios de apartamentos em um condomínio fechado, reproduzindo a realidade de condomínios privados, cercados de altos muros e fechados para a via pública, ocasiona a proliferação da violência nas áreas comuns e a falta de atendimento pelo Estado, uma vez que o espaço privativo não se presta a intervenções públicas como qualificação e cuidado com o mesmo. O resultado é uma área comum degradada, subutilizada pelos moradores e administrada por empresas privadas que obedecem uma lógica de mercado,

O que fica evidente (...), é que um produto extremamente padronizado, baseado exclusivamente na propriedade privada e em grandes condomínios, não se adequa aos diferentes tipos de demandas e necessidades por habitação de interesse social por grupos populacionais que tem características sociais e econômicas diferentes (AMORE, SHIMBO e RUFINO, 2015, p. 61).

Além do abandono pelo poder público, os moradores titulares dos apartamentos ainda sofrem com o endividamento compulsório ocasionado pela obrigatoriedade de assumir a propriedade do imóvel caso sorteado/selecionado pela prefeitura. As altas taxas de água, luz e manutenção do condomínio, que no caso do residencial Santo Antônio chega a 130 reais mensais com o rateio da água, ficam muito acima do valor das parcelas, e assim, se tornam inviáveis para essa faixa da população. Muitas das famílias residentes no local contam apenas com os programas de transferência de renda para o seu sustento (o Bolsa Família por exemplo paga em média, por pessoa, de 85,00 a 170,00 reais mensais³⁷), arcando com pesadas dívidas junto à empresa administradora e às concessionárias de água e luz. A inadimplência resultante deste contexto ocasiona, além das dívidas adquiridas pelos moradores, a falta de manutenção adequada dos espaços comuns do condomínio por falta de verba para isso. Os ocupantes que, diante desta realidade, optam por abandonar os imóveis, levam consigo o endividamento e a impossibilidade de ser contemplados por outras políticas públicas habitacionais. Essa realidade se repete em outros estados brasileiros,

Em vários empreendimentos investigados constatou-se que a taxa de condomínio representa valores superiores ao pagamento da parcela da moradia que, como já referido, foi amplamente subsidiada. Na nova moradia, as famílias também passaram a pagar por serviços urbanos como água, energia, gás e internet, que em muitos casos eram, anteriormente, acessados de maneira irregular, ajudando a ampliar as despesas associadas à moradia. Apesar dos baixos níveis de renda das famílias, constatou-se que a

³⁷ Informações do site do Bolsa Família, disponíveis em https://bolsafamiliaaqui.com.br/bolsa-familia-os-beneficios-do-programa/?gclid=Cj0KCOiAw9nUBRCTARIsAG11eidS0MIAev3yDKDGW1o32f3yKtLDxEvoivwrShMpgYjU2SubsEezeeoaAsm4EALw_wcB.

aplicação de tarifas sociais pelas concessionárias para os serviços básicos como água e energia não é uma realidade para vários dos empreendimentos. (AMORE, SHIMBO e RUFINO, 2015, p. 61).

A realidade das moradoras do residencial Santo Antônio e titulares do MCMV é acentuada pelo local de habitação. São mulheres em situação de pobreza³⁸ e vulnerabilidade, sendo que um dos critérios para seleção das famílias foi a renda familiar mensal bruta máxima de até 3 salários mínimos nacionais³⁹. Além disso, muitas destas mulheres atualmente contam apenas com os programas de transferência de renda como o Bolsa Família para a manutenção da casa e dos filhos.

Outro fator determinante para a seleção das famílias foi que as responsáveis pela unidade familiar fossem mulheres⁴⁰, o que se reflete em uma realidade onde aproximadamente 84% das moradoras são do sexo feminino⁴¹. Cerca de 50% destas mulheres são provenientes de áreas de risco⁴² e todas elas encontravam-se em situações de vulnerabilidade social. Este tipo de processo de reassentamento se dá pela falta de opções a estas famílias, em função da realidade em que se encontram, sendo levadas a uma situação de segregação involuntária no espaço urbano (VILLAÇA, 2001).

Assim como são implementados a maior parte dos reassentamentos de baixa renda no Brasil (ROLNICK, 2015; VILLAÇA, 2001), essas mulheres foram reassentadas na área periférica da cidade, na chamada zona sul, reconhecidamente carente de infraestrutura e serviços urbanos eficazes e em quantidade necessária⁴³.

O acesso à moradia, a partir da priorização da titularidade feminina no programa MCMV não tem proporcionado a essas mulheres o direito à cidade de forma ampla, atendendo às necessidades não só de moradia, mas de inclusão e participação social, conforme afirma Muxí (2009, p. 39):

falar do direito à moradia é falar de um direito mais amplo, que não se limita ao teto: é o direito a ser parte ativa da sociedade, e em um entorno cada vez mais antropizado e

³⁸ Conceito de SECCHI, 2015.

³⁹ Dados do edital de chamamento público do empreendimento, em <https://pacsantacruz.wordpress.com/edital/>

⁴⁰ De acordo com a PORTARIA Nº 140, DE 5 DE MARÇO DE 2010, do Ministério das Cidades, em http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/cohab/cmhl/portarias/PORTARIA-140-2010-Selecao-de-beneficiarios-PMCMV_final.pdf

⁴¹ Dados levantados junto ao Núcleo de Ação Comunitária – NAC, Unisc.

⁴² Idem nota de rodapé nº5.

⁴³ Dados da Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano, elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, em http://www.santacruz.rs.gov.br/epd/Fundamentacao_Diagnostico_naoconsolidado.pdf

urbanizado como o atual, é ter o direito à cidade, às vantagens, proteções e oportunidades que esta nos pode brindar”⁴⁴.

No Brasil, a legislação que diz respeito ao acesso à moradia digna como parte do direito à cidade é o Estatuto da Cidade, estabelecido pela Lei 10.257 de 2001, que também se refere ao direito à terra urbana, ao trabalho, ao lazer, entre outros (AMORE; SHIMBO e RUFINO, 2015), considerando a complexidade do conceito do direito à cidade e à habitação.

Ao contrário do que diz a teoria sobre o morar com dignidade, a titularidade feminina nos programas habitacionais, sem uma mudança de paradigmas sociais em relação à dominação patriarcal, tem implicado a essas mulheres, além da dívida contraída junto à CEF, a obrigatoriedade da permanência em locais que nem sempre às favorecem, muitas vezes comprometendo sua mobilidade urbana e o desenvolvimento pleno de suas capacidades como trabalhadora e cidadã, levando a uma segregação muito específica do gênero feminino.

3.3 Aproximação empírica – o acesso ao residencial Santo Antônio

As primeiras visitas ao conjunto residencial Santo Antônio foram realizadas ainda no ano de 2016, apenas para reconhecimento e familiarização. Logo foi percebida distância que o conjunto está do centro da cidade, sendo possível acessá-lo pela BR471 ou pela avenida perimetral Deputado Euclides Nicolau Kliemann. Sendo que esta última, está ligada à rua Marechal Floriano, que é umas das principais ruas do centro da cidade. Apesar da ligação com o centro se dar por vias asfaltadas, o trajeto pela referida avenida corta vários bairros da zona sul da cidade, como Arroio Grande, Castelo Branco, Esmeralda, entre outros reconhecidamente bairros de classes trabalhadoras. Também chama a atenção o fato de que a Av. Euclides Kliemann costeia a zona industrial em vários trechos, oferecendo um acesso à mesma inserido na malha urbana, paralelamente à BR471. O trajeto pela avenida conta com aproximadamente 8Km.

⁴⁴ Minha tradução para o trecho: Hablar del derecho a la vivienda es hablar de un derecho más amplio, que no se limita al techo; es el derecho a ser parte activa de la sociedad, y en un entorno cada vez más antropizado y urbanizado como el actual, es tener derecho a la ciudad, a las ventajas, protecciones y oportunidades que ésta nos puede brindar.

Figura 7 – Euclides Kliemann



Fonte: arquivo pessoal de Tuize Rovere Hoff, 2017 (autoria da foto: Tuize Rovere Hoff).

Já no acesso pela BR, cruza-se com várias indústrias da cidade, como a Xalingo Brinquedos, a metalúrgica Mor, a distribuidora de produtos farmacêuticos Gam, além das indústrias fumageiras Phillip Morris, JTI Tabacos, Souza Cruz e Premium Tabacos do Brasil. O trajeto pela BR471 conta com aproximadamente 11Km.

Na imagem abaixo (Figura 7) pode-se visualizar as zonas industriais próximas à BR471 e circuladas em preto, o centro da cidade e o conjunto residencial Santo Antônio. Pode-se perceber também a densidade habitacional maior junto a área central e a maior presença de vazios urbanos na chamada zona sul.

Figura 8 - Santa Cruz do Sul (centro e periferia sul)



Fonte: Google Earth (edição da autora)

O acesso se deu por automóvel próprio, e tanto no percurso utilizando a BR, quanto utilizando a avenida, foram percebidos grandes vazios urbanos, seja na zona industrial (pela BR471), seja nos bairros da periferia sul.

A avenida Euclides Kliemann é totalmente asfaltada, e embora vários trechos não apresentem calçadas, na frente do conjunto elas foram construídas, diferentemente das quadras ao redor. Na frente do residencial existe um abrigo para ônibus, e mais tarde foi informado de que os ônibus para o centro da cidade param ali aproximadamente a cada 15/20 minutos.

A primeira visita ao interior do residencial se deu em meados do mês de maio de 2017, para aplicação do questionário do perfil socioeconômico e também para um primeiro convívio com a entrevistada Dandara, com quem esta pesquisadora já mantinha contato via redes sociais há pelo menos um mês. Na ocasião, a visita foi conduzida pela filha da entrevistada, que acompanhou os pesquisadores em conversas informais com os moradores e em um passeio pelo conjunto para reconhecimento do local.

O portão de pedestres do conjunto habitacional estava com a fechadura arrebentada e, portanto, sempre aberto. Havia uma guarita com um guarda logo na entrada. Os pesquisadores

foram muito bem recebidos pelos guardas, nesta e em todas as visitas realizadas em grupo ou desta pesquisadora individualmente, sem encontrar dificuldades para acessar as áreas privativas do local. Na área frontal do conjunto foram percebidas câmeras de segurança, mas segundo informações dos guardas e moradores, elas não estão mais em funcionamento.

Durante as visitas havia muito lixo no chão e nas lixeiras do condomínio, e um cheiro forte de lixo e esgoto. Segundo os moradores, vazamentos de esgoto são frequentes, especialmente nos apartamentos térreos e nos canteiros em frente aos blocos. Uma das moradoras contou que o síndico precisava abrir frequentemente as fossas para limpeza, numa tentativa de impedir que os vazamentos. O cheiro forte de esgoto foi uma constante em todas as visitas, especialmente em dias úmidos ou chuvosos.

As áreas jardinadas estavam constantemente úmidas, apresentando muitas vezes uma espécie de limo. Devido a implantação dos blocos de apartamentos, essas áreas (que ficam entre eles) são de difícil insolação, apresentando problemas com a umidade, como infiltrações e mofo ou bolor. Mesmo assim, algumas destas áreas apresentavam pequenas hortas ou flores e plantas ornamentais mantidas pelos moradores dos blocos correspondentes.

Os blocos apresentavam escadas de cimento e paredes somente com uma base de pintura. Normalmente mal iluminados, alguns contavam com melhor manutenção e limpeza, enquanto outros apresentavam lixo, mal cheiro e até partes danificadas, como os guarda-corpos e janelas quebrados.

A maior área comum é destinada ao acesso de veículos, e não conta com passagem para pedestres. Ainda assim, haviam poucos veículos estacionados durante o dia, período em que foram realizadas as visitas. Nas tardes de sol, os moradores costumam ocupar estas áreas com varais de roupas e cadeiras de praia, formando pequenas rodas de conversa, especialmente entre as mulheres. O chimarrão é frequentemente oferecido a quem se aproxima e algumas poucas crianças, normalmente as menores (até 3 anos) ficavam ao redor de suas cuidadoras (as próprias mães, ou avós e tias).

Muitas vezes esta pesquisadora foi recebida nestas rodas de forma amigável, sendo convidada a sentar e conversar, o que permitiu captar fragmentos da vivência dos moradores. Outras vezes, especialmente quando as pessoas estavam sozinhas ou no interior de seus apartamentos, a recepção foi com desconfiança e não foi possível estabelecer nenhum diálogo.

Durante as visitas aos apartamentos para a aplicação dos questionários do perfil socioeconômico, foram visitados todos os andares de todos os blocos, sendo constatado uma grande quantidade de apartamentos vazios, trancados com cadeado, que os vizinhos alegam estarem abandonados. Segundo os próprios moradores e também dados obtidos junto à 17ª Estratégia de Saúde da Família (ESF), dos 260 apartamentos construídos cerca de 179 estão ainda ocupados. E destes, aproximadamente 100 apartamentos são habitados pelos seus titulares junto à Caixa Econômica Federal.

Em uma das visitas, um dos moradores apresentou uma tabela, feita por ele mesmo, onde constavam os apartamentos classificados quanto à ocupação. Segundo estas informações, no condomínio existem aproximadamente: 98 apartamentos ocupados pelos titulares, 71 vendidos para terceiros e 14 alugados, invadidos ou cedidos. Essas informações, embora empíricas, se aproximam dos dados obtidos na 17ª ESF.

3.4 Conhecendo os moradores do Conjunto Habitacional Santo Antônio

Para melhor compreensão da realidade encontrada no conjunto habitacional Santo Antônio, foi realizado um perfil socioeconômico dos moradores. O levantamento a partir de questionários foi fundamental para a aproximação prévia com a realidade do local, levando a uma compreensão da realidade em que se encontram os moradores, servindo de base também para a investigação através das entrevistas.

O questionário foi composto de perguntas sobre a realidade prévia dos moradores, antes de serem contemplados pelo programa MCMV, e sobre a sua percepção sobre a realidade em que se encontram, após a transferência para o local. São abordados temas como a infraestrutura urbana (serviços de esgoto, água, luz, etc.) disponível no local de moradia prévio e no residencial e a presença de serviços públicos como escolas, creches, posto de saúde nas proximidades dos locais de moradia e sua qualidade. Foram levantados ainda temas como a implementação da política pública habitacional e o acesso a ela por parte dos titulares do programa e as redes de ajuda mútua, antes e depois do processo de reassentamento das famílias no residencial. Com isso, buscou-se entender como a dinâmica social da segregação urbana a partir da política pública habitacional do MCMV se manifesta espacialmente, modificando ou perpetuando as condições de precariedade no acesso à cidade e aos bens públicos.

As redes de ajuda ou redes de sociabilidade são importantes para o rompimento ou manutenção das condições de pobreza e precariedade. Segundo Marques, Castello e Bichir (2011-2012) no caso específico da pobreza, as redes de sociabilidade individuais têm sido abordadas na literatura como fator mediador no acesso aos recursos materiais e imateriais, podendo ser atenuante ou meio de perpetuação das condições de privação e desigualdades. Ainda segundo os autores, a integração das redes aos estudos que envolvem a temática da pobreza pode permitir tanto a desresponsabilização dos pobres por sua própria situação, quanto escapar de análises sistêmicas que foquem somente nos macroprocessos e constrangimentos estruturais que envolvem o tema.

O traçado das redes de sociabilidade feminina, formadas antes e depois do reassentamento, pode levar a pistas substanciais para a compreensão de como elas podem influenciar no processo de segregação das mulheres pobres em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o debate sobre as redes individuais, a segregação feminina e as políticas públicas habitacionais, levando em consideração fatores como as estratégias de sobrevivência e as particularidades de cada grupo social. O debate proposto pode trazer ainda contribuições para a relação das políticas públicas urbanas com as necessidades femininas e suas formas de vivenciar a cidade. O conhecimento construído a partir destes debates teóricos têm a pretensão de contribuir para o desenvolvimento regional na medida em que mapear as políticas públicas de habitação e sua relação com o território e com os indivíduos que ali habitam são elementos fundamentais para a transformação social e a otimização dos recursos disponíveis, de ordem material ou humana.

O questionário contou com perguntas objetivas, e foi dividido em quatro momentos: 1) Identificação e características locais, familiares e domiciliares dos moradores, 2) Informações sobre o local e condições de moradia no período anterior ao deslocamento e no momento atual, 3) Avaliação sobre o processo de implementação da política e 4) Percepções dos moradores acerca da qualidade de vida antes e depois do deslocamento para o residencial.

Na primeira parte, foram elencadas questões sobre a composição familiar, os meios de subsistência da família e o atendimento ou não por outras políticas públicas sociais, como as de distribuição de renda. Na segunda, as questões abordavam os locais de moradia prévio e atual, com o objetivo de traçar um comparativo entre as situações de acesso aos bens e serviços públicos e a presença ou não de redes de ajuda mútua. Essas questões visam a melhor compreensão das mudanças ocorridas na vivência da cidade a partir do local de moradia e ainda a

percepção sobre as redes de sociabilidade individuais, antes e depois de serem transferidos para a moradia atual. Nas questões seguintes, foi investigado o acesso à política pública habitacional, a maneira como foram feitos os cadastros, a seleção e o trabalho social desempenhado a partir da perspectiva dos moradores que a acessaram. E por último, as perguntas foram a respeito do grau de satisfação e percepção da qualidade de vida dos moradores antes e depois da transferência para o residencial estudado.

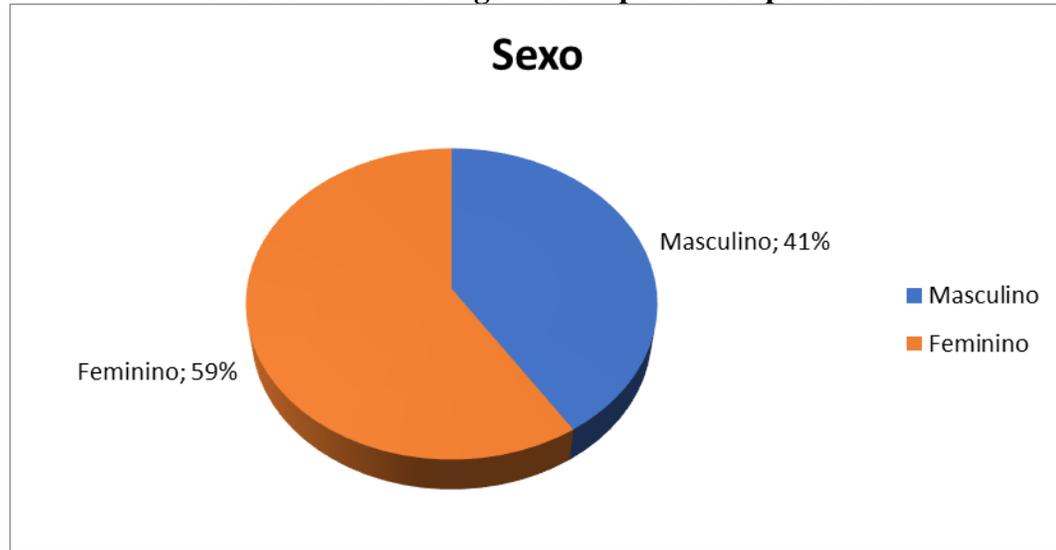
Com as informações obtidas através do questionário foi possível traçar o perfil socioeconômico dos moradores, além de compreender a dimensão das mudanças ocorridas em suas vivências a partir de suas próprias percepções da realidade em que estão inseridos. Foram aplicados 60 questionários, apenas um questionário por unidade habitacional.

3.4.1 As famílias residentes do conjunto habitacional Santo Antônio

Em Santa Cruz do Sul as mulheres sem cônjuge e responsáveis pelos domicílios correspondem a 87,3% e deste percentual, 52,5% vivem em famílias com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo⁴⁵. No conjunto habitacional Santo Antônio, 59% das pessoas entrevistadas foram do sexo feminino (Gráfico 1), enquanto 83,9% das famílias que lá residem contam com mulheres como responsáveis⁴⁶.

⁴⁵ Dados do município no censo de 2010.

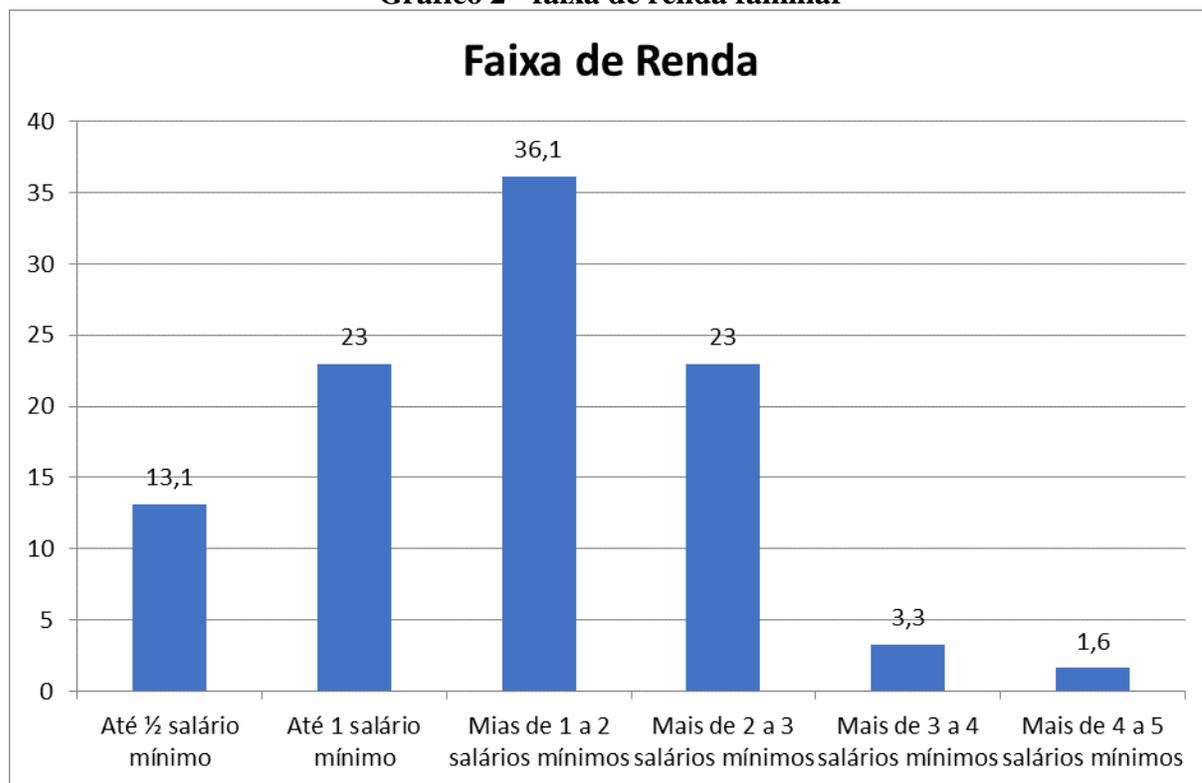
⁴⁶ Dados do trabalho social realizado pelo NAC/UNISC.

Gráfico 1 - Porcentagem de respondentes por sexo

Fonte: dados da pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias*, 2017

A maior parte destas famílias conta com renda de até dois salários mínimos, sendo que uma expressiva parcela tem ganhos familiares de até um salário (36,1%), como pode ser verificado no Gráfico 2:

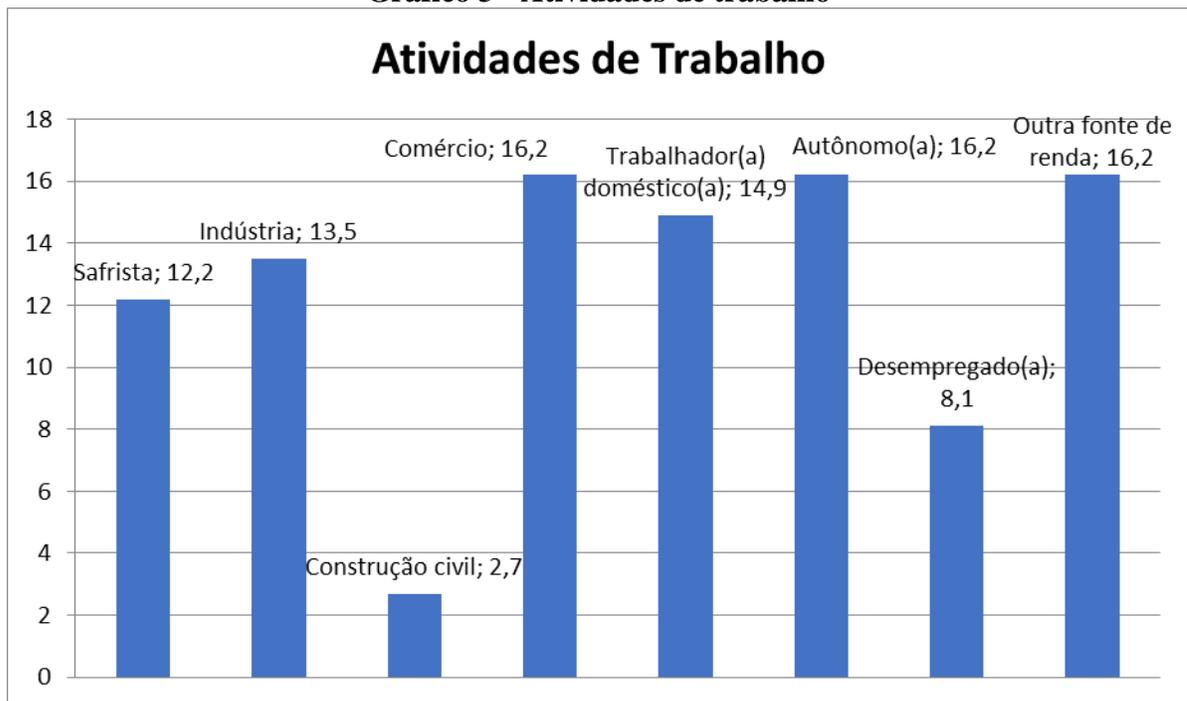
Gráfico 2 - faixa de renda familiar



Fonte: dados da pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias*, 2017

Quanto ao trabalho, 44,6% dos respondentes trabalham em empregos formais (Gráfico 3), como a safra da indústria fumageira, o comércio ou a indústria. O restante ocupa profissões precarizadas ou tenta maneiras alternativas de obter renda.

Gráfico 3 - Atividades de trabalho



Fonte: dados da pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias*, 2017

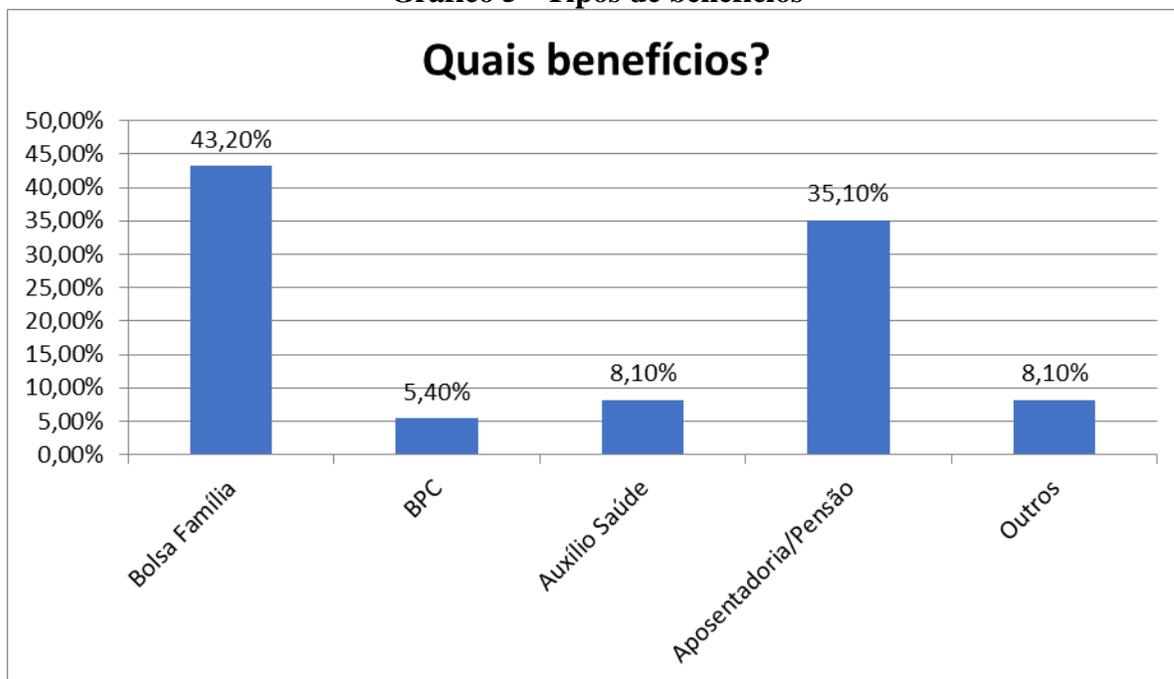
Muitas mulheres relataram o desemprego, a falta de condições para o trabalho e a tentativa de obtenção de uma fonte de renda por pequenos serviços ou empreendimentos. Pagu, uma mulher com quem conversou-se informalmente durante a vivência no local, contou que obtinha o sustento dos cinco filhos pelo Bolsa Família. Ela tentava fazer chocolates para vender visando uma renda extra, mas só conseguia comprar o material para as trufas quando sobrava dinheiro das bolsas. Com dois filhos pequenos e sem vagas na creche próxima ao local de moradia, Pagu não conseguia trabalhar, então tentava empreender por conta própria, assim como muitas mulheres residentes do local, sujeitas a relações precarizadas de trabalho, ou sem outra fonte de rendimentos a não ser as políticas públicas de distribuição de renda, conforme os gráficos abaixo:

Gráfico 4 - Políticas sociais ou benefícios



Fonte: dados da pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias*, 2017

Gráfico 5 - Tipos de benefícios

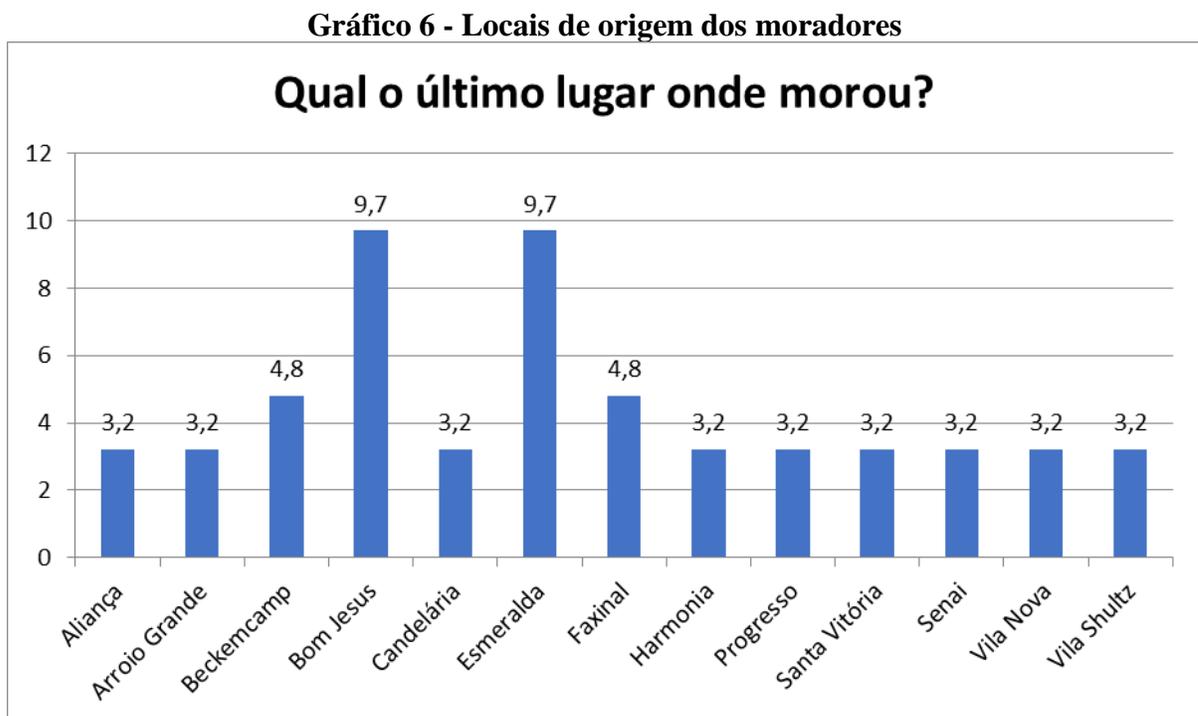


Fonte: dados da pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias*, 2017

A maior parte dos respondentes recebe algum tipo de benefício através de políticas sociais, e o benefício que mais aparece é o Bolsa Família.

Relacionando as informações obtidas, considerando que a maior parte das titulares do programa MCMV no residencial Santo Antônio são mulheres, assim como a maior parte dos respondentes, pode-se confirmar a situação de vulnerabilidade em que se encontram. Com uma renda abaixo do necessário, desempregadas ou em empregos informais e contando muitas vezes somente com os benefícios sociais, essas mulheres estão imersas em uma realidade de pobreza, agravada muitas vezes pelo local de moradia, na periferia sul da cidade. A desarticulação entre as políticas públicas sociais (DRAIBE, 1993), além de reforçar o patriarcado, muitas vezes inviabiliza o exercício da plena cidadania feminina, na medida em que impossibilita o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, à mobilidade urbana, à saúde e planejamento familiar, entre outros.

No que diz respeito ao local de moradia, constatou-se através do perfil socioeconômico, que a maior parte dos moradores são provenientes de outras áreas da periferia sul de Santa Cruz do Sul, conforme as seguintes imagens:



Fonte: dados da pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias*,

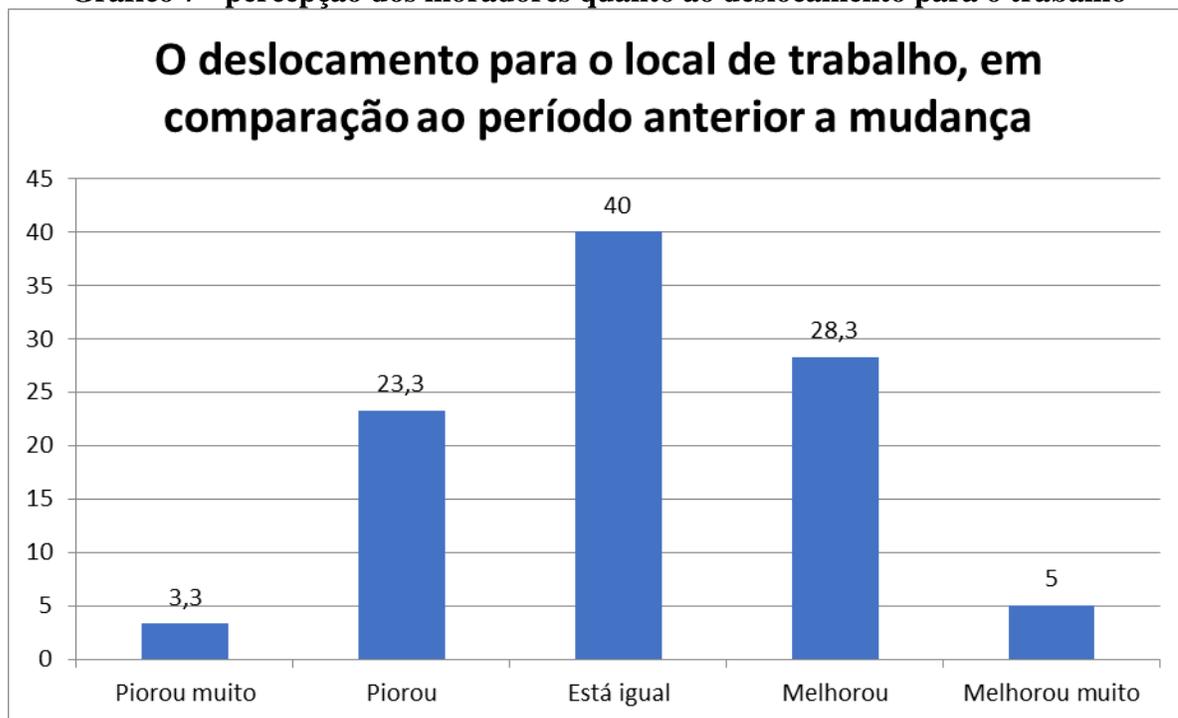
Figura 9 – Principais bairros de origem dos atuais moradores do conjunto residencial Santo Antônio em relação ao centro da cidade



Fonte: dados da pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias*, 2017

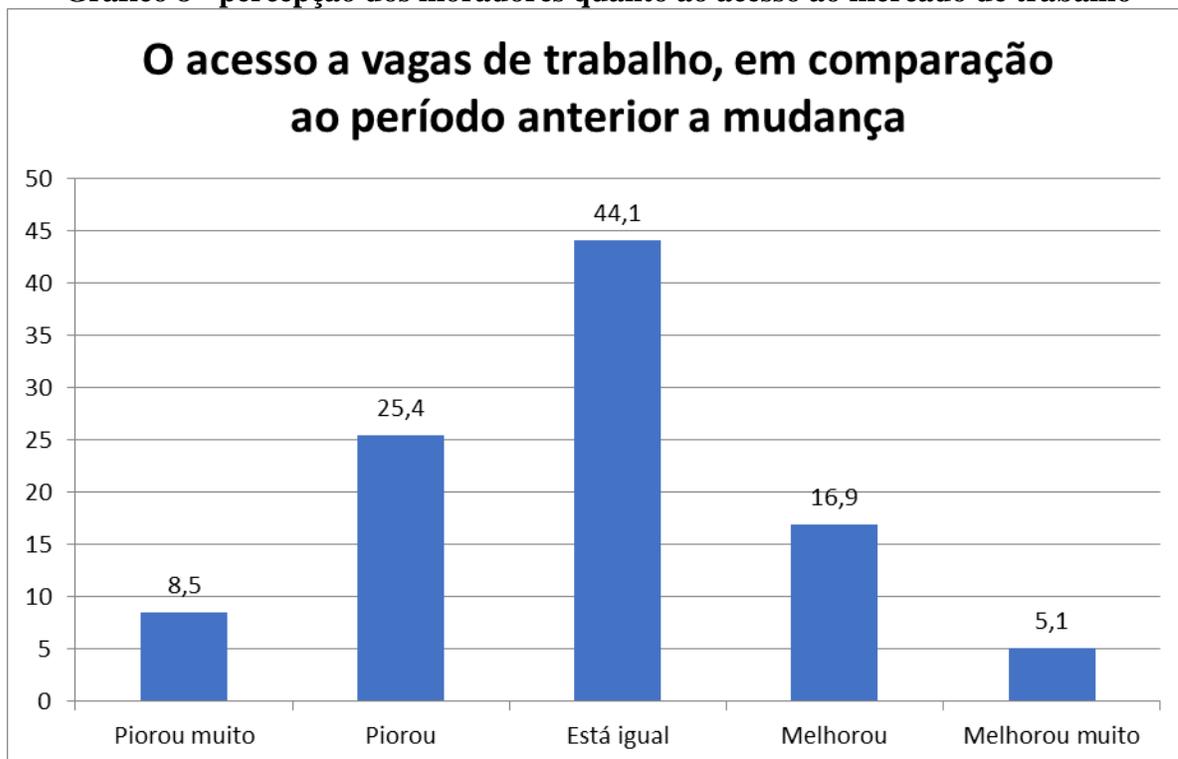
O fato dos moradores serem provenientes da mesma situação de periferia e segregação faz com que não haja a percepção da própria situação em relação à cidade, nem quanto ao acesso aos bens e serviços públicos, nem quanto ao acesso ao centro e à grande parte dos empregos nos setores de comércio e serviços ali presentes. Nos gráficos 7, 8 e 9, percebe-se a ideia comum entre os moradores de que em vários aspectos sua situação em relação à cidade não sofreu modificações com a mudança do local de moradia:

Gráfico 7 - percepção dos moradores quanto ao deslocamento para o trabalho



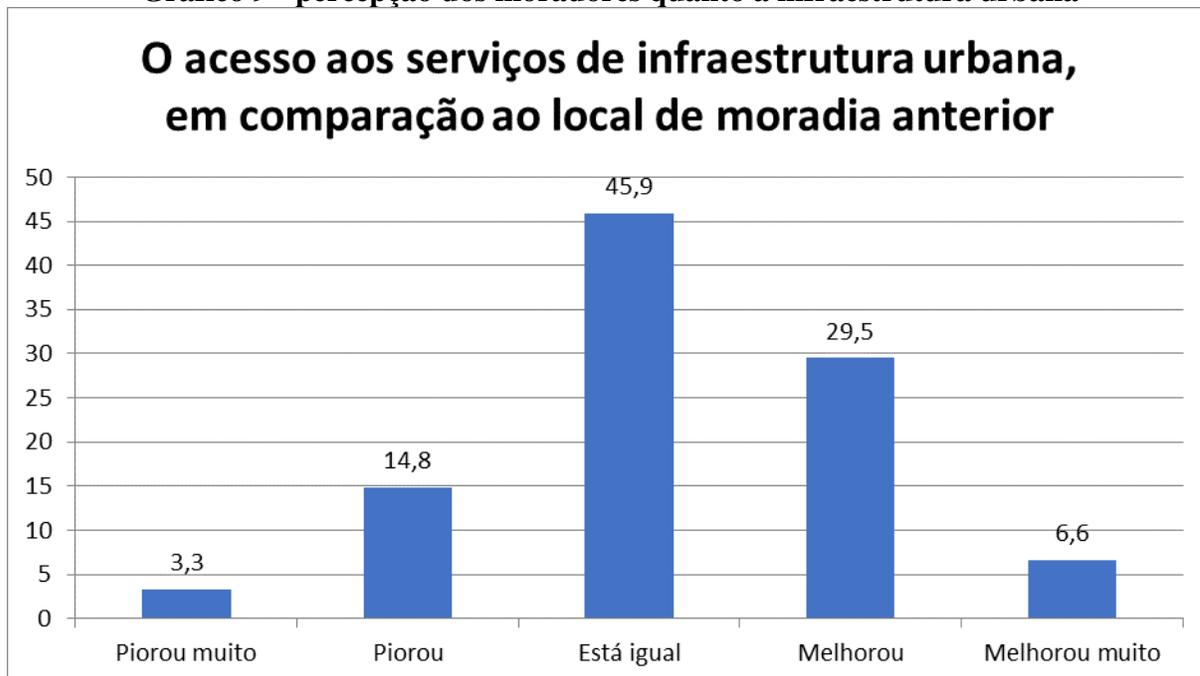
Fonte: dados da pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias*, 2017

Gráfico 8 - percepção dos moradores quanto ao acesso ao mercado de trabalho



Fonte: dados da pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias*, 2017

Gráfico 9 - percepção dos moradores quanto à infraestrutura urbana

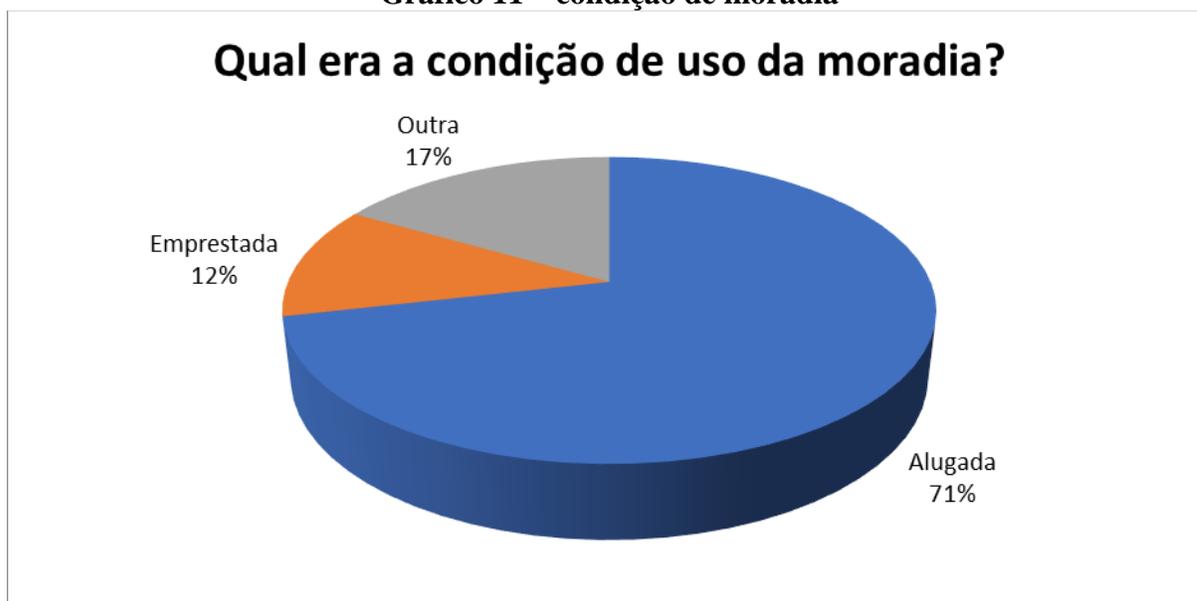


Fonte: dados da pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias*, 2017

Mais do que a segregação, é assimilado pelos moradores a necessidade de obtenção de moradia própria, ou da propriedade privada da moradia, como garantia de dignidade e melhoria de vida, entendendo os efeitos colaterais da política pública habitacional como inerentes ao processo. A situação da maior parte dos respondentes era de aluguel ou ainda outras situações em que não havia a posse do local de moradia:

Gráfico 10 - propriedade da moradia

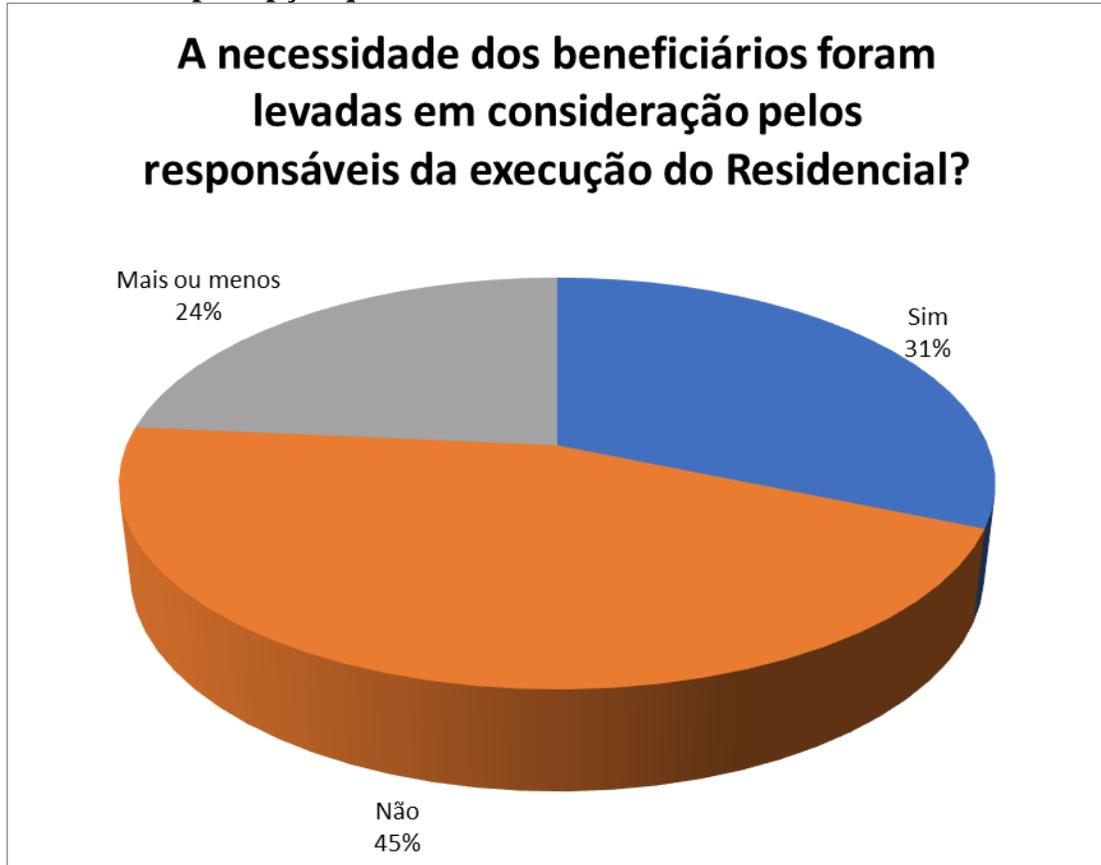
Fonte: dados da pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias*, 2017

Gráfico 11 – condição de moradia

Fonte: dados da pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias*, 2017

Ainda que valorizem a obtenção da casa própria a partir do acesso à política pública de habitação, os moradores demonstram diferentes graus de insatisfação quanto às condições de moradia atuais, depois da transferência para o conjunto habitacional (Gráfico 12).

Gráfico 12 - percepção quanto ao atendimento das necessidades dos moradores

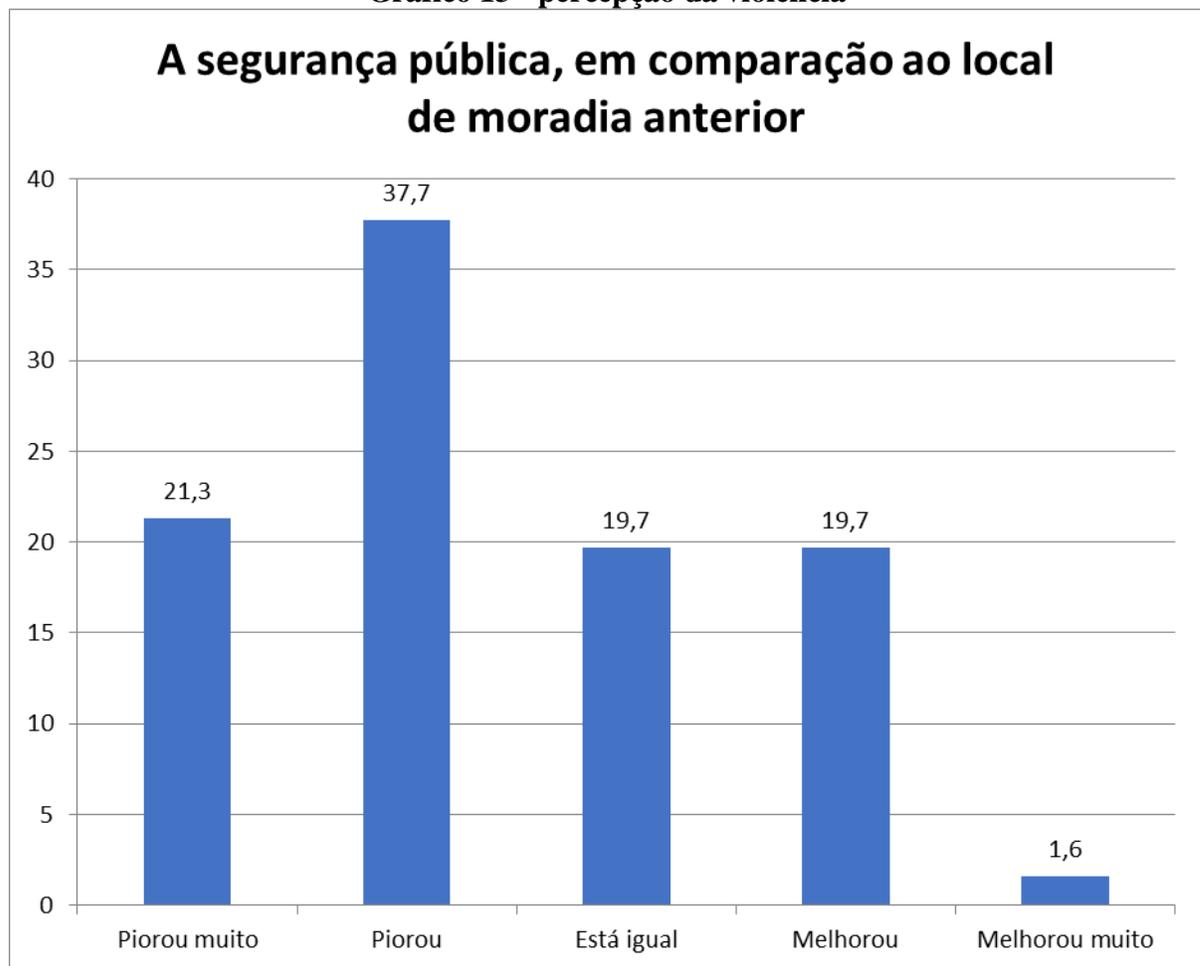


Fonte: dados da pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias*, 2017

Tanto nas respostas ao questionário, quanto nas falas ouvidas em entrevistas ou ainda informalmente, os moradores relatam grande insatisfação quanto à proliferação da violência, especialmente a violência proveniente do tráfico de drogas no interior do conjunto. Essa violência pode se materializar tanto como controle territorial das áreas comuns, quanto à imposição do controle pelo medo e por ameaças. O medo, relatado especialmente pelas mulheres, é um forte fator de constrangimentos e, conforme os relatos ouvidos, condicionante inclusive das relações com o espaço urbano e das atividades cotidianas. Cerca de 60% dos moradores relatam a percepção de que a violência piorou ou piorou muito em relação ao seu local de moradia anterior (Gráfico 13). Nas falas dos moradores, essa violência é atribuída à falta de controle do Estado no

espaço privativo de uso comum do conjunto e também ao grande número de unidades habitacionais abandonadas, sujeitas à invasão por pessoas que acreditam estar ligadas ao tráfico. A proximidade com outras áreas de risco e dominadas por facções criminosas também foi apontada como fator gerador de violência, tanto pelos moradores, como pelos profissionais da prefeitura que trabalham ou trabalharam no local.

Gráfico 13 - percepção da violência



Fonte: dados da pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias, 2017*

Segundo Rolnik (2015), a presença de empreendimentos do MCMV dominados pela violência e pelo tráfico de drogas é comum, e muitas vezes faz com que os proprietários dos imóveis abandonem seu local de moradia. Ainda assim, não se pode considerar os empreendimentos ou mesmo a periferia pobre como o lugar da violência, uma vez que ela

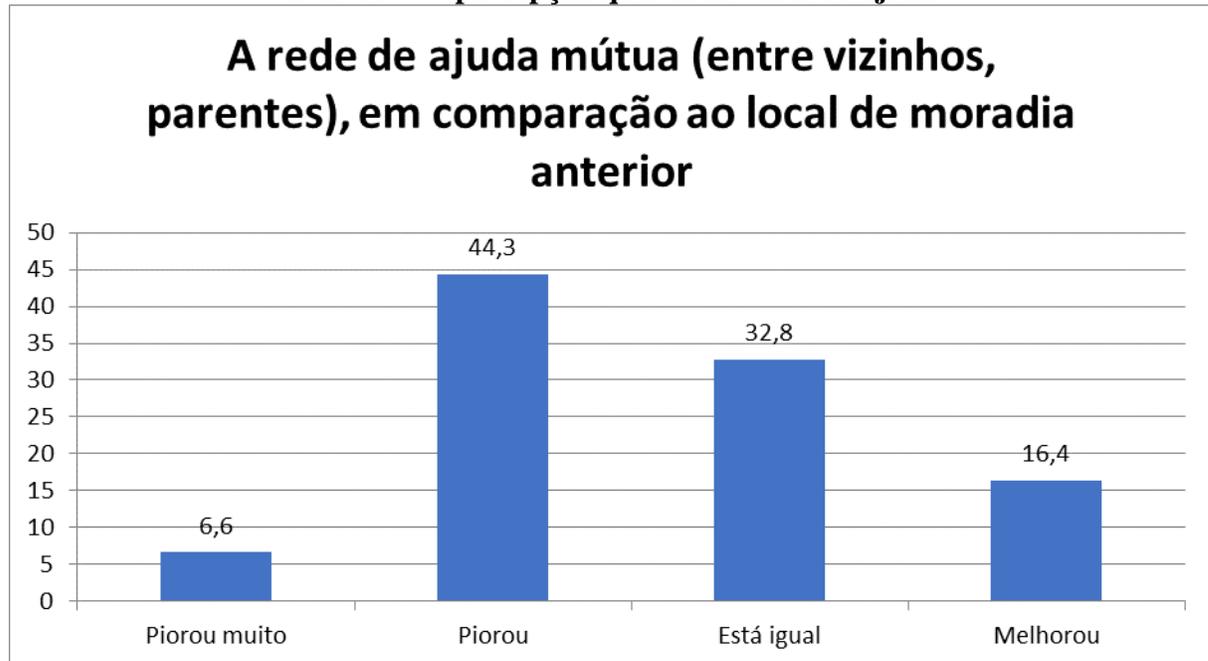
depende de uma complexa conjuntura de fatores e está presente em outras áreas que contam com outras realidades sociais. Embora a realidade de uma cidade média como Santa Cruz do Sul seja bastante diferente das grandes metrópoles brasileiras, a ideia de que onde está a pobreza, está a violência acaba por justificar excessos por parte do Estado na figura das polícias (ROLNIK, 2015). Segundo relato dos moradores, a única polícia que comparece no interior do conjunto habitacional é a polícia civil, e quando aparece, acaba invadindo apartamentos, deixando um rastro de medo e intimidação. A noção de que existe o lugar da violência, segundo a autora, também passa a falsa impressão de que remoções em massa e conjuntos habitacionais formais seriam a suposta solução para o problema:

Essa ideia alimenta outra, repetida há pelo menos cinquenta anos: a de que retirar os moradores desses lugares e realoca-los em conjuntos habitacionais murados, formalizados, regularizados e ordenados levaria ao fim da violência. Nem mesmo a experiência desastrosa da Cidade de Deus⁴⁷, no Rio de Janeiro, derrubou esse mito. E continuamos insistindo. (ROLNIK, 2015, p. 316).

Outro dado a ser investigado a partir do perfil socioeconômico obtido junto ao questionário aplicado é a percepção dos moradores quanto suas redes de ajuda e cooperação, ou as redes de sociabilidade individuais (MARQUES, 2009). Tanto na fala dos moradores, quanto nas respostas aos questionários (Gráfico 14) aparece insatisfação quanto às redes de ajuda e às relações de vizinhança. Porém, nas observações diretas realizadas no residencial, puderam ser constatadas pequenas redes de ajuda, constituídas no dia-a-dia das mulheres, e que possibilitavam a transposição das dificuldades e constrangimentos ocasionados a partir da situação de segregação. Mulheres que cuidavam dos filhos umas das outras, desde períodos longos possibilitando o trabalho remunerado, até breves momentos para realização de tarefas cotidianas. Ajuda na manutenção da casa, fornecimento de alimentos e outras pequenas ações que demonstram a capacidade de reação e transformação da realidade pelas próprias moradoras do local, mas que nem sempre são percebidas como ajuda. Segundo a fala das mulheres entrevistadas, a percepção de redes de ajuda que elas acreditam possuir é a da família. Sendo que grande parte delas morava junto aos seus familiares, a mudança para o residencial pode ser entendida como uma sensível piora nas suas redes de sociabilidade.

⁴⁷ Cidade de Deus, popularmente conhecido por CDD, é um bairro da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro que por muito tempo foi considerado uma das regiões mais perigosas da cidade, devido a constantes confrontos em suas favelas.

Gráfico 14 - percepção quanto às redes de ajuda



Fonte: dados da pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias*, 2017

Ainda que estejam presentes, as redes de solidariedade, ou redes de sociabilidade individuais formadas entre as moradoras não parece ultrapassar a realidade espacial da segregação urbana, pois são configuradas como relações de homofilia, onde o indivíduo em situação de pobreza acaba por manter relações com redes menores, menos variadas em sua realidade social e mais centradas na vizinhança local ou familiares (MARQUES, 2013).

Os dados aqui elencados a partir da aplicação do questionário e do perfil socioeconômico traçado, auxiliaram na melhor compreensão da realidade observada e permitiram uma visão mais holística da situação de segregação em que as mulheres moradoras do conjunto residencial Santo Antônio vivenciam. A partir destas informações foi possível partir para uma investigação mais profunda da percepção que estas mulheres têm da sua própria situação de segregação e da realidade em que estão inseridas.

4 AS VOZES DA SEGREGAÇÃO

A segregação urbana vem sendo tratada pela literatura científica como um fenômeno urbano resultante de dinâmicas socioespaciais que conformam a cidade. Fenômeno este que, segundo a literatura, acaba por dificultar o acesso aos bens e serviços públicos, à mobilidade urbana e ao mercado de trabalho formal por uma parte da população mais empobrecida e majoritariamente residente nas periferias (VILLAÇA, 2001; MADARIAGA, 2004; MARQUES, 2005, 2007; MARICATO, 2009; ROLNIK, 2015). Além do enfoque de classe, onde as condições socioeconômicas são determinantes para a segregação, grande parte destes estudos tratam da segregação urbana em metrópoles brasileiras, especialmente as mais populosas como São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro, Fortaleza e Belo Horizonte. Como já foi abordado neste trabalho, aqui procurou-se confrontar a literatura existente sobre segregação urbana, como resultante da privação de acesso, com a realidade empírica vivenciada pelas moradoras do conjunto habitacional Santo Antônio. Buscou-se assim, compreender o fenômeno a partir do território estudado e do recorte de gênero, investigando a realidade das mulheres segregadas.

A segregação urbana aqui abordada acontece em uma cidade média⁴⁸ – Santa Cruz do Sul, com população urbana estimada de aproximadamente 105 mil habitantes⁴⁹ – acrescentando ainda ao recorte de classe, o recorte de gênero, investigando não só os reflexos da segregação urbana para esta categoria específica, mas também a percepção destes reflexos pelas mulheres pobres residentes na periferia da cidade, a partir de suas falas e vivências.

No contexto da segregação urbana, ainda têm sido frequentemente abordadas, por sua relevância na construção de habitações de interesse social, as políticas públicas para a construção de moradias voltadas para as classes mais pobres, em especial o programa Minha Casa Minha Vida. O número de construções empreendidas pelo programa, assim como a frequente ocupação das periferias mais pobres e de terras mais baratas (ROLNIK, 2015; MARICATO, 2009), tem sido motivo para inúmeros trabalhos, científicos ou não, relacionando-o com a segregação urbana. Porém, a maior parte destes estudos não traz o recorte de gênero, a não ser para a

⁴⁸ A definição de cidade média neste trabalho se aproxima do que diz Roberto Lobato Correa (2006) quando afirma que “cidade média” é uma classificação que corresponde à uma combinação de fatores como tamanho geográfico, funções urbanas e organização do espaço intra-urbano.

⁴⁹ Dados do IBGE para Santa Cruz do Sul, segundo o Censo do ano de 2010. Informações disponíveis no site <https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=431680&search=rio-grande-do-sul|santa-cruz-do-sul|info%20gr%20fic%20-%20evol%20-%20populacional-e-pir%20-%20mide-et%20-%20ria>.

compreensão das repercussões da priorização da titularidade feminina entre seus beneficiários⁵⁰. Constatou-se então a ausência⁵¹ de uma produção sistemática e organizada de trabalhos que contemplem a segregação urbana com recorte de gênero e relacionando-a às políticas públicas habitacionais brasileiras.

Para dar conta da complexidade do tema, foram necessários quatro momentos investigativos que se complementam na busca pela compreensão de forma ampla do processo de segregação urbana feminina presente na cidade de Santa Cruz do Sul: a) levantamento bibliográfico de produção científica, notícias, legislações e documentos acerca da implementação do programa MCMV, especificamente do conjunto habitacional Santo Antônio; b) aplicação de questionário com levantamento socioeconômico dos moradores do loteamento Santo Antônio; c) observação direta participante nas áreas comuns do conjunto; d) entrevistas em profundidade realizadas com moradoras titulares de unidades habitacionais no loteamento Santo Antônio, em busca da percepção destas sobre o processo de reassentamento e suas vivências a partir da moradia naquele local, e também com representantes do poder público, como implementadores da política pública que resultou no empreendimento. As informações obtidas a partir da investigação empírica são complementadas pelos dados quantitativos e qualitativos obtidos e comparadas com o que mostra a literatura, buscando uma compreensão holística do fenômeno estudado, como sugere Duarte (2004):

Os resultados deverão ser cruzados, posteriormente, com registros de observações de campo (se houver), dados quantitativos e/ou informações adicionais acerca daquela temática ou daquela população (estudos precedentes, levantamentos estatísticos, matérias jornalísticas, documentos históricos, artigos, imagens, textos literários etc.), de modo a possibilitar uma visão o mais ampla possível do universo que está sendo investigado. (DUARTE, 2004, p. 223).

A aplicação do questionário sobre o perfil socioeconômico dos moradores do conjunto habitacional Santo Antônio foi feito em parceria com a pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias*, sob a coordenação da professora doutora Cláudia Tirelli e do professor doutor Marco André Cadoná, na qual a autora se inseriu através da participação no Grupo de Estudos em Democracia e Políticas Públicas –

⁵⁰ Grande parte dos trabalhos encontrados que tratam da questão da titularidade feminina nas políticas públicas habitacionais brasileiras estão na área do direito, políticas públicas e serviço social, deixando uma lacuna na área do planejamento urbano e do urbanismo.

GEDEPP, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. As visitas foram feitas sob a coordenação da professora Dra. Cláudia Tirelli. As informações obtidas através do perfil socioeconômico foram cruzadas com dados secundários levantados junto ao IBGE, ao poder público e ao NAC – Núcleo de Ação Comunitária da UNISC, que participou do trabalho social desenvolvido no momento da escolha e assentamento dos moradores.

O questionário foi elaborado visando compreender a situação de moradia atual dos respondentes no conjunto habitacional, comparando-a com as condições de moradia anteriores, no que diz respeito ao acesso aos bens e serviços públicos, às redes de ajuda mútua (redes de sociabilidade) e ao bem-estar em geral, satisfação e qualidade de vida depois da transferência de residência para o conjunto. Esses fatores, foram utilizados como categorias para a interpretação dos dados quantitativos e ainda para as entrevistas, como categorias iniciais de análise das falas.

Já as entrevistas com as mulheres foram realizadas de forma aberta, ocasião em que as entrevistadas foram convidadas a falar sobre a percepção que têm de sua situação antes e depois de habitarem o conjunto Santo Antônio. Para guiar as falas, foram utilizados tópicos, referentes a algumas categorias iniciais a serem abordadas, a partir do referencial teórico, para melhor compreensão da situação de vida dessas mulheres em relação à segregação urbana. As entrevistas foram realizadas no apartamento de cada uma das entrevistadas, com duração de aproximadamente duas horas cada uma. Antes da realização de cada entrevista, buscou-se uma aproximação com as entrevistadas, de maneira a estabelecer uma relação de confiança mútua, ainda que breve, entre entrevistada e pesquisadora. Todas as entrevistadas escolhidas haviam sido contempladas como titulares de suas unidades habitacionais e algumas delas foram entrevistadas mais de uma vez.

A escolha por entrevistas abertas se deu pela necessidade de compreensão da percepção dos sujeitos a respeito da situação em que se encontram:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe

⁵¹ Não foram encontrados trabalhos científicos tratando especificamente da segregação urbana feminina a partir das políticas públicas habitacionais, embora, como já foi mencionado, o urbanismo com o recorte de gênero tenha conquistado mais espaço nas publicações acadêmicas dos últimos anos, assim como a geografia crítica feminista.

permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. (DUARTE, 2004, p. 215).

As entrevistas com os implementadores foram semiestruturadas, abordando tópicos que ajudassem na melhor compreensão do processo de implementação do empreendimento através das políticas públicas habitacionais e da situação em que as famílias se encontravam antes de serem transferidas para o conjunto habitacional Santo Antônio. A realização de entrevistas semiestruturadas facilitou a investigação de assuntos específicos que foram de difícil compreensão apenas com a pesquisa teórica e ainda ajudou na compreensão do processo de implementação da política pública habitacional em território santa-cruzensense a partir da fala dos seus implementadores.

Com a percepção de que as realidades urbanas são diferentes, e que as dinâmicas de formação das cidades correspondem à contextos históricos, sociais, econômicos, culturais específicos (LEFEBVRE, 2001; CARLOS, 2007), e deles resultam dinâmicas territoriais próprias de cada contexto, foi necessário a apropriação da dinâmica urbana da periferia sul da cidade de Santa Cruz do Sul, para melhor compreensão da segregação urbana presente em seu território. A vivência do contexto do local da pesquisa, embora breve, foi fundamental para a compreensão do fenômeno estudado. As constantes visitas, as conversas com os moradores, as rodas de chimarrão e a observação de fragmentos do cotidiano dos moradores do conjunto foram decisivos para o tipo de abordagem teórica a ser tomada. Ao todo, foram seis meses de vivência do local, de março a setembro de 2017, com pelo menos duas visitas mensais (em alguns períodos, semanais). As visitas não se resumiram à aplicação do questionário e ao trabalho formal, mas se estenderam em encontros informais com os moradores, quando houve troca de informações e percepções que se tornaram de fundamental importância para a interpretação das entrevistas em profundidade realizadas.

4.1 Entrevistas com implementadores

Antes das entrevistas com as mulheres residentes no conjunto residencial Santo Antônio, durante a vivência do local, foram feitas entrevistas com alguns dos agentes que participaram da implementação da política pública habitacional do Minha Casa Minha Vida em Santa Cruz do Sul. Essas pessoas fazem ou fizeram parte da equipe da Prefeitura Municipal e direta ou

indiretamente tiveram influencia na forma como o empreendimento foi executado. A partir destas falas foi possível uma melhor compreensão dos processos burocráticos e decisões políticas que influenciaram na forma como se deu a política no território estudado. As entrevistas com os implementadores foram realizadas em conjunto com a pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias*, sob a coordenação da professora doutora Cláudia Tirelli e do professor doutor Marco André Cadoná, assim como a aplicação dos questionários do perfil socioeconômico.

O programa MCMV teve seus efeitos colaterais, especialmente no que diz respeito à solução de problemas sociais (ROLNIK, 2015; MARICATO, 2009). Na maior parte dos empreendimentos, a segregação urbana não foi alvo de preocupação dos implementadores sendo até mesmo intensificada pela remoção de pessoas de seus locais de origem para posterior realocação em periferias distantes. No caso de Santa Cruz do Sul, especificamente na implementação do conjunto habitacional Santo Antônio, de acordo com a interpretação do perfil socioeconômico realizado nesta pesquisa, a maior parte dos moradores já habitava áreas segregadas da cidade, majoritariamente a periferia sul, próxima à área industrial.

Segundo o Implementador 1, houve uma preocupação anterior ao programa MCMV ser adotado no município, com a qualificação das áreas a receberem empreendimentos habitacionais. Porém, na mesma fala, essa preocupação se perde na medida em que a participação do poder público é minimizada frente às regras para a execução da obra. De acordo com este agente público, a escolha do terreno, assim como da tipologia arquitetônica escolhida (apartamentos em edifícios de 5 pavimentos) foram de iniciativa da construtora, que negociou diretamente com a Caixa Econômica Federal (CEF). Segundo o entrevistado, a prefeitura só entrou na negociação para a realização do trabalho social de seleção e preparação dos futuros moradores:

O terceiro, que não é um loteamento, mas um conjunto de apartamentos, do Santo Antônio, ele foi feito de certa forma, sem muito controle da prefeitura, porque foi o primeiro loteamento que foi executado por uma empresa de Santa Cruz, que era a Treviplan, eles já estavam com a obra em andamento, que a Caixa contratou direto. Como o programa foi novo, eles não, a Caixa Federal também não tinha essa experiência, e eles não consultaram muito a prefeitura. Então quando a prefeitura entrou então no processo, já estava na metade, né, mais ou menos, da construção dos apartamentos. (Implementador 1, 2017)

Esta fala vem a corroborar a literatura, no que diz respeito às avaliações do programa MCMV, colocando-o como um programa de fomento à construção civil e à economia do país, deixando o trabalho social realizado pelo Ministério das Cidades de lado e por consequência, sua

função social. Segundo Rolnik (2015), o sucesso do programa deve ser medido em números ligados à construção civil, onde houve efetivo crescimento.

Ainda segundo o Implementador 1, as próprias regras nacionais do MCMV impedem que o poder público interfira de forma mais efetiva na execução da obra, deixando passar muitas vezes, problemas identificados no contexto da cidade, mas que ficam de lado frente à iniciativa das construtoras:

Nós tivemos algumas coisas que nós tivemos que nos adequar ao sistema da obra, não pudemos interferir no projeto da obra em si, né dos apartamentos, né. Então sob meu ponto de vista tem algumas imperfeições lá, inclusive de localização né, que deveriam ter sido corrigidas. (IMPLEMENTADOR 1, 2017)

A falta de participação do poder público e a padronização dos empreendimentos, desconsiderando as distintas realidades territoriais são vistos tanto por alguns dos implementadores como pela literatura como possíveis causas da perpetuação da segregação urbana através da construção das moradias financiadas pelo programa. Rolnik (2015a) afirma que a necessidade de rapidez na implementação das construções fez com que aspectos fundamentais para a inclusão social como a inserção dos empreendimentos em locais de suficiente qualidade urbanística fossem deixados de lado:

A convergência de interesses de construtoras, governos locais e o Governo Federal em fazer o programa "rodar" suplantou preocupações com aspectos como a qualidade urbanística do entorno dos empreendimentos e a articulação da oferta habitacional com uma política fundiária abrangente, uma vez que considerações desse tipo afetariam a velocidade de sua implementação. (ROLNIK, 2015a, p.130)

A consolidação da zona sul da cidade como área dos pobres também aparece na fala dos implementadores, sendo que estes também têm a percepção, a partir do levantamento social prévio ao reassentamento dos moradores no residencial, de que a origem dos moradores é a própria zona sul:

Nós fizemos um levantamento até através da Secretaria de Habitação, de Serviço Social, alguma coisa de planejamento, enfim, mapeamos as áreas de risco que tinha aqui, e não foi muito difícil, viu, lá as assistentes social, como sempre, tinham um mapa, né, da nossa pobreza, de certa forma, que era as pessoas que estavam lá naquela área de risco, isso foi um volume grande ali e que basicamente se estendia aqui da Várzea, passava lá pela zona sul, é fácil fazer assim com a mão, né, lá Santa Vitória, Rauber, aqueles bairro lá em baixo e vinha parar aqui no Margarida Aurora, nesses nossos morros aqui, né, e alguma coisinha que tem na beira de rodovia, que é uma meia dúzia de família aí, mas o grosso é nessa região, que a gente chama de região sul. (IMPLEMENTADOR, 1)

As entrevistas realizadas com os implementadores ajudaram na compreensão do processo de implementação da política pública habitacional federal no território santa-cruzense,

fazendo com que as consequências enfrentadas pelas mulheres lá reassentadas também fosse melhor compreendidas.

4.2 O que dizem as mulheres?

Após as visitas, a observação direta e a aplicação do questionário socioeconômico, que por si permitiu a aproximação desta pesquisadora ao ambiente do conjunto habitacional e aos moradores, deu-se início ao processo de entrevistas. A escolha das entrevistadas aconteceu, primeiramente, por indicação das profissionais que atuaram no trabalho social desenvolvido pela UNISC na ocasião da implementação do residencial. Um dos pré-requisitos era de que fossem mulheres titulares dos imóveis, pois assim, se poderia remontar toda a sua trajetória, desde o processo de seleção desenvolvido para determinar os futuros moradores até os dias de hoje. O segundo fator de seleção foi a disponibilidade para conceder as entrevistas, uma vez que nem sempre as mulheres indicadas se disponibilizaram a contar sobre as suas vivências, muitas vezes com medo de represálias⁵², o que deixou ainda mais claro a insegurança vivenciada por estas mulheres. Com o intuito de garantir diversidade nas falas, foram procuradas algumas mulheres que supostamente estariam envolvidas com o tráfico, porém nenhuma delas aceitou ser entrevistada.

Assim, a quantidade de entrevistas acabou sendo limitada por uma série de eventos, muitos deles ligados ao tráfico de drogas, que se abateram sobre o conjunto habitacional a partir de investigação policial⁵³, deflagrando uma certa desconfiança com pessoas “de fora” e impossibilitando o retorno desta pesquisadora ao local por algum tempo. Um exemplo das investidas policiais ao conjunto habitacional pode ser conferido na notícia mostrada na imagem

⁵² Moradores relataram em conversas informais o medo de serem vistos como delatores e as ameaças sofridas, muitas vezes às suas famílias por pessoas que eles entendiam estar envolvidas com o tráfico de drogas. Foram relatadas também, situações de violência sofrida ou presenciada nas áreas comuns do conjunto habitacional Santo Antônio, como pessoas portando armas, tiros, gritos, espancamentos e roubos. Também foi descrito por moradores a constante presença do comércio de drogas nestas áreas comuns, bem como em alguns apartamentos.

⁵³ Um jovem é preso depois de ameaçar os moradores com arma de fogo e efetuar disparos em direção aos apartamentos do conjunto residencial.

Notícia do ocorrido em <http://gaz.com.br/conteudos/policia/2017/09/22/103579-operacao-prende-jovem-em-condominio-de-santa-cruz-do-sul.html.php>.

Logo antes e ainda após a referida prisão, a polícia civil realizou diversas incursões ao conjunto habitacional em busca de drogas e armas. Mais notícias em <http://www.portalarauto.com.br/Pages/132553/apos-ameacar-agredir-e-coagir-vizinhos-jovem-e-preso-em-condominio-de-santa-cruz>.

abaixo que apresenta notícia de uma realidade constante no conjunto habitacional, tendo em vista que a notícia é relativamente recente, datando de 22 de setembro de 2017 (figura 7):

Imagem 10 – Notícia da operação policial no conjunto habitacional Santo Antônio



Fonte: Portal Gaz

Ao todo foram ouvidas duas mulheres moradoras do local e mais uma funcionária da prefeitura que presta serviços diretamente às mulheres daquela localidade.

Considerando a literatura sobre segregação urbana, antes da realização das entrevistas com as moradoras foram elencadas algumas categorias para auxiliar na interpretação das suas falas. Essas categorias surgiram a partir das teorias de Villaça (2012, 2011, 2001) e Marques (2012, 2010, 2009, 2006) sobre segregação urbana e redes de sociabilidade. Villaça afirma que a segregação urbana causa constrangimentos às pessoas segregadas no que diz respeito à mobilidade urbana, ao acesso aos bens e serviços públicos e ao mercado de trabalho. Como já foi visto, o autor considera que os habitantes mais pobres da cidade não detêm o mesmo poder de escolha por espaço de habitação que as camadas mais altas da sociedade. Assim, acabam por ocupar os espaços menos privilegiados em termos de infraestrutura (esgotamento sanitário, pavimentação, iluminação pública, calçadas, praças etc.) e serviços urbanos (escolas, creches, postos de saúde, etc.). Além disso, o autor afirma ainda que a mobilidade urbana, nos locais segregados e ocupados pelas classes mais baixas, é comprometida, seja pelo tempo de

deslocamento ou pela dificuldade de realizar o mesmo. Assim, algumas das categorias elencadas como tópicos que guiaram a realização das entrevistas com as moradoras foram: a) os constrangimentos aos quais possam estar submetidas a partir de seu local de moradia; b) como eram percebidos o acesso aos bens e serviços públicos e capacidade de deslocar-se pela cidade e acessar ao trabalho formal, antes e depois de serem transferidas para o local; c) a possibilidade ou não de formação de redes de ajuda mútua, antes e depois da transferência para o conjunto habitacional, chamadas aqui de redes de sociabilidade.

Além do acesso aos bens e serviços públicos, a dimensão espacial da segregação urbana pode implicar em restrições nas relações de contiguidade e vizinhança, restringindo assim a possível formação de redes de sociabilidade individuais:

A residência em locais altamente segregados teria como principais conseqüências o isolamento em relação às redes sociais e econômicas mais relevantes, exposição a diversas condições de risco – tanto socioeconômicos quanto ambientais, gerando uma série de “externalidades negativas” com efeitos significativos sobre os circuitos de reprodução da pobreza (TORRES, 2004 *apud* TORRES, MARQUES e BICHIR, 2006, p.245).

Os autores afirmam, ainda, que locais igualmente pobres, podem contar com características diferenciadas entre si, como a presença ou não de infraestrutura e o acesso aos bens e serviços públicos. Assim como pessoas em semelhante situação de pobreza, podem apresentar maior ou menor grau de precariedade e vulnerabilidade, de acordo com a qualidade de seu acesso a esses bens e serviços.

No conjunto habitacional estudado, foram encontradas pessoas vivendo em diferentes graus de pobreza e vulnerabilidade. Observou-se pessoas que estão empregadas, formalmente ou não, com uma renda estável. Estas pessoas possuem bens (como automóvel, aparelhos de ar condicionado e outras conveniências domésticas como internet e TV paga) e acessos (frequentam o centro da cidade, conhecem e buscam seus direitos junto ao poder público e à CEF, tem iniciativas de melhoria dos espaços comuns locais) aos quais a maior parte dos moradores não tem. Por outro lado, foram observadas pessoas com alto grau de vulnerabilidade, sem condições de acessar os bens e serviços públicos disponíveis, sem auxílio de terceiros (muitas vezes contam com o apoio de vizinhos ou agentes da prefeitura), e sem condições mínimas de bem-estar, como higiene e alimentação adequadas.

Com o intuito de investigar se a formação de redes de sociabilidade individuais poderia influenciar na qualidade do acesso destes moradores a uma melhor condição de vida, foram

abordadas durante as entrevistas, a possibilidade ou não de formação de redes de ajuda mútua, antes e depois da transferência para o conjunto habitacional. A investigação sobre as redes de ajuda teve o intuito de perceber se esta mudança exerceu algum impacto sobre as redes de sociabilidade das mulheres e, assim, no acesso delas aos bens e serviços públicos e às políticas sociais.

Convém destacar, também, que a categoria de análise que suleia este trabalho é o gênero, buscando entender os constrangimentos específicos a que estão submetidas as mulheres segregadas, inseridas no contexto de uma sociedade patriarcal. E admitindo as consequências dos papéis sociais desempenhados pelos diferentes gêneros, buscou-se compreender a ação dessas mulheres, e como vivenciam e transformam seus territórios (entendido aqui como local apropriado por uma pessoa ou por um grupo e mais, construído tanto de maneira histórica, quanto de forma social) no contexto da segregação.

A partir destas afirmações, foram elencadas categorias *a priori* para a análise da fala das mulheres entrevistadas, ligadas à possibilidade de alteração (restrição ou ampliação) de suas redes de apoio a partir do deslocamento de suas moradias para o conjunto habitacional estudado. Assim, resultaram do aporte teórico abordado nesta pesquisa as categorias iniciais referentes aos seguintes fatores, antes e depois da transferência de local de residência: 1) acesso aos bens e serviços públicos; 2) mobilidade urbana e acesso à cidade; 3) trabalho formal/informal; 4) redes de ajuda e apoio. Essas categorias foram definidas a partir do referencial teórico adotado, mas não foram adotadas como definitivas, uma vez que o caráter relacional desta pesquisa assume a possibilidade de emergência de novas categorias e (re)interpretação do aporte teórico a partir da vivência empírica. Assim, a realidade relatada nas falas das mulheres trouxe novas categorias, imprescindíveis para a compreensão das suas vivências a partir da titularidade, e da transferência de suas residências para o conjunto habitacional Santo Antônio. As análises das falas segundo as categorias elencadas, tanto *a priori* quanto as emergentes, serão abordadas nos tópicos seguintes.

4.2.1 Cidade, filhos, trabalho e ajuda: “mulheres onças” e suas crias

“Não sou de briga, mas se alguém mexer com meus filhos viro uma onça, brigo por qualquer coisa. Sou bem família.”

(LEOLINDA, 2017)

Segundo dados levantados junto ao poder público municipal⁵⁴ e durante a pesquisa empírica, as mulheres com quem conversamos, assim como a maior parte dos moradores selecionados para ocupar o local, são provenientes da própria periferia sul do município, ou de outros bairros da periferia da cidade, em semelhante situação. Essas pessoas contam com o mesmo tipo de acesso aos bens e serviços públicos e à mobilidade urbana que possuíam antes da transferência de suas moradias. Isso faz com que elas não se percebam como segregadas, apesar de relatarem as dificuldades cotidianas de morar no local onde estão, como pode ser constatado no depoimento de Leolinda, uma das moradoras ouvidas durante o trabalho de campo:

Trabalho é bem perto, 15 minutos daqui... o transporte público é bom, em uma hora passa três ônibus, então... não tem que se queixar, né... perde um tu pega o outro... e... a escola é um pouquinho longe, a creche é um pouquinho longe... mas tem creche e tem escola, emprego... todo mundo precisa trabalhar, tem que correr atrás... no centro... só vou no final do mês porque tem que ir pra pagar as contas, não adianta... no final de semana vamos no shopping ou na pracinha, mas aí a gente vai de carro, mas dia de semana eu ando de ônibus... (LEOLINDA, 2017).

A maior parte das mulheres ouvidas nunca chegou a residir em áreas mais centrais e bem equipadas da cidade e nem a experienciar uma realidade diferente da realidade urbana em que vivem. Inclusive, assim como verificado através dos dados do perfil socioeconômico, algumas mulheres relataram a melhora no acesso à serviços públicos como escola e posto de saúde, já que alguns destes se encontram em frente ou relativamente próximos do conjunto habitacional, como pode ser verificado abaixo (figura 8):

-

⁵⁴ Foram levantados dados e documentos referentes à implementação das políticas públicas que financiaram o empreendimento (PAC e MCMV) junto à prefeitura e às pessoas que desempenharam o papel de implementadores. Também foram acessados registros do processo seletivo e do trabalho social realizado junto ao NAC-UNISC, conforme já foi descrito em capítulos anteriores desde trabalho.

Figura 11 - Localização das escolas e posto de saúde em relação ao residencial



Fonte: Google Earth (edição da autora)

É preciso considerar, também, o fato de que o empreendimento está instalado em um bairro já consolidado da cidade e que, embora esteja na periferia sul e afastado do centro por vazios urbanos, conta com uma infraestrutura mínima de ruas calçadas ou asfaltadas e iluminação pública, e fica localizado em uma avenida perimetral. Assim, não se repete a realidade de alguns bairros periféricos de cidades maiores ou até de grandes metrópoles, em que, segundo a literatura, a infraestrutura é inexistente ou bastante precária (VILLAÇA, 2001).

Embora não se percebam como segregadas, estas mulheres estão cotidianamente submetidas aos constrangimentos inerentes a sua condição socioespacial. Serviços públicos insuficientes, abandono pelo poder público, falta de perspectiva de melhoria de vida, precariedade nas redes de apoio, exposição à violência e criminalidade, e o medo foram alguns dos fatores observados nesta pesquisa. A oferta de bens e serviços públicos nas redondezas do seu local de habitação atual não parece reverter a situação de segregação urbana a que estavam submetidas antes de ali morarem, e tão pouco a amenizam, pois seus efeitos vão muito além da dificuldade de acesso a eles. Além disso, as consequências desta segregação, desencadeadas pela questão do gênero, são constantemente reforçadas pelo papel social a que as mulheres são

submetidas, constringendo-as de forma bastante específica. Segundo Meyer (2004, p. 16, grifos da autora):

O exame de tais representações vem nos permitindo perceber que a noção de *indivíduo mulher-mãe*, ainda supõe, ou supõe com força renovada, a existência de *um ser que incorpora e se desfaz em múltiplos* – a mãe como parceira do estado, a mãe como agente de promoção de inclusão social, a mãe como esteio de sua família e, mais especificamente, a mãe como responsável única e direta por seus filhos. Nesse contexto, gerar e criar filhos ‘equilibrados e saudáveis’ passa a ser social e culturalmente definido, também, como um ‘projeto’ de vida, responsabilidade individual de cada mulher que se torna mãe, independentemente das condições sociais em que essa mulher vive e dos problemas que ela enfrenta (...).

Segundo Meyer (2004), desde muito cedo as mulheres são socializadas para a maternidade, e essa socialização vem sofrendo uma complexificação na medida em que se proliferam investimentos em políticas educativo-assistenciais que têm como foco as mulheres. A autora afirma que essas políticas têm foco especialmente naquelas mulheres de segmentos mais pobres da população, no sentido de colocá-las como única responsável pelo bem-estar e saúde de seus filhos. Esta questão dos papéis construídos socialmente desde tenra idade, foi evidenciada por Dandara, uma de nossas entrevistadas, quando conta sobre a educação que recebeu de seus pais: “Meu pai dizia: quem tem que bancar é o homem, não a mulher. Agora eu aprendi diferente, quem tem que tomar as rédeas da casa é a mulher, não o homem. Aí ele diz que eu sou o homem e sou a mulher dentro de casa.” (DANDARA, 2017).

Na fala de Dandara, observa-se que sua família percebe sua função de única provedora dos filhos como um papel inerentemente masculino e que ela desempenha o papel reconhecido socialmente como sendo o do pai. Porém, o que foi encontrado na maior parte das famílias observadas no residencial, foram mulheres responsáveis tanto pelo provimento financeiro de seus filhos e dependentes, como pelo cuidado e manutenção de sua segurança, saúde e bem-estar, mesmo quando na presença de um companheiro. Isso as coloca em uma situação em que se veem divididas entre o desempenho de atividades remuneradas e a responsabilidade sobre os filhos. Essa situação, muitas vezes acaba levando-as a acompanhar os filhos em casa e manter a família a partir de políticas públicas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, além de outras atividades esporádicas, como cozinhar ou fazer artesanato.

Madariaga (2004) afirma que as mudanças ocorridas nos últimos anos em relação à inserção do trabalho feminino no mercado formal e à divisão sexual do trabalho não implicam em alteração da divisão das tarefas de manutenção da casa e cuidado com os filhos, papel social

imposto à realidade feminina. Essa realidade se mostra de forma evidente na fala das mulheres entrevistadas, assim como na realidade observada no conjunto habitacional. Leolinda, embora trabalhe na indústria desde a madrugada, afirma sobre seu marido que trabalha na área de transportes: “meu marido não tem horário pra nada, então eu que tenho que pegar na creche e fazer as coisas com as crianças...”, demonstrando mais uma vez a responsabilidade sobre os filhos a cargo unicamente das mulheres. Assim como no caso de Leolinda, mesmo as mulheres que dividiam a vida com um companheiro ou marido relataram que não costumavam contar com o seu auxílio para a realização das atividades de cuidados com os dependentes ou do serviço doméstico, e muitas vezes, nem mesmo auxílio financeiro.

Os cuidados prestados por estas mulheres estendem-se também a outros membros da família ou pessoas com quem mantém relações de afeto e/ou se sentem responsáveis. Foram ouvidos relatos de mulheres que cuidam de seus companheiros doentes, irmãs que se ajudam nos cuidados com os filhos de uma delas, avós que criam os netos e até mulheres sem vínculos familiares que prestam cuidados a crianças e doentes.

Imersa nesta realidade, encontramos dona Laudelina⁵⁵, uma senhora viúva que aparentava beirar os sessenta anos de idade. Apesar de apresentar dificuldade de locomoção e de ter sofrido pelo menos uma cirurgia cardíaca, dona Laudelina cuida de três jovens com os quais não tem nenhum laço familiar. Ela conta que há muitos anos tomou conta de uma jovem mulher como se fosse sua filha, mas a mesma se tornou usuária de drogas e saiu de casa. Quando a reencontrou, a mulher tinha três filhos, um dos quais apresentava uma deficiência mental grave. Dona Laudelina sentiu-se, então, responsável pelos cuidados com as três crianças que, na sua fala, são como se fossem seus netos. Ao ser questionada sobre como percebe seu local de moradia, ela relata que quase não sai de dentro de seu apartamento, pois considera difícil acessar o centro da cidade difícil pela distância e que as áreas comuns existentes no local são perigosas. Seus netos também são estimulados a não frequentarem as áreas comuns do conjunto habitacional para que não se envolvam com o que ela chama de criminalidade.

Conforme Caldeira (2000), existe um senso comum de que é preciso afastar os filhos, ou os jovens e as crianças (tidos como mais vulneráveis) do desconhecido. Segundo a autora, é comum

⁵⁵ Cabe aqui salientar que Dona Laudelina não foi uma das mulheres formalmente entrevistadas para esta pesquisa, mas é moradora do local. Assim, a partir da vivência empírica, houve a oportunidade de conhecer seus netos e conversar com ela informalmente em seu apartamento, onde foram coletados os dados aqui descritos.

que mulheres de classes sociais diversas acabem por abandonar o trabalho remunerado para tomar conta dos filhos, dentro de uma lógica social de que o sucesso e o bem-estar destes filhos depende fortemente da presença próxima das mães. Nesta pesquisa foi observado que, em classes mais baixas, o abandono do trabalho fixo remunerado pelas mulheres pode representar o aprofundamento da pobreza, uma vez que muitas delas são responsáveis pelo sustento da família.

Diante desta realidade, a dimensão espacial tem grande peso na qualidade de vida destas mulheres, uma vez que a imposição social do papel de cuidadoras acaba muitas vezes por limitar seu acesso à cidade, restringindo seus territórios ao local da vida cotidiana (onde seu tempo é ocupado pelo cuidado com os filhos, outros dependentes e com a casa), seu trabalho (formal ou não), e o espaço doméstico ao qual muitas vezes estão constrangidas pelo medo da violência urbana. Essa restrição fica evidente na fala de Dandara, que conta que só sai à noite se o seu irmão, ou algum outro amigo homem, for buscá-la na porta do apartamento e, posteriormente, a leva-la de volta. No resto do tempo, enquanto não está trabalhando de diarista, Dandara fica em casa acompanhando os filhos ou esperando-os chegar da escola.

A crença de que as mulheres são responsáveis pelo comportamento da prole somada às condições de vulnerabilidade em que se encontram pode resultar em um confinamento dessas mulheres ao espaço doméstico, onde elas acreditam que podem manter o controle de suas vidas e de suas famílias. Tanto as mulheres entrevistadas, como outras com as quais foram estabelecidas conversas informais, relatam vivenciar o conflito de sentirem-se responsáveis por prover financeiramente suas famílias, e ao mesmo tempo, serem as únicas responsáveis pelo bem-estar de seus filhos.

Para a realização das suas tarefas cotidianas, as moradoras do conjunto habitacional Santo Antônio contam com a proximidade de serviços como escola, creche, posto de saúde e restaurante comunitário. Chama a atenção a ausência de praças, espaços de lazer ou cultura nos arredores (figura 9).

Figura 12 - praça mais próxima do residencial



Fonte: Google Earth (edição da autora)

Segundo as entrevistadas, grande parte das crianças estuda na escola Escola Municipal de Educação Fundamental – EMEF Dr. Guilherme Hildebrand, que fica em frente ao conjunto habitacional. Algumas destas crianças têm ainda acesso a atividades no turno inverso ao que estão matriculados, onde recebem o almoço. Quanto às chamadas creches, ou escolas de educação infantil, existe uma em frente ao conjunto, porém, não existem vagas para todas as crianças. Informações obtidas junto ao poder público⁵⁶ referem-se a planos de ampliação para o serviço, porém, sem data definida. Nísia, a funcionária da prefeitura que convive com as moradoras e conhece profundamente suas realidades, conta sobre a presença da creche e a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho:

[Uma moradora relata] que ela não tem acesso à creche, porque a creche tá superlotada. Eles falam na questão disso daí, que a Prefeitura deu desamparo na questão de creche, que não tão conseguindo trabalhar, da creche que tá superlotada. Espaço tem, só não tem espaço pra mais criança, né, o pátio, essas coisas. E muitos ali, não tem acesso à creche. (NÍSIA, 2017).

Ainda assim, o acesso à escola e à creche foi percebido como fator importante para a liberação das mulheres para o trabalho. De acordo com os resultados dos questionários aplicados no Residencial, embora a percepção geral dos moradores sobre serviços como a creche e a escola

ter sido de melhora (cerca de 45% dos entrevistados), 25% dos entrevistados relatou piora quanto ao acesso às vagas de trabalho, enquanto 44% não percebeu diferença. Segundo Nísia, muitas mulheres buscam a ajuda de suas vizinhas para que tomem conta de seus filhos no período em que estão trabalhando, em troca de uma remuneração financeira:

Algumas fazem isso. Não, porque até de duas que eu conheço ali elas cuidam de crianças das mulheres que trabalham na noite. Uma trabalha na safra e outra naquela vida da noite mesmo, né. E ela já tem o pequenininho e ela não... Ela já ganha uns cem pila pra cuidar dessas criança, por mês, não é por noite. E ela cuida dessas crianças, eu não cuidaria! Tu imagina cuidar de uma criança a noite toda, por cem pila!?! (NÍSIA, 2017).

Mesmo quando o cuidado com os filhos é delegado, normalmente são outras mulheres que assumem essa responsabilidade, seja por parentesco, como avós e tias, seja por relações de amizade e vizinhança, seja em troca de remuneração financeira.

É comum que estas mulheres tenham a iniciativa de buscar renda em atividades informais que possam ser realizadas no próprio local de moradia ou em que possam controlar seus horários, fazendo com que coincidam com os momentos em que os filhos estão na creche ou escola, como também conta Nísia (2017):

E tu vê ali uma geração de gurias novas capazes em saber assentar azulejo, sem ter curso, sem ter estudo. Tu fica apavorada de ver os apartamento que tu entra ali, que é os filhos adolescentes (que fazem), que eu acho que a mãe já ensina, pra não ter que ir pra rua, sabe? E umas gurias que sabem fazer um pé, uma mão e um cabelo! Tu fica apavorada, mas não têm aquele empurrão, de abrir quem sabe um cantinho ali mesmo ou de alguém vir ensinar algo a mais, modernizar mais, mas tu vê bastante gente com esse tipo de evolução, sabe guria, e sem ter... Veio da rua, parece que já nasceram com aquilo sabe, tem uma menina ali que ele faz um pé e uma mão... tu já fez cursinho? “Não Nísia! Eu aprendi vendo essas coisas na Internet”. E ali ela vai fazendo os troquinho dela, eu fico apavorada, sabe! Que não vai muito longe a dona Hanna com os crochês dela, né? Aquilo ali é coisa de Deus! Eu não sei costurar nem uma meia, e olha o que aquela mulher faz com aquilo!

Existe uma grande preocupação com os filhos, com sua educação e especialmente com a sua segurança. A busca por uma qualidade melhor no ensino leva inclusive algumas mães a matricularem seus filhos em escolas distantes do conjunto habitacional onde vivem, como no caso de Dandara e Leolinda, que tem seus filhos mais velhos matriculados em escolas mais próximas do centro da cidade, que acreditam ser melhores do que as ali existentes. Segundo elas, o acesso à educação é visto como uma maneira de manter as crianças longe da criminalidade e ainda como facilitador para que as mães possam trabalhar. Ainda assim, muitas mães afirmam

⁵⁶ Informações obtidas nas entrevistas realizadas com os implementadores das políticas públicas e com

que não podem deixar seus filhos circularem livremente nos arredores do conjunto e especialmente nos seus espaços comuns devido à violência que acreditam que estariam expostos, sentindo-se impelidas a levá-los e buscá-los da escola. Sobre esta preocupação, Nísia afirma:

As queixas de pai querendo ver o filho ir estudar, mas ele se desvia porque o residencial (Santo Antônio) não oferece muita coisa. Tu vê a pracinha que as crianças têm pra brincar? Elas tem que dividir com o cachorro, né? E aí, como é que eles vão brincar? E aí, os que tão aí, que vão pra Igreja, têm que depender de ônibus, e depende da hora que eles têm que ir, tão levando tiro, porque quarta-feira deu tiroteio na frente do Residencial. Questão de droga, essas coisa toda. Tu vê muito isso, sabe? (NÍSIA, 2017)

Não e outra, às vezes até pra evitar de (as crianças) verem as vendas (de drogas) e as gurias (prostitutas) ali, aquele entra e sai com os próprios cliente, ou até de quando vê tá no meio de uma bala perdida, né. Que uma vez deu um assalto ali daquele posto que o cara fugiu e deu tiroteio dentro do Residencial, que deu no ano passado, lembra? (...) tava dando tiro dentro do Residencial. E se tem o pessoal tomando chimarrão e as crianças brincando naquela hora... Aquela pracinha é só pros cachorros, só pros cachorros. (NÍSIA, 2017)

Desta forma, os horários da escola são condicionantes para que essas mães possam assumir suas jornadas de trabalho, muitas vezes impossibilitando o acesso ao trabalho formal com jornadas de trabalho convencionais, de 40 horas semanais, no centro da cidade.

Segundo relato de Tereza⁵⁷, o tempo de deslocamento do residencial até o centro da cidade de ônibus é de aproximadamente 30 minutos, e eles passam, em média, de 15 em 15 minutos. Assim, uma mulher que deixa seu filho na porta da escola/creche por volta de 13h00 não consegue acessar seu trabalho às 13h30, o que segundo elas, não é levado em consideração pelos empregadores. Essas mulheres buscam, então, maneiras alternativas de sustentar seus filhos, já que na maior parte das vezes relataram não receber ajuda de companheiros ou dos pais das crianças, como na fala de Dandara, que afirma não receber ajuda do pai de seus filhos, nem mesmo financeira, desde que foi morar no local.

Além do Bolsa Família, as atividades informais como cuidar de crianças, cozinhar alimentos para vender, fazer crochê, faxinar casas e fazer manicure foram relatadas por mulheres em diferentes situações:

Sempre gostei de cozinhar... Quando eu vim morar aqui, eu tava... quando tu fica assim ó, entre o judicial e o INSS pra receber. E eu não tinha renda, nenhuma! Aí eu pensei, o que que eu vou fazer da vida, tenho que sustentar os meus filhos... peguei, e fiz broas de polvilho pra vender. Mas não vendia aqui no condomínio, eu vendia fora do condomínio... eu... eu praticamente, te digo assim ó, eu ganhei muito dinheiro vendendo

representantes da administração vigente no período de realização desta pesquisa.

⁵⁷ Moradora ouvida informalmente durante uma roda de chimarrão no período da vivência empírica.

as broas de polvilho... muito dinheiro... como eu levava os meus pequenos na creche, quando eu ia de manhã eu já levava as sacolas de broa de polvilho, eu deixava na creche, deixava com a minha amiga que levava pro Gërke vender, eu tinha assim ó, sempre dinheiro, sempre, sempre dinheiro... e eu tinha formação em manicure, só que aqui eu não podia exercer a profissão... porque aqui, todo mundo fazia unha, aí tu inventava de fazer uma unha, um denunciava o outro, aí acabei pensando... eu digo... quando eu vim pra cá eu botei mais de 40 esmaltes fora... aí não quis mais, perdi a graça... aí acabei não fazendo mais... E se tiver que vender hoje, eu vendo de novo... (DANDARA, 2017).

Foram encontradas ainda mulheres safristas, que trabalham na indústria fumageira na época da colheita de fumo, de forma sazonal. As mulheres que estão empregadas formalmente, trabalham em fábricas e empresas que ficam na área industrial, há poucos quilômetros dali, e muitas delas acabam cumprindo horários de trabalho alternativos, como na madrugada ou a noite. Isso contribui para que possam também dar conta das tarefas da casa e do cuidado com os filhos, como foi descrito por Leolinda, que saía para trabalhar às três horas da madrugada. Muitas mulheres relataram doenças referentes ao seu trabalho nas indústrias, como Leolinda e Dandara que sofrem de artrite reumatoide, o que leva muitas delas a buscar aposentadoria por invalidez e complementação da renda por meio de atividades informais.

Outra atividade exercida por algumas mulheres residentes no local é a prostituição, especialmente entre as mais jovens. Nísia liga a prostituição ao tráfico e ao consumo de drogas, mas afirma que nem todas as prostitutas vivem esta situação. A gravidez na adolescência também é comum no local e é vista pelo poder público municipal como um problema que merece especial atenção dentro do conjunto habitacional, com campanhas sobre a saúde da mulher e métodos de contracepção.

Além das dificuldades já relatadas, a estigmatização das mulheres que residem no conjunto habitacional, segundo elas, também é fator de impedimento para a sua contratação no mercado de trabalho formal. O local é conhecido como “Carandiru”, por seus muros altos e pela suposta criminalidade que ali se encontraria. Até mesmo os antigos moradores do bairro demonstram preconceito contra os moradores do residencial:

Em matéria de emprego, ninguém dá emprego pra quem mora aqui, a não ser se te conhece. Porque geralmente quando tu fala no residencial Santo Antônio, ele é tão mal falado, que as pessoas não confiam mais. ... Aquela história do Carandiru, isso me irrita quando as pessoas falam que aqui é o Carandiru, esses dias fiquei indignada. Esses dias já disse pra faxineira que disse: ai, vou vir trabalhar no Carandiru... o Carandiru paga tuas contas, paga a tua comida, paga o teu vai-e-vem, o Carandiru é que tá te pagando. Na verdade, eu tô te pagando, tu fala do Carandiru mas eu tô te pagando. Se eu não pagar o condomínio tu não come. (irritada) É uma coisa puxando a outra... (DANDARA, 2017).

O estigma, segundo Dandara, impede muitas vezes a contratação dos moradores do conjunto em empregos no centro da cidade, levando a uma situação de vulnerabilidade social e pobreza ainda maior. Vale lembrar que, segundo o perfil socioeconômico, a renda média dos moradores gira em torno de menos de um até um pouco mais de dois salários mínimos e o emprego formal corresponde a uma pequena parcela dos respondentes.

Figura 13 – Muros do Conjunto Habitacional Santo Antônio



Fonte: arquivo pessoal de Tuize Rovere Hoff, 2017 (autoria da foto: Tuize Rovere Hoff).

Foi percebido durante a pesquisa de campo, que as próprias moradoras do local se veem de forma diferente entre elas. Nísia, assim com outras mulheres ouvidas, acredita que as moradoras dos blocos do fundo do residencial, encontram-se em situação de maior vulnerabilidade do que as moradoras dos primeiros blocos, ou blocos da frente ou “de cima”, como são chamados. Muitas vezes esta situação é atribuída à proximidade com o local conhecido como “Beco do Cleber”, que os moradores do residencial afirmam estar dominado por facções do tráfico de drogas. Durante as visitas no conjunto habitacional, várias vezes esta pesquisadora foi alertada quanto ao risco de

circular pelos blocos chamados “de baixo”, que estariam dominados pelo tráfico. Na fala de Leolinda, a opinião comum sobre os blocos de trás fica evidente quando afirma: “Na verdade o meu bloco é o melhor que tem... é limpinho, os vizinhos são legais... mas o bloco 12... nem se me desse de graça eu queria. É onde mora essas pessoas (que ela acredita estarem envolvidas com o tráfico)...”

Figura 14 - Imagem aérea do residencial indicando os blocos chamados “blocos de baixo”



Fonte: Google Earth (edição da autora)

Ao visitar estes blocos, foram encontradas diversas famílias, idosos e crianças, mostrando que nem todas as pessoas ali residentes estão envolvidas com a criminalidade e, mesmo entre essas, percebe-se que são pessoas comuns, que encaram a atividade ilegal apenas como seu sustento. Isso demonstra que mesmo entre os moradores do local existe um certo estigma com as pessoas que não trabalham fora, com as que vivem em situação de maior vulnerabilidade, ou ainda, com as pessoas que trabalham em atividades ligadas ao tráfico de drogas e à prostituição, como é percebido na fala de Leolinda:

(...) mas já me endureci muito, porque tu quer ajudar, mas as pessoas não se ajudam... eu não entendo como é que tem gente que vive com Bolsa Família, eu não tenho Bolsa Família... não entendo como eles pagam água, luz, condomínio, comida... de certo que comem arroz com feijão só... não entendo... tem bastante gente... eu não sei como é que eles vivem aqui... tem bastante pessoas que vivem só de safra, só de bico... elas ganham Bolsa Família e fora a safra eu não sei te dizer de quê que eles vivem... (LEOLINDA, 2017).

Eu, graças a Deus, nunca precisei [do restaurante comunitário]... e acho que o dia que eu precisar da comida comunitária vai ser o fim do mundo pra mim. Aí eu não vou me sentir mais capaz, que eu acho que se eu não puder dar o sustento pros meus filhos então, o que que eu tô fazendo na vida? Não tenho coragem... mas é bem complicado... (DANDARA, 2017).

Pra essas pessoas [supostamente envolvidas com o tráfico ou a criminalidade] só cadeia ou caixão... a solução era a Caixa entrar aqui e tomar uma providência, tem bloco com vários apartamentos invadidos, a solução era tirar essas pessoas que invadiram... (LEOLINDA, 2017).

Como já foi aqui exposto, uma grande parcela dos moradores aluga os apartamentos ou tomou posse dos mesmos por invasão. Na visão dos moradores ouvidos durante a observação direta, assim como das mulheres entrevistadas, as pessoas que invadiram os apartamentos estão normalmente ligadas ao tráfico de drogas. Existe uma intensa circulação de moradores nos apartamentos abandonados pelos proprietários titulares, o que pode ser a origem da falta de organização em comunidade⁵⁸. Assim, no relato dos moradores, aparece a dificuldade de formar laços e redes de ajuda mútua entre vizinhos. Muitas mulheres relatam contar somente com o apoio da própria família:

Até hoje quem me ajuda é meu pai e minha mãe... no que eu precisar... só ligo pro meu pai, meu pai pega na creche, minha mãe fica... se tá ruinzinho e não pode ficar na creche... quando eu tô ruim minha mãe vem pra cá... meu pai e minha mãe... minha irmã também, são o meu suporte... fora meu pai, minha mãe e meus irmãos... vizinhos, tem vizinhos bons, mas não tem intimidade pra pedir... não costumo pedir ajuda. Mas se alguém pedir ajuda... a gente tá aí... (LEOLINDA, 2017).

Porém, durante o período de convívio no local, foi constatada a presença de pequenas redes de ajuda, onde algumas mulheres cuidavam dos filhos umas das outras quando precisavam realizar pequenas saídas, como conta Dandara,

Tu deixa as crianças sozinhas, tu não tem como deixar, ou eu saio e aviso “Lota (vizinha do bloco em frente), vou sair mas eu volto logo”, então tem que tá sempre... um sempre tem que estar reparando... ou tu tem que tá escolhendo o dia, a Lota não vai sair hoje Lota? Aí a Lota diz: não, não vou sair... daí tu pode sair. Se não... é bem complicado... (...) daí qualquer coisa a minha guria chama ela... Se não, eu não tenho como sair (se a vizinha não olhar os filhos)... aí tu passa o tempo inteiro em torno só disso. (DANDARA, 2017).

Também foi observado mulheres que forneciam alimentos, roupas e até banho para os filhos de suas vizinhas em pior situação financeira. Uma tarde, visitou-se uma mulher que não

⁵⁸ Este assunto será retomado de forma mais aprofundada no item 4.2.2 desta pesquisa.

tinha móveis ou botijão de gás dentro de seu apartamento, vivendo em condições bastante precárias com seu filho de aproximadamente 3 anos de idade. Foi constatado então que sua vizinha de porta, uma senhora aposentada, dava comida e abrigo à criança. Foram ouvidas mulheres que obtêm o seu sustento cuidando dos filhos de suas vizinhas para que estas possam trabalhar, muitas vezes à noite. Nísia descreve esta atividade como sendo comum entre as moradoras do habitacional, especialmente entre as que precisam trabalhar neste horário. Essas redes, de forma geral, não são percebidas de forma consciente pelas mulheres que ali residem, mas estão presentes normalmente pela própria forma de socialização feminina.

Assim, a situação de segregação das mulheres residentes no conjunto habitacional Santo Antônio é bastante específica da dialética que envolve a mulher e o espaço urbano, e resulta em grande medida do papel social feminino de cuidadora e responsável pelo bem-estar de seus filhos ou dependentes

4.2.2 Violência, pobreza, abandono e vontade de ir embora: mulheres de força

Assim como as categorias *a priori*, elencar categorias emergentes da fala foi de grande importância para a compreensão da complexa realidade que foi investigada durante esta pesquisa. Estas categorias surgiram a partir da menção constante a cada uma delas pelos moradores e pelas mulheres entrevistadas, além da observação da relevância destes fatores na vivência no local. É importante salientar também a maneira como as categorias emergentes se relacionaram com a revisão bibliográfica realizada para este trabalho, muitas vezes ampliando-a e levando a novas abordagens. As categorias surgidas a partir da investigação empírica foram as seguintes: 1) a percepção da violência; 2) a ausência do poder público; 3) vontade de ir embora/permanência no local. Neste tópico, serão abordadas cada uma dessas categorias, relacionando-as com a bibliografia estudada.

Uma das categorias que apareceu recorrentemente nas falas das mulheres ouvidas foi a violência. A percepção da violência pelos moradores esteve presente em todos os discursos, influenciando inclusive na análise das categorias elencadas *a priori* neste trabalho.

Para as mulheres, o medo da violência acaba tendo uma dimensão específica que afeta todos os aspectos da vida cotidiana, desde a criação dos filhos até o acesso à cidade, ao trabalho e ao lazer. A violência, na fala dessas mulheres, se apresenta como sendo a violência visível, que se

mostra nos acontecimentos diários, como a presença de armas, assaltos e tiroteios e a presença do tráfico de drogas. Mas a violência presente nem sempre se manifesta de forma visível ou física, assumindo também uma dimensão simbólica. Saffioti (1994) afirma que a violência imaterial pode ser uma modalidade de controle social e de repressão exercida através da imposição de formas socialmente aceitas como adequadas, especialmente no que se refere a socialização feminina. Para a autora, a repressão exercida ao nível das ideias no processo de domesticação das mulheres é de caráter violento, ainda que se diferencie da violência física.

A precariedade em que se encontram as mulheres do conjunto habitacional Santo Antônio, somada à lógica social patriarcal, colocam essas mulheres em uma situação em que, por mais que queiram participar ativamente do espaço público, elas precisam levar consigo todas as responsabilidades a seu encargo na esfera privada e, muitas vezes, são as únicas responsáveis. A defesa dos filhos e dependentes, o seu sustento, a cobrança social implícita da maternidade e do controle da natalidade, sobrecarregam essas mulheres, privando-as da vivência plena tanto da vida privada quanto da vida pública.

Margareth Rago (1985) afirma que os primeiros tratados urbanos higienistas do século XIX colocavam as mulheres como responsáveis diretas pela saúde e bem-estar da prole, tomando-as como donas-de-casa abnegadas. A autora afirma que para a mulher pobre, além do papel doméstico, sobravam as longas horas de trabalho em serviços precarizados como o de domésticas em casas luxuosas. Apesar das profundas mudanças sociais provocadas pela luta feminista desde o século XIX e especialmente durante o século XX, o papel feminino que se espera das mulheres pobres não é tão diferente daquele relatado pela autora. Sobre as mulheres observadas no conjunto habitacional Santo Antônio, recaem a cobrança da proteção e bem-estar dos filhos e dependentes e vai além, exigindo delas também a responsabilidade sobre o sustento financeiro, seja pelo trabalho, seja pela manutenção de programas sociais de distribuição de renda ou de provimento habitacional que são titulares.

Inseridas na sociedade patriarcal e com o papel social que são levadas a assumir naturalizado em suas vivências, suas falas muitas vezes são impregnadas de preconceitos contra aquelas que aparentemente se desviam da normatividade. São julgadas e muitas vezes estigmatizadas aquelas mulheres que não conseguem sustentar seus filhos, ou que não os acompanham presencialmente, aquelas que os deixaram aos cuidados de terceiros, as que se envolvem com vários parceiros, as que sustentam seus companheiros, aquelas que não tomam

conta da contracepção, as que escolhem ter muitos filhos, as que dependem de programas sociais, as que trabalham na prostituição, entre outros casos. De acordo com Dandara (2017):

As creches não deveriam aceitar... mãe que não tá trabalhando não podiam aceitar os filhos na creche. Aqui deveria ter um projeto de laqueadura... nas mulheres que tem mais de três quatro filhos, faz laqueadura. Mãe que não cuida dos filhos, não fica com os filhos, entrega pros outros cuidarem... corta o bolsa família. Mãe que não quer trabalhar, corta o bolsa... mulher que usa o bolsa pra sustentar os marido, corta o bolsa.

Estas falas demonstram a pressão social específica daquela realidade sobre as mulheres pobres, mesmo em um ambiente de pobreza e segregação. Esse estigma é mais uma forma de violência simbólica, corroborada pelo Estado na medida em que as políticas públicas sociais são condicionadas à responsabilidade feminina sobre o que se considera o bem-estar familiar:

Configuram-se, portanto, como políticas públicas que reforçam e atualizam, através de várias estratégias e de forma ampliada, a responsabilidade feminina pela reprodução biológica e social, pela educação dos filhos, pela erradicação da pobreza, das doenças e do analfabetismo, pela demanda e organização de creches, por saúde e por outras necessidades que garantam a sobrevivência da família, em contextos sociais cada vez mais precários. (MEYER, 2004, p. 18).

Quanto à presença de violência física, não basta para as mulheres observadas defenderem-se da violência que acreditam estar expostas ao saírem de suas casas, mas precisam também defender a prole, ou aqueles que delas dependem. Isso resulta em menor acessibilidade ao espaço urbano e maior dificuldade de deslocamento, ou até mesmo no confinamento ao espaço doméstico, onde se sentem dominantes e em segurança. O domínio que acreditam exercer no espaço doméstico é contrastante com a falta dele que relatam vivenciar no espaço público, como conta Leolinda:

Uma vez da minha janela eu vi um cara correndo e caiu uma arma de dentro da calça nos pés dele... fui tirar a roupa da corda e vi o cara correndo e de repente caiu a arma nos pés dele. Deu uma confusão ali fora... nem peguei a roupa, entrei pra dentro da minha casa. (LEOLINDA, 2017).

É que assim... aqui tu respeita os outros e os outros não te respeita... eu, aqui dentro da minha casa, quem manda é eu, e ali quem manda é nós... no caso do pátio, todo mundo tem que se respeitar, e não é isso que acontece... (LEOLINDA, 2017).

Para Hanna Arendt (1985), o domínio pode ser uma demonstração de poder, e a violência um veículo para o mesmo. Assim, a presença constante de pessoas armadas representa para essas mulheres o poder que o tráfico de drogas exerce sobre os espaços públicos, trazendo medo e insegurança, além da sensação de não pertencerem ao mesmo. As entrevistadas relatam também

ameaças, roubos e gritos, entre outras manifestações que elas acreditam estar ligadas à violência provocada pelo tráfico de drogas. Leolinda conta a respeito de um homem que ela acredita ser um dos líderes do tráfico no local:

eles vieram, meteram o pé na porta e botaram as coisas pra dentro... e pagam condomínio... e pior que pagam condomínio. Só que daí chega a noite e esse rapaz... ele grita, ele berra, ele dá tiro... ele vende drogas... ele já ameaçou meu marido duas vezes, de matar ele. A gente já abriu mão, tudo o que a gente vai fazer tem esse maldito desse rapaz que... sabe? (LEOLINDA, 2017).

A presença do tráfico, e do que muitas mulheres chamam de criminalidade, foi relatada em diferentes ocasiões durante as visitas, mas foi descrita de forma detalhada nas entrevistas, como fica evidente nas falas de Dandara e Deolinda,

Se não fosse o tráfico aqui dentro, era um lugar bem bom de se viver... bem bom, daria pra viver tranquilamente. Mas, com o tráfico aqui... o tráfico tá mandando mais, vai chegar uma época – tomara que não aconteça – vai chegar uma época que nós vamos ter que se decidir: ou viramos traficantes, ou vamos embora! Eu vou me embora! Eu vou me embora, ficam aí... podem ficar até com a minha casa, eu tô indo... (DANDARA, 2017).

Eu conheci a vida aqui dentro, eu não conhecia bandido, eu nunca tinha visto uma arma... eu fui conhecer ruindade aqui dentro. Já sabia que existia, mas de ver “tete-a-tete”, foi aqui dentro... (LEOLINDA, 2017).

As mulheres têm na violência um dos principais constrangimentos à sua vivência cotidiana, desde o comprometimento de sua mobilidade até a preocupação com os filhos, especialmente os adolescentes e jovens, que segundo elas, estão mais sujeitos ao aliciamento pelo tráfico de drogas e à prostituição:

Pretendo ficar mais cinco anos e aí vou pro interior. Não sei se não vou antes, se me aposentar vou antes... que aqui não dá pra criar os filhos por muito tempo. Eles vão crescendo e a... por enquanto que eu consigo manter eles dentro de casa... dá, mas depois, aí já não. (DANDARA, 2017).

Segundo a descrição de Nísia, o consumo e a venda de drogas nas áreas comuns do conjunto habitacional são frequentes, e ficam ainda mais evidentes durante a noite. Nísia afirma ainda que uma das consequências do tráfico é a prostituição, que também é exercida nas proximidades do local, inclusive com a utilização dos apartamentos como lugar para a realização dos programas. Ela conta que a maior parte das mulheres envolvidas na prostituição são jovens, e usuárias de drogas como o crack:

E aí, a situação que tu vê delas assim, que geralmente já tão no mundo da droga ou da prostituição, já não tem mais o primeiro filho, engravidaram lá com seus 15 ou 16 anos,

aí já tomaram aquele filho... daí elas vão pro mundo da droga e prostituição... aí engravidam, e tiram, e aí vem, por que assim ó... (...) E aí quando tão pra ganhar os filhos já tá ali o oficial de justiça, ou o oficial da promotoria pra tirar a criança. Agora é triste isso aí né! (NÍSIA, 2017).

Com isso, as mães acreditam que as crianças e as adolescentes estão constantemente expostas a esse tipo de vivência, e temem que a sua naturalização possa levá-las ao envolvimento com tais atividades. Assim, as crianças e os jovens, especialmente as meninas, e por consequência suas mães, são confinados no interior dos apartamentos, privados do convívio social, do acesso à cultura e ao lazer no seu cotidiano. Leolinda descreve suas preocupações com a influência do que ela chama de criminalidade sobre as crianças:

Tem muita criança aqui vendo isso, e vai pro mesmo caminho. As crianças ali fora já brincam de arma, brincam de ser bandidos. Eles vejam... eles não querem ser mocinhos, querem ser bandidos. Que futuro essas crianças tem? (LEOLINDA, 2017).

A preocupação se intensifica quando diz respeito às filhas mulheres, reforçando mais uma vez o papel social feminino dentro do espaço dominado por valores patriarcais:

As vezes o meu pequeno (4 anos) anda de bicicleta lá em baixo, eu coloco as cadeiras... só perto... eu digo pra ele, ó, é só aqui, não pode ir pra lá... Só que ela não sai pra rua. Ela só fica dentro de casa... (sobre a filha adolescente de 16 anos) (LEOLINDA, 2017).

O que eu tentei dizer pra minha mais velha ontem de noite, quando ela disse que queria ir sair, eu já disse pra ela: aqui não tem como. De repente tu vai, tu não volta, no caminho... bom, os táxi não querem vir trazer ninguém aqui, ou tu dorme fora, ou tu arruma alguém que vai te buscar e vai te trazer. Uma parceria, porque táxi não vem, e se vai, o taxista vem buscar e é assaltado, praticamente não tem como. E antigamente não, antigamente onde que nós morava nós ia, nós voltava, o táxi vinha, o táxi ia... era um outro padrão. Esse é bem complicado, de morar aqui. (DANDARA, 2017).

Quase que a totalidade de moradoras ouvidas informalmente manifestou grande preocupação com a violência que atribuem ao tráfico, assim como as entrevistadas. Dandara e Leolinda têm medo de sair à noite, e se submetem a sair de seus apartamentos somente com uma companhia masculina. Leolinda, que precisa sair para trabalhar de madrugada, afirma pedir para que o guarda da portaria vá buscá-la na porta de seu apartamento e a leve até o portão de saída do residencial. Desta forma, essas mulheres ficam restritas ao convívio familiar e profissional, confinadas em seus apartamentos, impedidas de ter acesso à cidade e constrangidas em seu direito fundamental de ir e vir, como pode ser visto no depoimento abaixo:

O bairro eu não sei porque eu não saio no bairro. Não frequento o bairro. Eu tenho um padrão que eu escolhi. Eu vou até a parada do ônibus e da parada do ônibus pra casa. Quando tenho que ir no postinho vou me cuidando daqui até o postinho e volto. Busco

as crianças e é assim nossa vida... Quando não vamos de ônibus que é fim de semana, alguém pega na frente e larga na frente. Não temos o hábito de andar... (DANDARA, 2017).

As poucas crianças que brincavam nos espaços comuns durante as visitas ao local estavam acompanhadas pela mãe, ou por outra mulher responsável, como uma tia, avó ou amiga. Poucos homens foram observados realizando este papel, e quando acontecia, normalmente estavam na presença de suas companheiras. Por outro lado, todas as mulheres entrevistadas estavam acompanhadas de seus filhos, sem a presença de um companheiro.

Esta menor liberdade de circulação pode ser um fator que traz dificuldades de socialização, restringindo seus territórios e dificultando também a organização entre si. Ao serem perguntadas sobre alguma forma de organização coletiva no residencial, as mulheres entrevistadas afirmaram que ela é inexistente e atribuíram a dificuldade de organização à individualidade, onde cada uma está preocupada com a própria família.

Ainda assim, durante a observação empírica no local, por diversas vezes havia mulheres reunidas nas áreas coletivas, nos horários em que as crianças estavam na creche ou na escola. Um hábito comum é sentar-se na rua em dias de sol para aguardar a roupa secar em pequenos varais de chão, uma vez que os apartamentos não possuem área de serviço e a maioria não conta com uma boa insolação. Elas ficam próximas de suas roupas com medo de que sejam roubadas. Neste momento, as mulheres tomam chimarrão e conversam entre si, em pequenos grupos. Várias vezes esta pesquisadora participou destas rodas de conversa, nas quais as mulheres contam sobre suas vidas de forma descontraída e, quase sempre, foram amigáveis à aproximação. Este parece ser um dos únicos momentos de lazer e reunião presentes no residencial, e também um dos poucos usos do espaço público. Nos dias chuvosos ou nublados, os espaços comuns eram desertos. Nestas reuniões informais elas comentam sobre os problemas enfrentados no seu local de moradia, mas não se sentem impelidas a se organizarem de forma conjunta para reivindicar a solução dos mesmos.

O único espaço coletivo que poderia ser utilizado como centro comunitário é um dos dois salões de festas construídos no residencial. Durante as conversas, assim como nas entrevistas, as moradoras relataram que esses espaços quase não são utilizados. Dandara conta que não existem mais mesas, cadeiras ou louças nestes salões, e que é preciso pagar uma taxa para seu uso, o que para a maior parte das pessoas é inviável. Segundo uma das agentes institucionais envolvidas na implementação do conjunto, os salões de festas foram considerados no projeto como sendo os

espaços comunitários obrigatórios, exigidos pela CEF como espaço coletivo para reunião e organização dos moradores. Porém, segundo os próprios moradores, estes salões hoje permanecem fechados.

A falta de organização em comunidade e a ausência do poder público no local também foram percebidos como fatores de segregação durante a pesquisa. Muitos moradores lembram do trabalho social exigido pela CEF e executado pela prefeitura em parceria com a Unisc nos primeiros meses depois da ocupação do residencial. Eles relatam a participação em reuniões para organização dos grupos responsáveis pela manutenção do condomínio, em que cada bloco contava com um subsíndico, além do síndico geral. E que, nesta época, os espaços comuns estavam bem cuidados, limpos e seguros. A percepção de que uma força externa seria necessária para auxiliar na organização e na solução dos problemas por eles percebidos é constante nas suas falas.

Diferente de programas habitacionais anteriores, o MCMV funciona a partir da iniciativa privada, abrindo espaço para que administradoras particulares assumam a gestão dos empreendimentos, como no caso estudado, em que o conjunto habitacional encontra-se sob a administração da Imobiliária Imobel. Segundo Santo Amore *et al* (2015), a ausência de um agente promotor público no programa dificulta a manutenção de um vínculo direto com os poderes públicos municipais e federais:

O desenho institucional adotado pelo programa PMCMV, no entanto, inviabiliza a possibilidade de o poder público atuar como promotor e gestor do empreendimento. A instituição financeira (Caixa Econômica Federal), por um lado, e as empresas, por outro lado, ganham centralidade em detrimento dos órgãos e instituições responsáveis pelas políticas urbanas e habitacionais. (SANTO AMORE *et al*, 2015, p. 55).

A ausência do Estado, ora representado na fala dos moradores pela prefeitura, hora pela CEF, é uma queixa comum. Eles relatam a sensação de abandono e a falta de perspectiva para a solução dos problemas sem a presença de uma força externa organizadora, que possa recuperar a ordem que eles consideram perdida. Isto ficou evidente nas falas das mulheres entrevistadas:

O que a gente acha, assim, que a gente fica muito abandonado pela Caixa, sabe? Então assim... essas pessoas (que invadiram apartamentos) não tão pagando. Pagam o condomínio porque não querem ficar sem água... então eles não pagam prestação, não pagam nada... todo mundo já foi lá na Caixa, já denunciou, já falou, o que podia ser feito... e eles não tomam atitude nenhuma. Eu acho que eles vão esperar os dez anos, não tem nada pago lá, eles vão pegar de volta e vender pra outro, só pode... (LEOLINDA, 2017).

A prefeitura não tem nada a ver com isso aqui... não é nada da prefeitura. A única coisa que a prefeitura fez foi aquele projeto pra... as inscrições e depois aquele acompanhamento todo... o sorteio assim... só isso. Mas aqui tudo é da Caixa... tanto é que no contrato diz que tu é arrendatário! Esses dez anos tu arrendas, paga pra morar... depois dos dez anos, se estiver pago, é teu. De 260 apartamentos não sei se ainda tem 100 titulares... (LEOLINDA, 2017).

Durante as visitas aos apartamentos para a aplicação dos questionários, foi observada uma grande quantidade de apartamentos vazios, trancados com cadeado, que os vizinhos alegam estar abandonados. Os dados empíricos demonstram que dos 260 apartamentos disponíveis, cerca de 179 estão ainda ocupados. E destes, aproximadamente 100 apartamentos são habitados pelos seus titulares. A partir desta realidade, as invasões são uma constante, gerando uma grande rotatividade entre os moradores. Os moradores consideram que a presença do tráfico possa ser resultado do abandono pelo Estado, pois, segundo eles, os traficantes ocupam os apartamentos vazios, invadindo-os e usando-os para moradia, armazenamento e venda de drogas e até de armamentos. Essa situação reforça a ideia de que a intervenção estatal poderia dar conta dos problemas com o tráfico e a violência.

Todos os moradores que responderam o questionário socioeconômico manifestaram vontade de ir embora. Diante da falta de perspectiva de uma melhora efetiva na sua qualidade de vida, as moradoras entrevistadas manifestam desejo de morar em outros lugares, embora pareçam reconhecer a importância de serem proprietárias do próprio imóvel. A preocupação em terminar de pagar e depois de obter os documentos de propriedade mudar-se para outro lugar esteve presente na fala das entrevistadas, assim como de outras mulheres ouvidas informalmente:

Se nós morasse em uma outra casa nós teríamos muito mais liberdade. Ou de repente em um outro condomínio. (DANDARA, 2017).

Vou me mudar e seguir pagando... são 100 reais do condomínio mais 37 reais de prestação... não avulta, então vou continuar pagando... Lá vai ser melhor em relação... mais tranquila... não vai mais ver aquilo que tu veja... vai poder sentar na frente e tomar um chimarrão... não vai mais ver tanta violência... violência, droga... não vou dizer que lá não tenha, mas aqui as pessoas das drogas querem mostrar que mandam, que tem domínio... lá tem a vó, dá pra deixar as crianças na vó... é mais perto da creche... (LEOLINDA, 2017).

Planos daqui pra frente? Temos! Ir embora! Esse é um dos planos que vivo... sonho de noite, perco o sono pensando em me mandar... mas eu preciso perder dois medos pra ir... Número um: tenho que perder o medo de dirigir carro porque pretendo comprar um carro, pra ir e voltar por causa que as crianças vão continuar no mesmo colégio, e o outro é de dormir de noite no interior, daí nós vamos pro interior. (DANDARA, 2017).

A vontade de ir embora confunde-se na fala destas mulheres com o desejo de maior liberdade de ir e vir, tranquilidade para acessar os espaços públicos e a cidade, o que lhes foi impedido depois da mudança para o conjunto habitacional Santo Antônio, a partir de sua situação como mulher segregada habitante de um empreendimento do MCMV. Ainda assim, quase a totalidade das entrevistadas, durante a aplicação do questionário, manifestaram o desejo de morar no residencial. Isso reflete o chamado “sonho da casa própria”, quando se acredita que a propriedade privada da moradia traz segurança e estabilidade. Na realidade, esta propriedade acaba não atendendo às reais necessidades dos moradores de melhores condições de vida e melhor acesso à cidade. Além disso, a titularidade traz consigo o endividamento do mutuário com a instituição financeira e também através das despesas de manutenção da residência e do condomínio, junto da obrigatoriedade de permanência no local para o qual a família foi designada, sem a possibilidade de ser contemplada por outros programas habitacionais que talvez fossem mais eficazes na solução das mazelas sociais consequências da segregação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a proposta de abordar a segregação urbana sob uma perspectiva de gênero, tratando especificamente do gênero feminino e de suas implicações sociais, assim como seus reflexos na constituição espacial, este trabalho tinha como objetivo inicial descrever como se dá a segregação urbana feminina a partir da política pública habitacional do Minha Casa Minha Vida. Para isso se propunha a investigar as redes de sociabilidade femininas e sua possível influência no acesso aos bens e serviços públicos; como se dá este acesso e ainda qual é a percepção das mulheres segregadas sobre a sua própria situação. Neste contexto, a apreensão dos conceitos necessários mostrou-se um grande desafio à pesquisa, uma vez que a epistemologia feminista adotada aborda o tema proposto a partir da especificidade do gênero feminino, sendo necessário a reinterpretação de muitos deles pelo olhar da problemática das mulheres. Um dos principais conceitos adotados e que foi adaptado à realidade feminina foi o da segregação urbana, a partir das teorias de Flávio Villaça (2001) e Eduardo Marques (2006), que por tratarem da segregação urbana como um fenômeno que atinge de forma igual a homens e mulheres, precisaram ser reinterpretadas sob a ótica da epistemologia feminista, o que instigou a um maior entendimento sobre a abordagem feminista do espaço urbano.

Além disso, a epistemologia adotada permitiu que durante a trajetória científica de construção do aporte teórico se privilegiasse a emergência de categorias e elementos analíticos a partir do objeto estudado, e não apenas conformá-los às bases teóricas. Assim, durante o percurso foram necessários ajustes, no sentido de uma maior aproximação com a realidade encontrada. Foi necessário que se assumisse o caráter relacional da constituição do espaço urbano, admitindo a dialética de forças que o constituem, buscando a compreensão do espaço urbano não normativo formado a partir dos territórios.

O encontro desta pesquisadora com o objeto empírico também se mostrou de forma intensa e desafiadora, estando sujeito a situações para além do empenho investigativo. A insegurança e o medo da violência presentes no conjunto residencial Santo Antônio limitaram o número de depoentes dispostas a participar de maneira mais profunda e direta das entrevistas, várias informações prestadas de maneira informal não puderam ser checadas ou mesmo elencadas neste trabalho por falta de comprovação, ou mesmo pelo temor de represálias relatado pelos moradores. Mulheres supostamente envolvidas com o tráfico de drogas ou com a prostituição apresentaram grande receio em falar sobre suas vivências. Porém, a riqueza da vivência do campo, juntamente com a valiosa contribuição das mulheres dispostas a dividir suas histórias de vida complementam a percepção sobre a interpretação da teoria da segregação urbana agora sob o enfoque feminino e aponta para novos desafios no campo da arquitetura e do urbanismo, das políticas públicas e do planejamento urbano e regional, com ênfase na abordagem de gênero.

Analisando as categorias emergentes das falas e buscando atender ao objetivo inicial de descrever quais os efeitos específicos da segregação urbana para o gênero feminino, pode-se perceber que os constrangimentos a que as mulheres estão submetidas a partir da condição de segregadas estão ligados ao papel social imposto às mulheres e aos moldes normativos do planejamento urbano de resquícios funcionalistas.

Uma das primeiras constatações a partir da pesquisa foi a de que as mulheres residentes da periferia não têm a percepção da própria situação de segregação. Este fator pode ser relacionado com seus locais prévios de moradia, pois mesmo antes de serem contempladas com a titularidade do imóvel pelo programa MCMV, elas já eram residentes das periferias pobres da cidade. Assim, seu acesso aos bens e serviços públicos não sofreu grandes modificações, sendo muitas vezes considerado por elas como mais adequado após a transferência de residência pelo fato de que muitos destes bens e serviços encontram-se nas proximidades do residencial.

Um fator que pode ter influência nesta percepção é o de que Santa Cruz do Sul é uma cidade média, sendo assim, com uma dinâmica urbana muito diferente das metrópoles brasileiras em que são realizados os estudos sobre segregação urbana mais significativos. Apesar das teorias sobre segregação urbana apontarem para a dificuldade no acesso aos bens e serviços públicos como uma das suas principais consequências, a realidade aqui estudada apresentou-se de forma distinta. A relação de proximidade aos bens e serviços públicos é muito diferente das cidades maiores, bem como a distribuição das classes mais baixas. Nas cidades de grande porte, as periferias ficam normalmente distribuídas em várias regiões, algumas extremamente afastadas da área central. Em Santa Cruz do Sul, a classe trabalhadora se concentra majoritariamente na periferia sul, próxima à área industrial. Assim, o acesso aos bens e serviços públicos é semelhante, embora em quantidade insuficiente e com distribuição heterogênea no espaço.

Relatórios de avaliação dos empreendimentos do MCMV⁵⁹ apontam para uma realidade semelhante, na qual os conjuntos de residências do programa são construídos em periferias consolidadas, muitas vezes ligadas à malha urbana e servidas, ainda que de forma precária, pelos bens e serviços públicos básicos. Essa realidade se repete em solo santa-cruzensense, em que o empreendimento, apesar de afastado do centro da cidade, está em uma via perimetral asfaltada e tem acesso direto a ele.

Porém, mesmo sendo atendidas por escolas, creches, postos de saúde, etc., as moradoras do residencial Santo Antônio continuam sofrendo as consequências da segregação. Uma das mais marcantes é o constrangimento de sua mobilidade urbana a partir do seu local de moradia. Apesar de contarem com transporte público em frente ao residencial, as necessidades intrínsecas ao papel social feminino de cuidadora e de responsável pelos serviços domésticos não remunerados faz com que estas mulheres tenham seu deslocamento pelo espaço urbano comprometido. O medo da violência e a cobrança social da responsabilidade pela segurança e bem-estar de seus filhos e dependentes, corroborada pelas políticas públicas sociais que (re)colocam a mulher neste papel, faz com que elas precisem acompanhá-los em seus deslocamentos. O recebimento do Bolsa Família, fonte de renda de muitas das mulheres moradoras do residencial, é por exemplo, condicionado à manutenção das crianças na escola. O peso desta responsabilização faz com que muitas mulheres se sintam impedidas de acessar trabalhos formais melhor remunerados e com

⁵⁹ Como por exemplo o relatório elaborado pelo Observatório das Metrópoles, intitulado *Minha Casa... e a Cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*, de 2015.

mais estabilidade para acompanharem seus filhos nos deslocamentos pelos espaços públicos, ou levá-los e buscá-los na escola, por exemplo. A distância do centro da cidade, somada à insegurança e ao peso do papel social feminino, faz com que a segregação urbana atinja estas mulheres de uma forma muito específica do gênero feminino, causando distanciamento da vida social, desemprego e aumentando assim a situação de pobreza e vulnerabilidade em que já se encontram.

Porém, como forma de resistência, essas mulheres, embora não se apercebam disso, formam pequenas redes de ajuda cotidiana, especialmente nos cuidados com os filhos. São mulheres que pela própria forma de socialização feminina, voltada às relações de afeto e amizade, contam com as vizinhas para olharem seus filhos quando precisam dar pequenas saídas no dia-a-dia, ou até mesmo por turnos inteiros, para acessarem o mercado de trabalho. São elas que acolhem os filhos das moradoras mais vulneráveis, fornecendo alimento e cuidados, ou acolhem os filhos de suas filhas e noras, para que as mesmas possam trabalhar. Essas pequenas redes são resistência à subordinação impressa pelo espaço urbano patriarcal. Ao mesmo tempo em que são socialmente cobradas para que se incluam como força laboral no mercado de trabalho formal, são impelidas a assumirem sozinhas o cuidado com sua prole e a manutenção da salubridade de suas moradias. Dentro de suas casas, as mulheres são a autoridade máxima sobre os filhos e dependentes, empenhando-se em mantê-los na escola e longe de influências que considerem negativas. Paradoxalmente, sua maior força de reação muitas vezes consiste na manutenção do papel social a elas imposto, afastam-se do trabalho formal remunerado, contrariando as expectativas sociais, mas investem naquilo que elas enxergam como sua principal tarefa: o cuidado com os filhos.

No que se refere à política pública habitacional em si, conforme apresentado na literatura, o grande poder de decisão da indústria da construção civil e a pouca participação do poder público municipal santa-cruzensense, ocasionaram a construção de mais um empreendimento habitacional voltado para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social, construído na periferia pobre da cidade, perpetuando a segregação urbana. Da mesma forma, no intuito de aproveitar ao máximo o terreno, visando maximizar o lucro com a construção do maior número de unidades habitacionais possível, foi adotada uma tipologia completamente inadequada. A construção de blocos de apartamentos, além de não permitir adaptações por parte dos moradores, melhor adequando-os às suas necessidades, foi implantada no lote de maneira a deixar o mínimo de

espaços vazios possível, comprometendo a iluminação natural, a insolação e a ventilação das residências. As áreas comuns dão prioridade para a circulação de veículos, e os espaços de lazer são bastante precários. Porém, as principais consequências da escolha desta tipologia são a violência e o abandono. A configuração de condomínio fechado, entre muros, faz com que os espaços de uso comum precisem ser administrados por uma administradora privada. Isso gera um custo inviável para a maior parte das famílias que sobrevivem com uma renda de até dois salários mínimos, provenientes de trabalhos informais, empregos de baixa remuneração ou de programas de transferência de renda. Lembrando que a modalidade do programa MCMV em que o empreendimento se encaixa é a I, atendendo famílias com renda de até três salários mínimos.

Os altos custos de manutenção das áreas comuns administradas como condomínios privados levam a uma alta taxa de endividamento e consequente abandono da moradia, deixando os mutuários da CEF e titulares do programa comprometidos com débitos de altos valores junto à instituição financeira, e impossibilitados de serem contemplados em outros programas habitacionais. O grande índice de abandono das unidades habitacionais funciona, por sua vez, como uma porta de entrada para o tráfico de drogas e a violência. Conforme relatos dos moradores, vários dos apartamentos vazios estariam sendo utilizados por facções criminosas ligadas ao tráfico para o armazenamento e venda de entorpecentes e armamentos. A presença do tráfico exerce uma força de controle sobre os moradores, especialmente as mulheres, amedrontando-as e impedindo sua livre circulação pelos espaços comuns. O medo leva essas mulheres a viverem confinadas com seus filhos em seus apartamentos e a se sujeitarem a só saírem à noite se acompanhadas de uma presença masculina. A tipologia de condomínio fechado com muros altos dificulta a presença do estado como forma de controle da criminalidade. Conforme a literatura, essa tipologia proporciona a formação de enclaves guetificados inseguros e facilmente controlados pela criminalidade (CALDEIRA, 2000).

A grande circulação de pessoas estranhas nos apartamentos vazios também dificulta a formação de um senso de comunidade, necessário para a apropriação do espaço comum pelos moradores. O resultado é a falta de articulação para reivindicar melhorias ou para a autoadministração do condomínio. A ausência do sentimento de pertença traz consigo a falta de perspectiva de melhora nas condições de moradia e a vontade de ir embora. Todas as pessoas com quem foi estabelecido contato, formal ou informalmente, demonstraram vontade de ir embora do residencial. Algumas delas atribuíram a permanência no local pela falta de outro lugar

para morar, enquanto outras expressaram a intenção de deixar o local assim que terminarem de pagar as prestações restantes.

A maneira como a política pública habitacional é formulada proporciona que na sua implementação no território o poder público municipal se isente de intervir sobre a realidade daquelas pessoas, encarando o problema como privado dos moradores e não como um problema público e com consequências para toda a cidade, como é a segregação urbana. Os próprios moradores não têm certeza a quem recorrer na busca por soluções, ora atribuindo a responsabilidade à CEF (órgão financiador), ora à construtora, e em menor escala, ao poder público municipal. Os próprios implementadores quando questionados sobre a situação atual do residencial alegam falta de informações e se isentam da responsabilidade.

A vontade de ir embora manifestada pelas mulheres do conjunto e a precariedade e que vivem reafirmam a hipótese de que a titularidade feminina nas políticas públicas habitacionais, que num primeiro olhar poderia representar uma autonomia e uma conquista feminina se mostra como mais um instrumento de subordinação da mulher ao espaço doméstico e ao papel social a ela atribuído em uma sociedade machista e capitalista.

Enfim, este trabalho apresenta à apreciação uma metodologia relacional, que não tem a pretensão de encerrar a questão sobre a segregação urbana feminina mas, pelo contrário, contribuir para o enriquecimento do debate na academia sobre a vivência das mulheres da periferia a partir de um estudo de caso específico. As histórias de vida se mostraram ricas como instrumentos de pesquisa frente ao procedimento metodológico adotado. Ressalta-se que o maior desafio imposto a esta pesquisadora foi o de não militar pelas mulheres investigadas, com risco de não dar conta dos trâmites burocráticos imputados academicamente.

Se por um lado a base teórica dá subsídios para a discussão aqui proposta, por outro lado se mostra insuficiente para dar conta do objeto empírico eleito como alvo desta investigação. Neste sentido propõe-se uma ampliação do conceito de segregação urbana, a partir do viés feminista, incorporando as questões de gênero ao processo investigativo.

Aponta-se como possibilidades investigativas a partir deste trabalho outros olhares, outros procedimentos metodológicos ou mesmo um comparativo entre situações de mulheres assentadas em outras regiões, outras cidades, outros bairros. Também se mostra instigante olhar para os dados que emergiram do encontro com o objeto empírico – haveria a possibilidade de uma transformação mais efetiva na condição de vida destas mulheres a partir de uma articulação

política direta envolvendo uma pesquisa ação? Situações estas que talvez se tornem o próximo passo na trajetória profissional desta pesquisadora, arquiteta e urbanista, mãe, mulher e ativista.

Por fim, mais do que vitimizar as mulheres, este trabalho resgata fragmentos de histórias de vida de mulheres fortes, mulheres “onças”, que resistem e reconfiguram suas vivências apesar e para além dos constrangimentos a elas impostos. São mulheres que seguem firmes, muitas vezes vivendo à margem da sociedade, forçando e tensionando as relações em busca de cidadania, dignidade e respeito. A elas, meu muito obrigada!

REFERÊNCIAS

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz (orgs.). *Minha Casa... E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados Brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ARENDDT, Hanna. *Da violência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. Digitalizado em 2004. Disponível em <http://www.libertarianismo.org/joomla/livros/harendtdv.pdf>. Consultado em 1/11/2016.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

BICHIR, Renata M.; MARQUES, Eduardo C. e TORRES, Haroldo G. *Políticas públicas, pobreza urbana e segregação residencial*. In: José Marcos P. da Cunha. (Org.). *Novas Metrópoles Paulistas – População, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Unicamp, 2006. p. 231-252. Disponível em http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnerab_cap_8_pgs_231_252.pdf. Consultado em 10 de maio de 2016.

BRASIL, *ESTATUTO DA CIDADE*. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001 Lei no 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Brasília, 2004. Disponível em <http://www.geomatica.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Estatuto-da-Cidade.pdf>. Consultado em 18/06/2017.

BORGES, Angela Maria; CARVALHO, Inaiá Maria. *SEGREGAÇÃO URBANA E EMPREGO: observações preliminares sobre Salvador*. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012. Disponível em http://www.observatoriodasmetroles.net/download/01/artigo_inaiacarvalho.pdf. 14/05/2017.

BOTELHO, Adriano. *A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação de capital no Município de São Paulo*. In: Cadernos Metrópole. N°18, 2° semestre de 2007. P. 15-38. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/download/8727/6474>. Consultado em 23 de agosto de 2016.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CARDOSO, Adauto; MELO, Irene de Queiroz e JAENISCH, Samuel Thomas. *A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições*. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz (orgs.). *Minha Casa... E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados Brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CARLOS, Ana Fani A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. *A cidade: o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano?* São Paulo: Contexto, 2001.

CORREA, Roberto L. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DORNELLES, Mizael. *Dinâmicas territoriais na região de Santa Cruz do Sul - RS*. In: VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Globalização em tempos de Regionalização – Repercussões no Território, Santa Cruz do Sul, Brasil, setembro de 2015. Disponível em <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/13367/2533>. Consultado em 10/12/2017.

DRAIBE, Sônia M. *Brasil 1980-2000: proteção e insegurança sociais em tempos difíceis*. Taller inter-regional. PNUD/UN, Santiago, Chile, 2002. Disponível em http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fProtecao_e_Inseguranca_social_em_tempos_dificei_s.pdf. Consultado em 20/09/2016.

_____. *O welfare state no Brasil: características e perspectivas*. Unicamp, NEPP – Núcleo de Estudos em Políticas Públicas, Caderno de Pesquisa N°8, 1993. Disponível em <https://sociologiajuridica.files.wordpress.com/2011/10/o-welfare-state-no-brasil-caracterc3adsticas-e-perspectivas-sonia-draibe.pdf>. Consultado em 20/09/2016.

DUARTE, Rosália. *Entrevistas em pesquisas qualitativas*. In: Educar em Revista, Curitiba, N°24, pp. 213-225, 2004. Editora UFPR. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-602004000200011&script=sci_abstract&tlng=pt. Consultado em 12/12/2017.

FONTES, Breno Augusto; EICHNER, Klaus. *A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda*. REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales. Vol. 7, N° 2, outubro/novembro, 2004. Disponível em http://revista-redes.rediris.es/html-vol7/vol7_2.htm. Consultado em 20/09/2016.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

HAYDEN, Dolores. *The Grand Domestic Revolution: A History of Feminist Design for American Homes, Neighborhoods, and Cities*. Cambridge: The MIT Press, 1982.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431680&idtema=132&search=rio-grande-do-sul|santa-cruz-do-sul|sistema-nacional-de-informacao-de-genero-uma-analise-dos-resultados-do-censo-demografico-2010> Consultado em 14/06/2016.

Ipea – Instituto de pesquisa econômica aplicada. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Ipea com a participação de Organização das Nações Unidas – ONU mulheres; Secretaria de políticas para as mulheres e Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial. Brasília, 2011. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Consultado em 16/08/2016.

IPEA – *Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero*. Comunicados do IPEA, N°149. 23 de maio de 2012. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120523_comunicadoipea0149.pdf. Consultado em 16/03/2017.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LIMA, Denise Furtado. *A política de titularidade residencial feminina no contexto da política pública habitacional*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Ceará – UECE: Centro de Estudos Sociais Aplicados. Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. Fortaleza, 2012. Disponível em http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/denise_furtado.pdf. Consultado em 15/05/2017.

LIRA, Pablo Silva. *Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017) Disponível em http://observatoriodasmetrolopes.net/images/abook_file/geografiadocrime_lyra2017.pdf. Acessado em 16/11/2017.

MADARIAGA, Inés Sánchez. *Infraestructuras para la vida cotidiana y calidad de vida*. In: Ciudades: Revista del Instituto Universitario de Urbanística de la Universidad de Valladolid, N°8: Reciclar la ciudad, 2004. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1253144>. Consultado em 10/11/2015.

MARICATO, Ermínia. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil*. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2009.

_____. *Metrópole, legislação e desigualdade*. In: Estudos Avançados, V. 17, N° 48, 2003, USP, São Paulo. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928>. Consultado em 04/10/2016.

_____. *Urbanismo Na Periferia Do Mundo Globalizado: Metr6poles Brasileiras*. In: São Paulo em perspectiva. V.14, N°4. São Paulo, outubro/dezembro, 2000.

MARQUES, Eduardo; BICHIR, Renata; GOMES, Sandra; PAVEZ, Thais. *Os desafios da metr6pole: desigualdades sociais, Estado e segregação na metr6pole*. In: LAVALLE, Adrian G. (org.). O horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MARQUES, Eduardo; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata M. *Redes pessoais e vulnerabilidade social em São Paulo e Salvador*. São Paulo, Revista USP, N°92, p. 32-45, dezembro/fevereiro 2011-2012. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34881/37617>. Consultado em 18/08/2016.

MARQUES, Eduardo; BICHIR, Renata; CASTELLO, Graziela; MOYA, Maria Encarnación. *Redes sociais, pobreza e espaço em duas metr6poles brasileiras*. In: BAENINGER, Rosana (Org.). População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas/SP: NEPO – Núcleo de Estudos em População, 2010. Disponível em http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/pop_e_cidades/pop_e_cidades.pdf. Consultado em 14/06/2016.

MARQUES, Eduardo. *As redes sociais importam para a pobreza?* Revista Dados, V. 52, N° 2, Rio de Janeiro, junho de 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000200006. Consultado em 28/09/2016.

_____. *Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado*. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac SP, 2005.

_____. *Os mecanismos relacionais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 22, N° 64, São Paulo, junho de 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000200013. Consultado em 29/09/2016.

_____. *Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo*. Tese de livre docência. São Paulo, USP, 2007. Disponível em http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/tes_2007_Redес_sociais.pdf. Consultado em 29/09/2016.

_____. *Redes sociais, sociabilidade e segregação*. Disponível em http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/483-RB_3_Edu_Marques_set_port.pdf Consultado em 13/06/2016.

MARTINEZ, Zaida Muxí. *Ciudad próxima: urbanismo sin género*. Revista del Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos. IT, N°75, Espanha, 2006. Disponível em <http://www.ciccp.es/revistaIT/portada/index.asp?id=330>. Consultado em 20/09/2016.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política de espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. *Space, place and gender*. Minneapolis: University of Minesotta Press, 1994. Disponível em https://selforganizedseminar.files.wordpress.com/2011/07/massey_space_place_gender.pdf. Consultado em 30/09/2016.

MCDOWELL, Linda. *Género, identidad y lugar: un estudio de las geografías feministas*. Madrid, Espanha: Ediciones Cátedra, 1999.

MELLO, Hildete Pereira. *Gênero e pobreza no Brasil*. CEPAL: Brasília, 2004. Disponível em https://www.cepal.org/mujer/reuniones/quito/Hildete_Pereira.pdf. Consultado em 14/11/2017.

MEYER, Dagmar E. *Teorias e Políticas de Gênero: fragmentos históricos e desafios atuais*. In: 65° Semana Brasileira de Enfermagem – Revista Brasileira de Enfermagem, número 57, Brasília – DF, janeiro-fevereiro de 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n1/a03v57n1.pdf>. Consultado em 28/10/2017.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. *Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MUXÌ, Zaida Martines. *Reflexiones a las mujeres y el derecho a la vivienda desde una realidad con espejismos*. In: El derecho humano a la vivienda. Perspectiva nacional e internacional sobre la vivienda adecuada. Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia e Desarrollo, 2009. Disponível em <http://upcommons.upc.edu/handle/2117/6726>. Consultado em 19/06/2017.

_____. *Ciudad próxima. Urbanismo sin género*. In: Café de las ciudades, ano 5, número 49, novembro de 2006. Disponível em http://www.cafedelasciudades.com.ar/politica_49_1.htm. Consultado em 16/08/2016.

O progresso das mulheres no Brasil: 2003 – 2010. Organização das Nações Unidas - ONU Mulheres e Cepia. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf. Consultado em 10/11/2015.

Percepção da sociedade sobre a violência e assassinato de mulheres. Instituto Patrícia Galvão/Data Popular, 2017. Disponível em http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf. Consultado em 20/12/2017.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível em http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf. Consultado em 29/04/2016.

RAMOS, Diana. *Preta, pobre e puta: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga*. Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSE, Gillian. *FEMINISM AND GEOGRAPHY: The Limits of Geographical Knowledge*. Cambridge: Polity Press, 1993.

_____. *Mourning Becomes the Law: Philosophy and Representation*. Cambridge: Univesity Press, 1996.

SANTA CRUZ DO SUL. *Plano Diretor: lei complementar nº 6, de 26 de fevereiro de 1998 - institui o plano diretor de desenvolvimento social e urbano do município de Santa Cruz do Sul e dá outras providências*. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-santa-cruz-do-sul-rs>. Consultado em 14/09/2016.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses*. New York: Columbia University Press, 1989. Traduzido por DABAT, Christine e ÁVILA, Maria B. Disponível em <http://www.observem.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>. Consultado em 29/08/2016.

SECCHI, Bernardo. *Laciudad de los ricos y la ciudad de los pobres*. Madrid: Catarata, 2015.

_____. *Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SILVA, Joseli M. *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009.

_____. *Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano*. Florianópolis, Revista Geosul, V. 22, Nº 44, p. 117-134, julho/dezembro, 2007. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12612/11775>. Consultado em 29/08/2016.

_____. *Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica*. Revista de História Regional, V.8 (1), 2003. Disponível em <file:///C:/Users/Home/Downloads/2167-6097-1-PB.pdf>. Consultado em 26/08/2016.

SILVA, Suzana Veleda da. *Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações*. In: Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, N°262, 15 de noviembre de 2000. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-262.htm>. Consultado em 27/11/2017.

SILVEIRA, Rogério Leandro L. *Cidade, Corporação e Periferia Urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano*. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2003.

_____. *A produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul – RS: o lugar dos safristas na terra do fumo*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

TAVARES, Rossana Brandão. *Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades*. In: XVII Enanpur: Desenvolvimento, Crise E Resistência: Quais Os Caminhos Do Planejamento Urbano E Regional? São Paulo, 2017. Disponível em http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%2010/ST%2010.2/ST%2010.2-05.pdf. Consultado em 08/12/2017.

_____. *INDIFERENÇA À DIFERENÇA: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. 2015. Tese (doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFRJ, Rio de Janeiro: 2015.

_____. *Uma análise das desigualdades de gênero em favelas do Rio de Janeiro: perspectiva do reconhecimento para o urbanismo*. In: Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Mackenzie, 2012. Disponível em [file:///C:/Users/win7/Downloads/6091-25007-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/win7/Downloads/6091-25007-1-PB%20(2).pdf). Consultado em 18/09/2017.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo César; BICHIR, Renato Mirandola. *Políticas públicas, pobreza urbana e segregação residencial*. In: CUNHA, José Marcos Pinto da. *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas/SP: Nepo/Unicamp, 2006.

UNIFEM e Ipea. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. 1º edição, 2016. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/primeiraedicao.pdf>. Consultado em 16/08/2016.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

_____. *São Paulo: segregação urbana e desigualdade*. In: Revista Estudos Avançados, V.25, N°71, São Paulo: janeiro/abril de 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100004. Consultado em 28/10/2016.

_____. *A segregação urbana e a justiça*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, Ano 11, N° 44, p. 341-346, julho/setembro de 2003. Disponível em <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ibccrim.pdf>. Consultado em 20/09/2016.

_____. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: FAPESP, 2001.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

APÊNDICE A – Questionário

QUESTIONÁRIO COM MORADORES DOS RESIDENCIAIS VIVER BEM E SANTO ANTÔNIO - SANTA CRUZ DO SUL

Entrevistador: _____

Nº Bloco/ nº Apartamento: _____

1. Data da aplicação do formulário de pesquisa: ____ / ____ / ____

2. Residencial: () 1- Santo Antônio () 2- Viver Bem

3. A casa é de sua propriedade? () 1- Sim () 2- Não

4. Há quanto tempo a sua família reside no residencial _____?

() 1- Desde o início

() 2- Há menos de 6 meses

() 3- Mais de 6 meses a 1 ano

() 4- Mais de 1 a 2 anos

() 5- Mais de 2 a 3 anos

() 6- Mais de 3 a 4 anos

() 7- Mais de 4 a 5 anos

A. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS LOCAIS, FAMILIARES E DOMICILIARES DOS MORADORES 5.

5. **Composição familiar:** Informações sobre os moradores do domicílio. Na primeira linha, preencher com os dados referentes ao respondente pela unidade domiciliar, nas linhas seguintes o grau de parentesco em relação ao respondente.

Parentesco	Idade	Sexo	Escolaridade	Está matriculado na Escola atualmente?		Está frequentando a Escola?		*Se Não, porque?	Trabalha?		Em qual atividade e?	Possui carteira assinada (contrato formal)?		Contribui para a composição da renda familiar?		Se sim, com quanto contribui?
				Sim	Não	Sim	Não		Sim	Não		Sim	Não	Sim	Não	
Respondente																

Legenda:

Parentesco	Sexo	Escolaridade	*Porque (Não matriculado/Não frequente)	Atividade	Faixa de contribuição para a renda familiar
1 – Cônjuge 2 – Filho (a)/Enteados 3 – Pai 4 – Mãe 5 – Sogro (a) 6 – Irmãos (as) 7 – Avós 8 – Outros parentes (tios,	1 – Masculino 2 – Feminino	0 – Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo 1 – Ensino fundamental incompleto 2 – Ensino fundamental completo 3 – Ensino médio incompleto	1 – Opção pessoal 2 – Decisão dos pais 3 – Portador de necessidades especiais 4 – Emancipação/Decisão judicial 5 – Dificil acesso a escola 6 – Falta de condições financeiras Outra _____	1 – Safrista 2 – Indústria 3 – Construção civil 4 – Comércio 5 – Trabalhador(a) Doméstico(a) 6 – Autônomo(a) 7 – Professor (a) 8 – Desempregado (a) 9 - Outra fonte de renda (ex.:	1 - até ½ salário mínimo 2 - até 1 salário mínimo 3 - mais 1 a 2 salários 4 - mais 2 a 3 salários 5 - mais de 3 salários

cunhados, sobrinhos, genro/nora 9 – Outros não parentes (agregados, empregados)		4 – Ensino médio completo 5 – Superior incompleto 6 – Superior completo		aluguel). Qual? _____ _____	
---	--	---	--	-----------------------------------	--

6. Qual a faixa de renda da sua família?

- () 1- Até ½ salário mínimo () 4- Mais de 2 a 3 salários mínimos
 () 2- Até 1 salário mínimo () 5- Mais de 3 a 4 salários mínimos
 () 3- Mais de 1 a 2 salários mínimos () 6- Mais de 4 a 5 salários mínimos

7. Algum(a) morador(a) do domicílio é portador(a) de deficiência? () 1- Sim () 2- Não

8. Algum(a) morador(a) do domicílio recebe algum tipo de benefício? () 1- Sim () 2- Não (caso NÃO, ir para a questão 11)

9. Em caso afirmativo, quais benefícios? (Múltiplas respostas)

- () 1- Bolsa Família () 4- Aposentado/Pensionista
 () 2- BPC () 5- Outros. Qual? _____
 () 3- Auxílio Saúde () 9- Não se aplica

10. Quem é(são) o(s) titular(es) de cada benefício?

Tipo de benefício	Grau de parentesco do titular do benefício (em relação ao respondente)

B. INFORMAÇÕES SOBRE O LOCAL E CONDIÇÕES DE MORADIA NO PERÍODO ANTERIOR AO DESLOCAMENTO E NO MOMENTO ATUAL

11. Em quais locais a sua família morou nos últimos 10 anos?

12. Qual foi o último lugar em que a sua família morou antes de vir para este residencial? (Bairro, Linha, cidade)

13. Há quanto tempo a sua família morava nesse local (último)?

- () 1- Menos de 1 ano () 3- Mais de 5 a 10 anos
 () 2- Mais de 1 a 5 anos () 4- Mais de 10 anos

14. No seu último local de moradia, quais serviços e bens públicos eram oferecidos? Quais eram utilizados por você e sua família? E hoje quais serviços e bens públicos são oferecidos. E quais são utilizados?(múltipla escolha)

ANTES

- () 1- Escola
 () 2- Creche
 () 3- Posto de Saúde ou ESF
 () 4- Transporte público

- () 13-Utilizava (m)?
 () 14-Utilizava (m)?
 () 15-Utilizava (m)?
 () 16-Utilizava (m)?

ATUALMENTE

- () 25- Escola () 37-Utiliza (m)?
 () 26- Creche () 38-Utiliza (m)?
 () 27- Posto de Saúde ou ESF () 39-Utiliza (m)?
 (X) 28- Transporte público () 40-Utiliza (m)?

- | | | | |
|--|--|--|---|
| <input type="checkbox"/> 5- Iluminação pública | <input type="checkbox"/> 17-Utilizava (m)? | <input checked="" type="checkbox"/> 29- Iluminação pública | <input checked="" type="checkbox"/> 41-Utiliza (m)? |
| <input type="checkbox"/> 6- Luz elétrica | <input type="checkbox"/> 18-Utilizava (m)? | <input checked="" type="checkbox"/> 30- Luz elétrica | <input checked="" type="checkbox"/> 42-Utiliza (m)? |
| <input type="checkbox"/> 7- Água encanada | <input type="checkbox"/> 19-Utilizava (m)? | <input checked="" type="checkbox"/> 31- Água encanada | <input checked="" type="checkbox"/> 43-Utiliza (m)? |
| <input type="checkbox"/> 8- Recolhimento de lixo | <input type="checkbox"/> 20-Utilizava (m)? | <input checked="" type="checkbox"/> 32- Recolhimento de lixo | <input checked="" type="checkbox"/> 44-Utiliza (m)? |
| <input type="checkbox"/> 9- Praças, canchas de esporte | <input type="checkbox"/> 21-Utilizava (m)? | <input type="checkbox"/> 33- Praças, canchas de esporte | <input type="checkbox"/> 45-Utiliza (m)? |
| <input type="checkbox"/> 10- Policiamento | <input type="checkbox"/> 22-Utilizava (m)? | <input type="checkbox"/> 34- Policiamento | <input type="checkbox"/> 46-Utiliza (m)? |
| <input type="checkbox"/> 11- Agentes comunitários de saúde | <input type="checkbox"/> 23-Utilizava (m)? | <input type="checkbox"/> 35- Agentes comunitários de saúde | <input type="checkbox"/> 47-Utiliza (m)? |
| <input type="checkbox"/> 12- Assistência social (CRAS) | <input type="checkbox"/> 24-Utilizava (m)? | <input type="checkbox"/> 36- Assistência social (CRAS) | <input type="checkbox"/> 48-Utiliza (m)? |

15. Para utilizar esses serviços, vocês contavam/contam com auxílio de outras pessoas ou entidades/organizações? (caso NÃO, ir para a questão 17)

ANTES

- 1- Sim 2- Não

ATUALMENTE

- 1- Sim 2- Não

16. (Se Sim na questão 15), quem realizava este auxílio?

ANTES

- 1- associação de moradores
 2- agentes comunitários de saúde
 3- lideranças religiosas/ membros de pastorais
 4- políticos (vereadores, deputados)
 5- membros do sindicato
 6- Brigada Militar
 7- Outros. Quais? _____

ATUALMENTE

- 1- associação de moradores
 2- agentes comunitários de saúde
 3- lideranças religiosas/ membros de pastorais
 4- políticos (vereadores, deputados)
 5- membros do sindicato
 6- Brigada Militar
 7- Outros. Quais? _____

Informações sobre o domicílio anterior (somente o último):

17. A sua casa anterior era própria? 1- Sim (caso SIM, ir para a questão 19) 2- Não

18. (Se Não na questão 17). Qual era a condição de uso da moradia?

- 1- alugada 2- emprestada 3- Outra. Qual? _____

19. De que material era feita a sua antiga moradia?

- 1- madeira 2- tijolos 3- mista (parte tijolo e parte madeira) 4- Outro material. Qual? _____

20. Qual o número de peças (cômodos) da sua casa anterior: _____

21. Detalhamento das peças (quantidade):

- | | |
|---------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> 1- Quartos | <input type="checkbox"/> 4- Sala |
| <input type="checkbox"/> 2- Banheiros | <input type="checkbox"/> 5- Outras. Qual? _____ |
| <input type="checkbox"/> 3- Cozinha | |

22. O recolhimento do lixo era feito quantas vezes por semana?

- 1- Diário 2- Uma vez por semana 3- Duas vezes por semana 4- Três vezes por semana 9- Não se aplica

23. A sua casa possuía rede de esgoto? 1- Sim 2- Não 9- Não se aplica

Participação em associações e cultos religiosos (em relação ao domicílio anterior e atual)

24. O Senhor(a) ou alguém de sua família participava/participa de algum tipo de associação? (associação de moradores, sindicatos, grupos de mães, etc.) (Caso NÃO, ir para a questão 26)

ANTES

- 1- Sim 2- Não

ATUALMENTE

- 1- Sim 2- Não

25. (Se Sim na questão 24) Qual(is)? (Múltiplas respostas)**ANTES**

1- Assoc. de moradores 2- Sindicato 3- Outra: _____ 9- Não se aplica

ATUALMENTE

1- Assoc. de moradores 2- Sindicato 3- Outra: _____ 9- Não se aplica

26. O Senhor(a) ou alguém de sua família participava/participa de algum culto religioso? (Caso NÃO, ir para a questão 29)**ANTES**

1- Sim 2- Não

ATUALMENTE

1- Sim 2- Não

27. (Se sim na questão 26) De qual Igreja?

1- Católica

2- Protestante (Luterana)

3- Evangélica Pentecostal

4- Espírita

5- Umbanda

6- Outra. Qual? _____

9- Não se aplica

28. Localização desta Igreja?**ANTES**

1- Na própria comunidade

2- Em bairro próximo a comunidade

3- No centro

4- Em bairro distante a comunidade

9- Não se aplica

ATUALMENTE

1- Na própria comunidade

2- Em bairro próximo a comunidade

3- No centro

4- Em bairro distante a comunidade

9- Não se aplica

Redes de ajuda mútua (Moradia anterior e atual)**29. No local onde o(a) Sr(a) morava as pessoas costumavam se ajudar? (Caso NÃO, ir para a questão 33)****ANTES**

1- Sim 2- Não

ATUALMENTE

1- Sim 2- Não

30. (Se Sim na questão 29). Em quais situações?**ANTES**

1- Caronas

2- Cuidado com as crianças

3- Cuidado com doentes

4- Consertos e cuidados com as casas

5- Empréstimos

6- Indicações para empregos

7- Outras atividades. Quais? _____

9- Não se aplica

ATUALMENTE

1- Caronas

2- Cuidado com as crianças

3- Cuidado com doentes

4- Consertos e cuidados com as casas

5- Empréstimos

6- Indicações para empregos

7- Outras atividades. Quais? _____

9- Não se aplica

31. Quando o(a) Sr.(a) ou alguém de sua família tinha/tem algum problema e precisava/precisa de ajuda, quem era/é procurado para pedir ajuda?**ANTES**

1- Familiares

2- Vizinhos

3- Amigos

4- Colegas de trabalho

5- Pessoal da Igreja

6- Pessoal da Prefeitura

ATUALMENTE

1- Familiares

2- Vizinhos

3- Amigos

4- Colegas de trabalho

5- Pessoal da Igreja

6- Pessoal da Prefeitura

- () 7- Pessoal do Posto de Saúde () 7- Pessoal do Posto de Saúde
 () 8- Ninguém () 8- Ninguém
 () 9- Outro. Qual? _____ () 9- Outro. Qual? _____

32. E quem procurava/procura o(a) Sr.(a) ou a sua família quando precisavam/precisam de alguma ajuda?

ANTES

- () 1- Familiares
 () 2- Vizinhos
 () 3- Amigos/Colegas de trabalho
 () 5- Pessoal da Igreja
 () 6- Pessoal da Associação de Bairro
 () 7- Pessoal da comunidade
 () 8- Pessoal da escola
 () 9- Outro. Qual? _____

ATUALMENTE

- () 1- Familiares
 () 2- Vizinhos
 () 3- Amigos/Colegas de trabalho
 () 5- Pessoal da Igreja
 () 6- Pessoal da Associação de Bairro
 () 7- Pessoal da comunidade
 () 8- Pessoal da escola
 () 9- Outro. Qual? _____

C. AVALIAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA

33. Como o(a) Sr(a) ficou sabendo sobre o residencial (Santo Antônio ou Viver Bem)?

- () 1- agentes da Prefeitura () 4- agentes comunitárias de saúde
 () 2- associação de moradores () 5- CRAS
 () 3- posto de saúde/ESF () 6- De outra forma. Qual? _____

34. Quem realizou o seu cadastramento no Programa?

- () 1- agentes da prefeitura () 4- por iniciativa própria
 () 2- pessoal da Universidade () 5- outros. Quem? _____
 () 3- associação de moradores

35. O(A) Sr(a) queria se mudar para este residencial? () 1- Sim () 2- Não

36. Foram realizadas reuniões com os futuros beneficiários dos loteamentos no seu antigo local de moradia?

- () 1- Sim () 2 – Não (caso NÃO, ir para a questão 39)

37. (Se Sim na questão 36). Houve quantas reuniões (número de reuniões)? _____

38. O Sr(a) ou alguém de sua família participou dessas reuniões? () 1 - Sim () 2 – Não () 9 – Não se aplica

39. O Sr(a) ou sua família enfrentou algum problema/dificuldade durante o período de negociação de sua casa/seu apartamento?

- () 1- Sim () 2 – Não (caso NÃO, ir para a questão 41)

40. (Se Sim na questão 39). Que tipo de problema/dificuldade?

- () 1-Burocracia do banco () 5-Descaso dos responsáveis
 () 2-Exigências do Prefeitura () 6-Falta de compreensão da exigências colocadas
 () 3-Poucas informações dos responsáveis pelo projeto () 7-Outro. Qual(is)? _____
 () 4-Atraso na entrega do imóvel

41. Na sua opinião, as necessidades dos beneficiários foram levadas em consideração pelos responsáveis pela execução dos residenciais? (Caso SIM, ir para a questão 44)

- () 1- Sim () 2 - Não () 3 -Mais ou menos

42. (Se Não na questão 41). Por quê? _____

43. Quem auxiliou no processo de mudança da família para este residencial?

- () 1- Prefeitura () 3 -Associação de moradores
 () 2- Particular () 4- Serviço de Assistência Social

() 5- Familiares

() 6- Outros. Quem? _____

D. PERCEPÇÕES DOS MORADORES ACERCA DA QUALIDADE DE VIDA ANTES E DEPOIS DO DESLOCAMENTO PARA OS RESIDENCIAIS (O que melhorou e o que piorou?)

44. Na sua opinião, o deslocamento para o local de trabalho em relação ao período anterior a mudança para este residencial

() 5- Melhorou muito () 4- Melhorou () 3- Está igual () 2- Piorou () 1-Piorou muito () 98- NS/NR

45. Na sua opinião, o acesso a vagas de trabalho em relação ao período anterior a mudança para este residencial

() 5- Melhorou muito () 4- Melhorou () 3- Está igual () 2- Piorou () 1-Piorou muito () 98- NS/NR

46. Na sua opinião, o acesso a escolas/creches em relação ao período anterior a mudança para este residencial

() 5- Melhorou muito () 4- Melhorou () 3- Está igual () 2- Piorou () 1-Piorou muito () 98- NS/NR

47. Na sua opinião, o acesso aos serviços de saúde (postos de saúde, ESF) em relação ao período anterior a mudança para este residencial

() 5- Melhorou muito () 4- Melhorou () 3- Está igual () 2- Piorou () 1-Piorou muito () 98- NS/NR

48. Na sua opinião, o acesso a praças e locais de lazer em relação ao período anterior a mudança para este residencial

() 5- Melhorou muito () 4- Melhorou () 3- Está igual () 2- Piorou () 1-Piorou muito () 98- NS/NR

49. Na sua opinião, o acesso a serviços de infraestrutura urbana (calçamento, ruas pavimentadas, iluminação pública) em relação ao período anterior a mudança para este residencial

() 5- Melhorou muito () 4- Melhorou () 3- Está igual () 2- Piorou () 1-Piorou muito () 98- NS/NR

50. Na sua opinião, a sua rede de ajuda mútua (entre vizinhos, parentes, etc), em relação ao período anterior a mudança para este residencial

() 5- Melhorou muito () 4- Melhorou () 3- Está igual () 2- Piorou () 1-Piorou muito () 98- NS/NR

51. Na sua opinião, a organização dos moradores em relação ao período anterior a mudança

() 5- Melhorou muito () 4- Melhorou () 3- Está igual () 2- Piorou () 1-Piorou muito () 98- NS/NR

52. Na sua opinião, a segurança pública em relação ao período anterior a mudança

() 5- Melhorou muito () 4- Melhorou () 3- Está igual () 2- Piorou () 1-Piorou muito () 98- NS/NR

53. De modo geral, comparando suas condições atuais de moradia e as condições de sua última moradia, em sua opinião a mudança para este residencial

() 5- Melhorou muito () 4- Melhorou () 3- Estão iguais () 2- Piorou () 1-Piorou muito () 98- NS/NR

APÊNDICE B – Esquema para entrevistas dos implementadores

Conjunto Habitacional/Reassentamento Santo Antônio

Esquema para entrevistas com instituições/organizações:

1- Histórico da Implementação:

- quais as instituições/organizações participaram da implementação e qual o seu envolvimento?
- qual a tua participação e teu envolvimento no processo de implementação?
- qual o conhecimento normativo da(s) política(s) pública(s) adotadas/implementadas?
- como se deu o processo seletivo?
- como se deu a seleção e a consequente aquisição da área?
- houve preocupação com o acesso aos bens e serviços públicos por parte dos moradores no processo de seleção da área para o reassentamento?
- como foi o processo de remoção e reassentamento das pessoas selecionadas?
- existiam organizações formais entre os moradores?

2- Acesso a Políticas e Serviços Públicos:

- como se dá/deu o acesso às políticas públicas presentes no território pelos moradores?
- houve preocupação com as redes pregressas das pessoas a serem removidas? (relatos?)
- como se deu e como são as novas redes/organizações a partir do reassentamento?
- como se dá o acesso aos serviços públicos pelos moradores?
- qual o tipo de acompanhamento feito aos moradores pós remoções e por quanto tempo se deu/dá?